

---N.º 1/2026 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CATORZE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.-----

--- Aos catorze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no Auditório dos Bombeiros Voluntários Famalicenses, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

----- ORDEM DE TRABALHOS -----

---PRIMEIRO PONTO – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D) -----

---SEGUNDO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2026 E RESPETIVAS PROPOSTAS ANEXAS. (GRELHA A)-----

---TERCEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ESTUDO PRÉVIO DE REPERFILAMENTO DA EM 571, VIA DISTRIBUIDORA SECUNDÁRIA PREVISTA NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL, NO TROÇO COMPREENDIDO ENTRE A RUA DA PRELADA E A RUA PAPA JOÃO PAULO II, NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---QUARTO PONTO – DESIGNAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. (GRELHA E) -----

--- A Mesa, presidida por Manuel João Fernandes de Nascimento e secretariada por Susana Patrícia da Silva Ferreira e Rui Miguel Pereira dos Santos, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

---ADELINO SILVA COSTA -----

---ALEXANDRA MARIA DOS SANTOS MOREIRA -----

---ANA LUÍSA OLIVEIRA FREITAS-----
---ANA MARGARIDA RODRIGUES VAZ VIEIRA -----
---ANA RAQUEL CORREIA DE CARVALHO -----
---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO PINHO-----
---ANTÓNIO FRANCISCO COSTA OLIVEIRA-----
---ANTÓNIO JOAQUIM FERREIRA DA SILVA-----
---ANTÓNIO JOAQUIM GOMES FARIA-----
---ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA -----
---ANTÓNIO MANUEL LEITÃO MACEDO VARELA-----
---BÁRBARA DANIELA FONTES DE SÁ-----
---BRUNO JOAQUIM TORRES PINHEIRO CUNHA -----
---BRUNO MIGUEL ARANTES DOMINGUES -----
---CAMILO MANUEL MAIA PINHEIRO-----
---CARLA SOFIA DE SANTANA AFONSO RIBEIRO FARIA-----
---CARLOS ALBERTO COSTA GOMES -----
---CARLOS ALBERTO VILAS BOAS CARVALHO -----
---ANTÓNIO MARTINHO RIBEIRO FERNANDES-----
---DANIELA FILIPA MACHADO TORRES-----
---DAVIDE JORGE RIBEIRO AZEVEDO SILVA-----
---DOMINGOS JOSÉ CARNEIRO FREITAS-----
---DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA-----
---EDGAR LUÍS LOPES MARINHO PINTO -----
---ELSA CRISTINA SALGADO LOPES-----
---FÁTIMA SANDRA SILVA MARTINS ARAÚJO-----
---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA -----
---FERNANDO LUCAS SIMÕES VILELA -----

---FRANCISCO AMARO CAMPOS OLIVEIRA-----
---FRANCISCO ISMAEL MONIZ CARNEIRO -----
---FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES -----
---GUSTAVO HENRIQUE RAMOS DE OLIVEIRA LEMOS-----
---HEITOR JOSÉ PEREIRA ROCHA -----
---HUGO MIGUEL SOUSA MACHADO -----
---JAIME FRANCISCO REBELO SILVA -----
---JOÃO MIGUEL RAMALHO FONTES -----
---JOÃO PAULO CORTINHAS DA COSTA -----
---JOÃO PEDRO RODRIGUES DA FONSECA E CASTRO -----
---JOÃO PEDRO SAMPAIO DE ARAÚJO-----
---JOAQUIM AGOSTINHO DA SILVA FERNANDES -----
---JOAQUIM ALBERTO ROCHA FERNANDES -----
---JOEL CRISTIANO PACHECO OLIVEIRA -----
---JORGE ANDRÉ PINHEIRO CRUZ -----
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA-----
---JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA -----
---LAETITIA LOPES DA COSTA -----
---LEONEL AGOSTINHO AZEVEDO ROCHA -----
---LILIANA MARIA MARQUES RIBEIRO -----
---LÚCIA ALEXANDRA ABREU DA SILVA -----
---LUÍS ANTÓNIO FERREIRA MIRANDA DA SILVA -----
---MANUEL AGOSTINHO RODRIGUES GOMES -----
---MANUEL BRANCO FERREIRA -----
---MANUEL FRANCISCO FARIA NASCIMENTO-----
---MANUEL JOÃO FERNANDES DE NASCIMENTO -----

---MANUEL LIMA SOARES -----
---MANUEL MARTINS DE CARVALHO -----
---MANUEL SERAFIM DA SILVA AZEVEDO -----
---MÁRCIA FILIPA RORIZ NUNES -----
---MARIA ANTÓNIA PEREIRA OLIVEIRA -----
---MARIA DE FÁTIMA SANTOS AZEVEDO -----
---MARIA ORMINDA MOREIRA MARQUES-----
---MIGUEL FIDALGO MARTINS TEIXEIRA NUNES -----
---PAULA MARIA RODRIGUES COSTA AZEVEDO -----
---PAULO ANTÓNIO VELOSO PEREIRA SILVA REIS -----
---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO-----
---PAULO JORGE MARQUES COSTA-----
---RICARDO JORGE COSTA MENDES -----
---RICARDO MIGUEL MACHADO PINTO -----
---ROSA ALEXANDRA DA COSTA E SÁ AREAL-----
---RUI JORGE FONTES COSTA-----
---RUI MANUEL MATOS DE CARVALHO -----
---RUI MARTINHO DA SILVA FARIA -----
---RUI MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS-----
---SARA SOFIA ARAÚJO COSTA -----
---SUSANA PATRÍCIA DA SILVA FERREIRA -----
---TÂNIA DANIELA CARVALHO DA SILVA -----
---TERESA ADÉLIA CAMPOS PINTO-----
---TERESA CRISTINA BARBOSA PEIXOTO -----
---TERESA MARGARIDA FARIA CASTRO BORGES -----
--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de esclarecimentos: -----

--- Verificado o quórum, Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão deu início à sessão: -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) –

Bom dia a todos, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, muito obrigado pela vossa presença hoje nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal. A primeira sessão descentralizada deste mandato, ainda que com alguma proximidade aos Paços do Concelho. Queria, assim, começar com um agradecimento aos Bombeiros Famalicenses por nos acolherem aqui hoje com tanto empenho e dedicação. Agradecer ao senhor Presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários Famalicenses, o Senhor Amadeu Carneiro, agradecer ao Comandante Bruno Alves e, neles, agradecer a toda a Corporação de Bombeiros que colaborou connosco e se disponibilizou a receber aqui este Órgão Autárquico. E agradecer-lhes desde logo também pelo serviço diário, comungando certamente este reconhecimento e este agradecimento com toda a sociedade, porque demonstram mesmo em tempos de crise como aquela que o País atravessa, que é pública e notória, que continuam empenhados em fazer o bem, em partilhar esta solidariedade institucional com os órgãos autárquicos, nomeada e expressamente, neste caso, com a Assembleia Municipal, e pela forma altruísta e incansável como o fazem. A escolha deste local para a primeira Assembleia Descentralizada do mandato não foi por acaso: é também um gesto de reconhecimento da Assembleia Municipal às Corporações de Bombeiros do Concelho e que nos permite dar um sinal de que não nos esquecemos daqueles que diariamente nos protegem e zelam pelo bem estar da comunidade, tantas vezes pagando-o com a própria vida! Ao Senhor Amadeu Carneiro, Presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários Famalicenses, ao Senhor Comandante Bruno Alves e, neles, ao Bombeiros Voluntários

Famalicense e a todas as Associações Humanitárias do Concelho, o nosso agradecimento e reconhecimento!-----

Aproveito, ainda, para informar as Senhoras e Senhores Deputados de convites recebidos pela Assembleia Municipal no hiato de tempo desde a última sessão ordinária do Órgão, nomeadamente para a participação no Congresso da Associação Nacional de Municípios, em Viana do Castelo; na Ceia de Natal dos Bombeiros Voluntários Famalicense e no encerramento das Comemorações dos 135 anos dos Bombeiros Voluntários de Famalicão.-----

Conforme aprovado e deliberado na última sessão da Assembleia Municipal, foram remetidos os votos aprovados e moções, nomeadamente, o voto de saudação evocativo do 25 de novembro e enviado para a presidência da Assembleia da República; o voto de saudação do partido Socialista à professora Helena Freitas e a moção da CDU pelo dia internacional pela eliminação da violência contra as mulheres. Finalmente, no que há correspondência diz respeito, a Assembleia Municipal recebeu e remeteu também às Senhoras Deputadas, aos Senhores Deputados e Senhores Presidentes de Junta uma comunicação do cidadão José Carlos Campos, a exposição urgente com o assunto de segurança de peões em Mogege e reposição da Ponte Pedonal da VIM, todos tiveram conhecimento porque também a receberam juntamente com a convocatória. O senhor Deputado Jorge Oliveira tem a palavra para uma interpelação à Mesa.-----

---JORGE OLIVEIRA (PSD) – É uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos. Tanto quanto me foi dado a conhecer, a Comissão Permanente de Apoio à Mesa fixou um prazo para a submissão dos respetivos votos atinentes a serem apreciados no período de antes da ordem do dia desta sessão. Além disso os próprios serviços comunicaram o estabelecimento desse prazo por via oficial, neste caso é o email e que nós também aceitamos para as notificações. E fomos agora surpreendidos com a entrada de uma proposta de recomendação da coligação democrática unitária, à

qual nos vamos naturalmente opor, não por estarmos a fazer nenhuma apreciação de mérito sobre o conteúdo da mesma, mas simplesmente aquilo que é acordado é para ser cumprido.-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) – Eu ia referir-me exatamente a isso depois de enunciar os votos, mas aproveito para fazê-lo já, uma vez que a interpelação foi feita já. De facto, foi acordado que os Grupos Municipais teriam até quarta-feira para remeter os votos a aprovar no Período de Antes da Ordem do Dia, foi um pedido expresso da Mesa, unicamente pelo facto de se tratar de uma sessão descentralizada e, portanto, em termos logísticos não temos aqui as facilidades que temos junto das instalações da Assembleia Municipal, nomeadamente para fotocopiar e distribuir depois posteriormente os votos às Senhoras e Senhores Deputados. E isso ficou combinado, eu agradeço a quem teve esse cuidado. Também eu fui hoje surpreendido com a entrada do voto da CDU, que pese embora não ter respeitado esse pedido e essa orientação da Mesa que resultou até depois em comissão Permanente, a Mesa não rejeitará a entrada do voto, até porque regimentalmente não o poderá fazer. Portanto, tratou-se de um pedido da Mesa que foi acatado por todos os Grupos Municipais, menos pela CDU que terá as razões para o ter feito tenho a certeza, mas regimentalmente a Mesa não se oporá à entrada do voto. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) – Assim sendo, prosseguiremos com a Ordem de Trabalhos, nomeadamente com a leitura dos votos. Por esta ordem informo que deram entrada na Mesa os seguintes votos. Um Voto de Recomendação do PS, um Voto de Louvor do CHEGA, um voto de Congratulação do PS, uma Moção de Recomendação do PSD, uma Moção de Recomendação da Iniciativa Liberal, uma Moção de Saudação e Solidariedade da

Iniciativa Liberal e uma Proposta de Recomendação da CDU. Dou a palavra por esta ordem para a leitura dos votos-----

---JOÃO CASTRO (CHEGA) – Interpelação à Mesa. Obrigado Senhor. Presidente, bom dia a todos. São sete votos que entraram agora para apreciação dos grupos municipais. Nós pedimos, pelo menos cinco minutos pra escutar minimamente os votos, para saber a intenção, o que vamos decidir relativamente a esses votos. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) - Senhor Deputado eu vou dar a palavra aos Grupos Municipais para que passem à leitura e à apresentação dos votos. E se, depois da leitura, os Grupos Municipais entenderem que querem dois ou três minutos para apreciar, então interrompemos os trabalhos durante dois ou três minutos para o efeito. -----

- Por esta ordem informo que deram entrada na Mesa os seguintes votos. Um Voto de Recomendação do PS, um Voto de Louvor do CHEGA, um Voto de Congratulação do PS, uma Moção de Recomendação do PSD, uma Moção de Recomendação da Iniciativa Liberal, uma Moção de saudação e Solidariedade da Iniciativa Liberal e uma Proposta de Recomendação da CDU. Dou a palavra por esta ordem para a leitura dos votos. -----

---ANTÓNIO VARELA (PS) – Voto de recomendação sobre mobilidade urbana, acessibilidade pedonal, fiscalização e gestão integrada do tráfego no concelho de Vila Nova de Famalicão do seguinte teor.-----

- “A Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, no exercício das suas competências de acompanhamento e recomendação da ação do Executivo Municipal, e na sequência da apresentação de um Voto de Protesto relativo a problemas persistentes no domínio da mobilidade urbana e rodoviária no concelho, apresentado na sessão da Assembleia Municipal realizada aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco:-----

Mantêm-se por resolver os problemas centrais identificados no referido voto de protesto, designadamente: -----

- A programação inadequada da travessia pedonal existente na Avenida Marechal Humberto Delgado, junto ao Mercado Municipal, em desconformidade com o regime jurídico da acessibilidade, com impacto particular na população sénior;-----
- A existência de semáforos instalados e não operacionais em cruzamentos críticos; -----
- O congestionamento recorrente nas zonas escolares, associado à ocupação indevida das zonas de largada e recolha e à insuficiência de fiscalização; -----
- O adiamento na concretização de soluções estruturais já planeadas para o acesso à A7 em Fradelos, bem como a persistência do congestionamento na entrada da A3 no sentido sul. -----

Acresce que, após a intervenção política realizada em Assembleia Municipal, não foram tornadas públicas medidas concretas do Executivo Municipal dirigidas especificamente à resolução das situações acima identificadas. -----

Nestes termos, a Assembleia Municipal recomenda ao Executivo Municipal que: -----

1. Acessibilidade pedonal-----

Proceda à revisão da programação semaforica da travessia pedonal da Avenida Marechal Humberto Delgado, junto ao Mercado Municipal, assegurando o cumprimento integral do Decreto-Lei n.º 163/2006, nomeadamente no que respeita a tempos de atravessamento adequados à população sénior e às pessoas com mobilidade condicionada. -----

2. Equipamentos semaforicos -----

Assegure a entrada em funcionamento efetiva dos sistemas semaforicos já instalados nos cruzamentos:-----

- Avenida 25 de Abril com a Rua de Santa Maria Madalena e a EN 309;-----
- Rua Barão da Trovisqueira com a Rua Adolfo Casais Monteiro;-----

Garantindo a sua monitorização, manutenção e comunicação pública quanto ao respetivo funcionamento. -----

3. Zona escolar-----

- Implemente um plano operacional específico para as zonas escolares, em particular nas áreas envolventes às escolas Camilo Castelo Branco, D. Sancho I e Júlio Brandão, que assegure:-----

- Fiscalização regular, visível e eficaz nos períodos de entrada e saída dos alunos; -----

- Eliminação sistemática da ocupação indevida das zonas de largada e recolha, garantindo que estas cumprem a função para que foram criadas; -----

- Ordenamento da circulação automóvel e pedonal que contribua para a redução do congestionamento nos horários críticos; -----

- Avaliação e execução da eliminação ou reconfiguração do separador existente no ponto de chegada da passadeira junto à Escola Camilo Castelo Branco, permitindo a saída direta em frente para a zona de passeio mais largo, atualmente subaproveitada, melhorando o escoamento dos alunos e reduzindo concentrações desnecessárias, atendendo à estreiteza dos passeios laterais; -----

- Articulação entre fiscalização, sinalização e gestão do espaço público, com avaliação periódica do impacto das medidas adotadas.-----

4. Avaliação da utilização de equipamentos de apoio à gestão do estacionamento.-----

- Avalie a operacionalidade efetiva dos painéis informativos de estacionamento instalados no centro da cidade, assegurando que se encontram em funcionamento regular, cumprem a função para que foram concebidos e produzem impacto real na organização da circulação e na gestão do estacionamento urbano, evitando que investimentos públicos permaneçam subutilizados ou se degradem sem retorno para os cidadãos.-----

5. Acessos estruturantes -----

Reforce a ação institucional do Município junto das entidades competentes, no sentido de: -----

- Obter clarificação quanto ao calendário e enquadramento do acesso à A7 em Fradelos;
- Promover soluções para o congestionamento persistente na entrada da A3 no sentido sul; -----
- Assegurar que as soluções já planeadas avancem para execução efetiva.” -----

---ANTÓNIO SILVA (PS) – Voto de Congratulação ao jovem atleta famalicense João Silva, do seguinte teor: -----

- “Os Deputados do Partido Socialista à Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão vêm propor a aprovação do presente Voto de Congratulação ao jovem atleta famalicense João Silva, natural e residente em Ribeirão, pelo notável percurso desportivo que tem vindo a desenvolver e pelos relevantes resultados alcançados ao mais alto nível competitivo. Apesar da sua juventude, João Silva tem demonstrado uma maturidade competitiva assinalável, aliando talento, dedicação e elevado sentido de responsabilidade, afirmando-se como uma das mais promissoras referências do ciclismo nacional nas vertentes de pista e estrada. Ao longo da época de 2025 e início de 2026, o atleta alcançou resultados de elevado mérito, dos quais se destacam a convocatória para a Seleção Nacional, representando Portugal em competições internacionais de referência, bem como a obtenção de classificações de relevo em provas nacionais e internacionais, incluindo pódios em competições internacionais e a conquista de vários títulos nacionais na modalidade de ciclismo de pista. Particular destaque merece a sua consagração como três vezes Campeão Nacional de Pista, nas disciplinas de Scratch, KM e Perseguição Individual, bem como as medalhas conquistadas em competições internacionais e a regularidade evidenciada ao longo das provas da Taça de Portugal de Pista, onde alcançou o 2.º lugar da classificação final em todas as disciplinas disputadas.

Também na vertente de estrada, João Silva tem marcado presença nas principais provas do calendário nacional, somando participações de destaque e resultados expressivos, evidenciando espírito competitivo, capacidade de superação e um elevado potencial de progressão. O seu percurso constitui motivo de orgulho para Vila Nova de Famalicão, contribuindo para a afirmação do concelho no panorama desportivo nacional e internacional e servindo de inspiração aos jovens famalicenses para a prática desportiva, para a persistência e para a concretização dos seus objetivos. Assim, os Deputados do Partido Socialista à Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão apresentam o presente Voto de Congratulação e solicitam a sua aprovação em plenário, com posterior envio ao atleta, à sua família, à sua equipa, às entidades desportivas competentes e à comunicação social local.”-----

---**TERESA PINTO (CHEGA)** - Voto de Louvor aos nossos Bombeiros, do seguinte teor:-----

- “Voto de Louvor aos nossos Bombeiros. -----

Na sequência das várias tempestades que tem atingindo o nosso país, especialmente na zona centro, os Bombeiros voluntários de todo Portugal, mobilizaram operacionais e veículos para a região de Leiria/Marinha Grande em janeiro/fevereiro de 2026, com o objetivo de prestar auxílio no socorro e desobstrução de vias. Em Famalicão, as nossas equipas, incluíram veículos 4x4 no apoio às famílias atingidas. Paralelamente, decorreu na cidade uma angariação de bens de primeira necessidade para as vítimas. As corporações de voluntários têm um historial de prontidão, incluindo outras missões de grande dimensão, demonstrando eficácia na resposta às catástrofes, ajudando na limpeza e socorro. A necessidade de mais meios para os bombeiros em Portugal é uma preocupação recorrente, focando-se na dignificação e valorização profissional, reforço de equipamentos e melhoria da coordenação operacional. As carências estruturais que

padecem os Bombeiros, dizem respeito a uma melhor divisão territorial de forma a agilizar o socorro. Todos conhecemos a dificuldade no recrutamento: por falta de incentivos marcada por reivindicações constantes sobre baixas compensações financeiras, subfinanciamento crónico das Associações Humanitárias, atraso nos pagamentos e falta de benefícios sociais. Apesar de todos os constrangimentos, os nossos Bombeiros continuam a revelar um extraordinário nível de coragem, abnegação e dedicação, sendo frequentemente descritos como "heróis sem capa" que arriscam a própria vida para proteger as populações e a natureza em alturas de crise. Para eles, para todos eles, o nosso profundo agradecimento. -----

Queira esta assembleia aprovar este voto de louvor!"-----

---DANIELA TORRES (PSD) – Moção de Recomendação pela dinamização de espaços de Co-Working e valorização do talento em Vila Nova de Famalicão, do seguinte teor: -----

- “O mundo do trabalho atravessa uma profunda transformação, marcada pela crescente valorização do trabalho remoto, híbrido e flexível, bem como pela necessidade de conciliar produtividade, qualidade de vida e integração comunitária, em particular entre os jovens, os trabalhadores independentes e os empreendedores. Neste novo contexto, os espaços de Co-Working assumem-se como instrumentos relevantes de promoção do empreendedorismo, da economia e da fixação de talento, funcionando como espaços intermédios entre a casa e o local de trabalho tradicional. Vila Nova de Famalicão, enquanto concelho dinâmico, industrialmente competitivo e socialmente ativo, deve continuar a afirmar-se como um território atrativo para jovens, para profissionais qualificados e para todos aqueles que desenvolvam projetos inovadores. A capacidade de oferecer condições adequadas para novos modelos de trabalho, constitui hoje um fator determinante na escolha dos locais onde viver, trabalhar e investir. Verifica-se,

contudo, a existência de uma procura crescente por espaços de trabalho acessíveis, flexíveis e tecnologicamente adequados, que não encontra ainda resposta suficiente na oferta atualmente disponível no concelho. Neste sentido, a intervenção do Município poderá assumir um papel complementar ao mercado, uma vez que dispõe de equipamentos e ativos públicos com potencial para acolher estas novas valências de trabalho colaborativo, sem prejuízo das suas funções principais, podendo estas iniciativas ser desenvolvidas de forma gradual, sustentável e articulada com parceiros públicos, privados ou do setor social. Essa estratégia deverá assentar em princípios de flexibilidade, acessibilidade e complementaridade face à oferta privada praticamente inexistente, garantindo uma utilização eficiente dos recursos públicos e a capacidade de adaptação a diferentes públicos e necessidades. Deverá ainda considerar a possibilidade de integração destas iniciativas em programas e instrumentos de financiamento nacionais ou europeus, nomeadamente nos domínios da inovação, da regeneração urbana, da coesão territorial e da transição digital. A nossa moção pretende assim contribuir para a reflexão estratégica do Município e para a definição de políticas públicas que promovam a modernização do concelho, a valorização do talento jovem e o reforço da atratividade de Vila Nova de Famalicão enquanto território de oportunidades. Assim, o Grupo Municipal do PSD recomenda à Câmara Municipal que avalie a oportunidade de promover uma estratégia municipal orientada para o incentivo e a dinamização de espaços de Co-Working no concelho, enquadrada numa visão de futuro do trabalho, da juventude e do desenvolvimento económico local.” -----

---MIGUEL FIDALGO (IL) - Moção de Recomendação pela criação da Assembleia Municipal Jovem de Vila Nova de Famalicão, do seguinte teor:-----

- “Considerando que: -----

A democracia local fortalece-se quando cria canais concretos de participação, especialmente para os mais jovens. A criação de uma Assembleia Municipal Jovem constitui um instrumento estruturado de educação para a cidadania, permitindo aproximar os estudantes do funcionamento dos órgãos municipais, promover debate informado sobre problemas reais do concelho e estimular responsabilidade, argumentação e compromisso com soluções. A iniciativa deve ser dirigida a alunos do ensino secundário, incluindo cursos científico humanísticos, cursos profissionais, cursos artísticos especializados e cursos de aprendizagem, ministrados em estabelecimentos de ensino sediados no concelho, garantindo que a participação não exclui percursos profissionais e formativos com forte expressão no território. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida em sessão ordinária no dia 14 de fevereiro de 2026, delibera recomendar: -----

1. Que seja instituída a Assembleia Municipal Jovem de Vila Nova de Famalicão, organizada por ano letivo, com participação das escolas do concelho que ministrem ensino secundário, nos termos do público-alvo acima definido. -----
2. Que o modelo assegure representatividade e simplicidade operacional, prevendo, designadamente, uma delegação por escola, composta por cinco alunos efetivos e respetivos suplentes, eleitos em contexto escolar, bem como a eleição de uma Mesa da Assembleia Municipal Jovem pelos seus membros, com respeito por regras de equilíbrio de género. -----
3. Que o processo de escolha dos representantes decorra através de um modelo eleitoral pedagógico e transparente em cada escola, assente em listas e com um período mínimo de apresentação e debate de propostas, devendo cada lista ou delegação apresentar pelo menos uma proposta a submeter a discussão na Assembleia Municipal Jovem. -----
4. Que a Assembleia Municipal Jovem realize, em cada ano letivo, pelo menos duas sessões ordinárias, em datas a definir pela Mesa da Assembleia Municipal em

articulação com o calendário escolar, e que as propostas aprovadas sejam consolidadas em recomendações a remeter aos órgãos municipais competentes.-----

5. Que, anualmente, sejam selecionadas até três recomendações prioritárias aprovadas na Assembleia Municipal Jovem para apreciação pela Assembleia Municipal, garantindo resposta formal sobre o encaminhamento dado, de modo a assegurar consequência institucional e utilidade prática ao processo. -----

6. Que a Mesa da Assembleia Municipal, ouvida a Comissão Permanente, promova a constituição de um grupo de trabalho com um representante por cada Grupo Municipal, assegurando a auscultação dos estabelecimentos de ensino do concelho, e apresente ao Plenário, no prazo máximo de 90 dias, uma proposta de Regimento da Assembleia Municipal Jovem de Vila Nova de Famalicão, definindo composição, processo eleitoral, funcionamento, calendarização, regras de apresentação e votação de propostas e modelo de encaminhamento das recomendações. -----

7. Que a Câmara Municipal assegure o apoio logístico e técnico indispensável (instalações, meios e articulação com as escolas), permitindo a implementação da primeira edição completa no ano letivo 2026/2027.” -----

---MIGUEL FIDALGO (IL) - Moção de Saudação e Solidariedade pelas cheias e inundações na região de Leiria, do seguinte teor: -----

- “Na sequência dos episódios recentes de cheias e inundações que têm afetado a região de Leiria, com impacto significativo na vida de muitas famílias, agentes económicos e infraestruturas locais, importa que esta Assembleia Municipal assinale, de forma clara, uma palavra institucional de solidariedade e reconhecimento. Em situações desta natureza, a resposta imediata depende de coordenação, prontidão e capacidade operacional, mas depende sobretudo de pessoas: bombeiros, proteção civil, forças de

segurança, profissionais de saúde, equipas técnicas, trabalhadores dos serviços essenciais, voluntários e todos os que, no terreno, asseguram socorro, apoio e reposição da normalidade. O esforço destas mulheres e homens merece reconhecimento público, sem ambiguidades. Ao mesmo tempo, estes acontecimentos voltam a mostrar que fenómenos extremos exigem não apenas reação, mas também capacidade de prevenção, planeamento e resiliência, com medidas concretas para reduzir riscos, proteger populações e acelerar mecanismos de apoio quando o pior acontece. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida em sessão ordinária no dia 14 de fevereiro de 2026, delibera: -----

1. Manifestar a sua solidariedade institucional para com as populações, famílias e agentes económicos afetados pelas cheias e inundações na região de Leiria, expressando votos de rápida recuperação e reposição da normalidade. -----
2. Saudar e reconhecer publicamente o trabalho e sentido de missão dos bombeiros, operacionais de proteção civil, forças de segurança, profissionais de saúde, equipas técnicas, trabalhadores dos serviços essenciais, voluntários e demais entidades envolvidas nas operações de socorro, assistência e reposição de condições de segurança.
3. Apelar a que sejam assegurados, com celeridade, os mecanismos de apoio adequados à dimensão dos danos, incluindo resposta social, avaliação célere de prejuízos, reabilitação urgente de infraestruturas essenciais e instrumentos de recuperação económica local. -----
4. Determinar que a presente moção seja remetida, para conhecimento, ao Município de Leiria e à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, bem como às entidades intermunicipais competentes.” -----

---TÂNIA SILVA (CDU) – Se me permite, senhor Presidente, dar uma ressalva ainda antes de apresentar a proposta, relativamente àquilo que já foi dito aqui nesta

assembleia e assumindo desde logo que, de facto, por falha da minha parte, não foi cumprido esse prazo, porque no meio de tantos e-mails, de facto, não dei nota do limite da data desse envio. Ainda assim, a argumentação apresentada pelo senhor Presidente, no nosso caso, não é válida, porque eu sempre tive o cuidado de trazer todas as impressões necessárias e creio que, nunca nenhum elemento desta Assembleia Municipal ficou com a documentação da CDU por ser entregue em mão. Ainda assim, permita-me, senhor deputado, Jorge Paulo Oliveira, aquilo que me parece que se justifica neste caso ou que tenta justificar neste caso, através desta falha da minha parte, e assumindo desde logo esta falha, é que de facto o grupo municipal do PSD não se quer comprometer com a proposta de recomendação aqui apresentada pela CDU. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) –

Senhora deputada, desculpe, antes de começar, desde logo dar a indicação que pedi à funcionária da Assembleia Municipal para parar o tempo porque considerei que estaria a fazer uma interpelação à Mesa relativamente àquilo que foi falado anteriormente.-----

---Quero dizer-lhe que a Mesa regista e informa os senhores deputados que, pese embora não ter sido cumprida aquela deliberação, a senhora deputada da CDU trouxe fotocópias. Teve esse cuidado, e a Mesa agradece, para distribuir às senhoras e senhores deputados, mas efetivamente também não posso concordar quando não concorda com a argumentação da Mesa, porque isso foi combinado e deliberado...-----

---TÂNIA SILVA (CDU) – Não é não concordo, senhor Presidente. Não é não concordo. Só estou a dizer que não é válida porque eu trouxe a documentação necessária para todos os elementos da Assembleia Municipal.-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) –

Senhora deputada, nada contra isso, e a Mesa regista e agradece de ter tido esse cuidado, mas de facto foi combinado e deliberado entre os líderes dos grupos municipais em Comissão Permanente que assim seria e, portanto, ficou assim combinado e não foi

cumprido. Ainda assim, a Mesa não rejeita a entrada da proposta de recomendação porque em termos regimentais não o pode fazer. Foi apenas uma recomendação que a Mesa fez à Comissão Permanente, que, registe-se, foi acatada pela Comissão permanente, e que não foi respeitada pela CDU. Foi só isso.-----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** – Desde já agradecer a não rejeição, assim como a CDU nunca rejeitaria discutir qualquer proposta apresentada nesta Assembleia Municipal.-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO)** – Agora sim, começará a contar o tempo. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** – Proposta de Recomendação, Criação de Unidades locais de Proteção Civil, do seguinte teor: -----

- “A proteção de pessoas e bens, bem como a prevenção e mitigação de riscos coletivos, constituem responsabilidades fundamentais do poder local, exigindo uma resposta articulada, próxima das populações e adequada às especificidades de cada território. As Unidades Locais de Proteção Civil (ULPC) são estruturas de proximidade, a criar pelas Juntas de Freguesia, destinadas à prevenção, sensibilização e apoio inicial em situações de acidente grave ou catástrofe, como incêndios, inundações ou outros eventos extremos. Presididas pelo Presidente da Junta de Freguesia, estas unidades atuam em articulação e sob coordenação do comando municipal de Proteção Civil, permitindo uma resposta mais rápida e eficaz. As ULPC intervêm diretamente junto da comunidade local, constituindo frequentemente o primeiro ponto de auxílio, desenvolvendo ações de avaliação de riscos, sensibilização da população e apoio inicial em situações de emergência. A sua composição poderá integrar funcionários das Juntas de Freguesia, voluntários, membros de associações locais e elementos dos corpos de bombeiros, podendo ainda organizar-se em agrupamentos, através da cooperação entre freguesias limítrofes. A criação destas unidades encontra enquadramento legal no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 44/2019, que prevê o reforço da capacidade de resposta ao nível local e

a integração das estruturas de freguesia no Sistema Municipal de Proteção Civil. Dotadas de meios adequados e formação específica, as ULPC poderão assegurar uma primeira intervenção em incêndios, acidentes, catástrofes e situações de emergência médica, até à chegada de meios de socorro mais diferenciados, contribuindo para a redução de danos humanos e materiais. Os operacionais destas unidades deverão dispor de formação em Suporte Básico de Vida e no uso de Desfibriladores Automáticos Externos (DAE), garantindo uma resposta imediata e eficaz em situações críticas. Sendo constituídas por habitantes locais, estas equipas possuem um conhecimento profundo da realidade geográfica e dos riscos específicos do território, aumentando a segurança sentida pelos habitantes, permitindo uma gestão local de situações de risco antes da chegada de meios mais especializados. -----

Assim,-----

A Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida a 14 de fevereiro de 2026, recomenda que a Câmara Municipal: -----

- 1.Promova, fomente e articule com as Juntas de Freguesia a criação de Unidades Locais de Proteção Civil; -----
- 2.Priorize a implementação destas unidades nas freguesias com maior área florestal, elevada concentração industrial ou historial significativo de ocorrências; -----
- 3.Assegure o enquadramento técnico, formativo e operacional necessário à plena integração das ULPC no Sistema Municipal de Proteção Civil.” -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) -

Estão abertas as inscrições para quem quiser usar da palavra. -----

--- JOÃO CASTRO (CHEGA) - Para dar conta da intenção de voto ou da forma como o grupo municipal do CHEGA vai votar relativamente a estas propostas. Nós vamos votar favoravelmente todas elas, excetuando a criação da Assembleia Municipal Jovem

da Iniciativa Liberal, por duas ou três razões muito simples A cidadania, exerce-se em todos os momentos. E de facto, o senhor deputado Miguel Fidalgo tem razão quando diz que falta à juventude participação, até falta literacia política, administrativa, fiscal, economia doméstica. Falta, mas não é criando mais um órgão, mais burocracia, mais despesa, que se consegue tudo isso. Aliás, tem sido o CHEGA que, durante o último mandato, sugeriu por diversas vezes ao seu Presidente da Assembleia, e ele aceitou, que envolvêssemos, durante mais tempo e em mais sessões, nomeadamente nas sessões solenes, a comunidade escolar e tem sido aceite e muitas vezes eles têm participado. Mas de facto é um problema. Olhe, por exemplo, se sugerisse aqui uma mudança de programa na disciplina de cidadania, já concordaria consigo. Assim não, é mais despesa, mais burocracia, como disse e até me admira, o senhor que ficou todo empertigado com a desagregação de freguesias, que era os trinta milhões e agora vem aqui pedir mais despesa. Portanto, resumindo, vamos votar favoravelmente todos os votos e vamo-nos abster nesta proposta da Iniciativa Liberal. -----

---PAULO PINTO (PS) - Cá estamos todos num sábado. Agradecer a Vossa Excelência a possibilidade de estarmos cá todos a conviver num sábado, provavelmente todo o dia. Bem, relativamente aos votos, declarar que o Partido Socialista vai votar favoravelmente todas as propostas, mas mesmo todas, ao contrário do CHEGA, que vota todas menos uma, mas pronto. Iremos votar a proposta de voto da CDU também porque pelo menos a indicação que tivemos do representante do Partido Socialista na Comissão Permanente é que, apesar da recomendação da Assembleia, da Mesa, fosse feita de forma atempada, como o Partido Socialista fez, tal não impedia que o promotor da proposta trazendo cópias suficientes, o mesmo fosse discutido, e aprovado ou rejeitado na Assembleia como tal. Relativamente à moção de recomendação da IL, à criação da Assembleia Municipal Jovem, é um órgão que já existe noutros concelhos,

por exemplo, Barcelos e Matosinhos. Nós estamos a favor da integração dos jovens na vida política. Logicamente iremos estar a favor também. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) - Só informar que também para a Mesa, é um prazer passar aqui o sábado com Vossas Excelências a trabalhar em prol de Famalicão e dos famalicenses. Muito obrigado. -----

---MIGUEL FIDALGO (IL) - Senhor Deputado João Pedro Castro, provavelmente não leu a proposta, porque fala muito de despesa e burocracia. Nós estamos a falar de alunos do ensino secundário. Nós não vamos pagar senha de presença aos alunos do secundário. Isto vai ser sessão pedagógica. Nós queremos colocar os alunos, as pessoas e os jovens na vida política, porque nós precisamos. Portugal precisa disso. Famalicão precisa disso. E fala do número da desagregação de freguesias, trinta milhões. Nós estamos a falar de quase zero euros por sessão, senhor João Pedro Castro. É apenas os custos técnicos que vai envolver. Se o Chega não quer gastar um bocadinho de dinheiro, muito pouco, para a literacia política dos jovens, então tem as prioridades desalinhasadas. O nosso parecer em relação aos outros votos, dos grupos municipais, o voto de recomendação do Partido Socialista, votaremos a favor da recomendação. No voto de louvor aos nossos Bombeiros pelo partido Chega também obviamente votaremos a favor. Na moção de recomendação do PSD pela admissão de espaços Co-Working, votaremos a favor. Até nós num programa da Iniciativa Liberal tínhamos uma proposta idêntica, onde defendemos escritórios no edifício da antiga reguladora perto da estação, onde queríamos juntar a mobilidade, como também com o setor empresarial para fazer uma sinergia interessante. E em relação à proposta da CDU, também votaremos a favor.

---DANIELA TORRES (PSD) - O Grupo Municipal do PSD e particularmente a JSD, acreditamos genuinamente que aproximar os jovens das instituições, do debate político e da realidade do poder local é essencial para a qualidade da nossa democracia. Inclusivamente no anterior mandato, como já foi aqui referido, o Senhor Presidente da

Mesa, Engenheiro João Nascimento, já fez o convite às escolas para virem assistir à Assembleia Municipal. Também já fez e já realizaram com o Executivo uma simulação de uma Assembleia Municipal com os alunos das escolas, e tudo isso já foi feito. É um facto, e apesar de nós saudarmos o cerne desta proposta da Iniciativa Liberal, teremos de ser exigentes na análise. Isto porque, no passado já houve, e no primeiro mandato do Doutor Nuno Melo, já decorreu uma espécie de Assembleia Municipal Jovem e nós temos que nos questionar o porquê de ter deixado de existir. Algum motivo foi. Não sei se foi pela escola, por falta de participação, não sabemos, mas temos que ser exigentes daqui em diante se esta proposta for aprovada e temos que fazer uma reflexão. E eu fiz realmente uma reflexão, que foi o porquê de esta proposta não ter sido levada ao Conselho Municipal da Juventude, em que colocariam os jovens a debater e depois, na sequência do CMJ, que por acaso aconteceu na semana passada, na segunda-feira, teriam trazido para cá essa proposta, depois de debatida com os jovens. Acho que não basta dizer que somos os representantes dos jovens na Assembleia Municipal e não ouvir os jovens anteriormente antes de trazer a proposta. Bem sei também que não há qualquer obrigação de o fazer e acho que seria coerente por parte da Iniciativa Liberal que esta ideia fosse previamente discutida. E deixo desde já esse repto que leve ao órgão consultivo municipal, que é o CMJ, medidas dos jovens para depois trazer à Assembleia Municipal, porque devemos ouvir os jovens antes de trazer medidas para cá. Por fim, termino como comecei. É inequívoco que a necessidade de aproximar os jovens para a política e, e nesse sentido eu questiono o que é que a Iniciativa Liberal quer dizer com respeito, por regras de equilíbrio do género, do que é que estamos a falar? Estamos a falar da Lei da Paridade? Então assim deve ser retificado, não devemos ser vagos. Para além disso, relativamente ao grupo de trabalho, sugiro que cada grupo municipal não se faça representar em si, mas na proporcionalidade da sua representação política. Com as devidas alterações, iremos votar favoravelmente porque acreditamos na participação

cívica dos jovens e porque queremos que Vila Nova de Famalicão continue a ser um concelho que aposte nos jovens. -----

---RICARDO MENDES (CDS) - O Grupo Municipal do CDS não irá votar favoravelmente todas as propostas, é concretamente relacionada à primeira, o voto de recomendação do Partido Socialista, teve já a oportunidade quando colocaram esta questão. Aliás, se o senhor Presidente tiver a oportunidade de ver em duas páginas, resume aqui todas as questões relacionadas com mobilidade urbana da Famalicão ficariam resolvidas antes fosse dessa forma, não é? Mas relativamente a esta matéria, existem aqui alguns considerandos que achamos que não estão suficientemente estribados. Concretamente, a relacionada com as questões semaforicas que aqui são referidas para colocá-los novamente esses semáforos a funcionar, se eventualmente eles estão desligados terão existido estudos e posteriormente estudos que recusaram, ou que eventualmente os tornaria menos, ou não seria a solução ideal. Por esse mesmo motivo, o Grupo Municipal do CDS sem muitas delongas, irá votar contra este voto de recomendação. Quanto ao voto de louvor do Chega, relativamente aos Bombeiros, obviamente que subscrevemos integralmente o texto, obviamente, assim como os seus considerandos. Relativamente ao voto de congratulação do PS, relacionado com o atleta famalicense João Silva, associamo-nos ao mesmo, como é óbvio, votaremos favoravelmente. O voto do PSD relacionado com os espaços de Co-Working, votaremos a favor. Julgo que a Câmara e o programa desta coligação têm uma particular incidência também no surgimento destes mesmos espaços. Relativamente à criação da Assembleia Municipal Jovem de Vila Nova de Famalicão, a senhora deputada Daniela Torres disse com exatidão aquilo que é a nossa opinião acerca desta matéria. Deve haver, embora no passado, nestes últimos atos eleitorais, tivemos o exemplo de que afinal as pessoas não estão assim tão desligadas da política. As pessoas estão interessadas, participam e não deixam a sua decisão por mãos alheias. E ainda bem, mas

de todas as formas, tendo em conta os considerandos que julguei muito assertivos da senhora deputada que me antecedeu, no entanto, somos favoráveis a que sejam criados todos os mecanismos que permitam a participação dos jovens numa forma muito ativa naquilo que são as decisões da sua comunidade. Relativamente à moção de saudação e solidariedade, julgo que mais uma vez ficou expressa a solidariedade do povo português e a entreatura que existe quando infelizmente estes fenómenos acontecem e prejuízo de muitos, torna também o interesse e a entrega de alguns que os ajudam. Portanto, iremos votar a favor. Agora, quanto à questão relacionada com a criação das unidades locais de Proteção Civil e que estão estruturadas legalmente e são inclusive parte do programa da coligação e já deram passos no anterior mandato. Tinha lá um Vereador da Proteção Civil que já sabia desta matéria e que andava a tentar colocá-la, mas há aqui alguns considerandos perigosíssimos. Concretamente, relativamente àquilo que está para ser deliberado, a parte da deliberação está absolutamente conforme aquilo que é, que é uma proposta que eu julgo que é importante a criação destas unidades locais de Proteção Civil. Agora, termos aqui considerandos que referem que, estes membros das unidades locais de Proteção Civil e dos Presidentes de Juntas, de voluntários e de funcionários das Juntas de Freguesia, antes as Juntas de Freguesia tivessem uma estrutura capaz de fazer frente a tudo aquilo que aqui está a referir. Julgo que é um pouco desproporcional e até perigoso referirmos que as Unidades Locais de Saúde podem fazer frente inicialmente àquilo que é um incêndio, àquilo que é uma cheia, àquilo que é uma inundação, sem se colocar em perigo. Aquilo que é dito, mesmo aos operacionais da Câmara Municipal, à equipa operacional da Câmara Municipal de Proteção Civil, é que eles não são Bombeiros. Relativamente a uma outra coisa ainda mais preocupante, é a questão dos desfibriladores automáticos que temos. Existe um programa que está a ser lançado a nível municipal e nacional. Aliás, teve um grande impulsionador, um médico local, não de Famalicão, mas de Guimarães, a nível nacional, quando se começou a

caminhar neste sentido. Estes desfibrilhadores são colocados em espaços públicos, alguns de grande afluência, outros na realização de grandes eventos, mas têm algumas particularidades que não estão concretamente previstos no escopo legal que institui estas Unidades Locais de Proteção Civil. E que exige, por exemplo, que cerca de cem metros ou no máximo trezentos metros, tenha gente com esta formação para poder acionar os dispositivos aqui referidos vinte e quatro horas. Ou seja, nós não podemos ter ali um dispositivo que garanta às pessoas que se existir alguma situação, serão acionados e não ter a possibilidade de que essas pessoas que circulam naqueles locais estejam vinte e quatro horas, entre aspas, protegidas por estes dispositivos. Ou seja, há um plano para colocação no meio urbano destes dispositivos, mas terão que ser formados também moradores, porque só dessa forma é que poderão estar vinte e quatro horas disponíveis. E por esses mesmos considerandos, e porque embora concordemos em absoluto com isto, aliás, provém da lei e está no programa desta coligação, iremos abster-nos pela imprecisão que está aqui colocada e que pode pôr até em risco algumas pessoas que, na euforia de tentar ajudar os outros, pode colocar em risco a si próprio e dificultar a tarefa que já é muito árdua dos Bombeiros Voluntários, que são voluntários, mas são os voluntários mais diferenciados e destacados da nossa sociedade. -----

---**MIGUEL FIDALGO (IL)** - Senhora deputada Daniela Torres, as suas recomendações pareceram sensatas. Obviamente que o que eu estava a falar era da Lei da Paridade. E em relação à CMJ, é um órgão consultivo, é meramente consultivo, que nós respeitamos muito, mas a nossa legitimidade vem dos eleitores que votaram em nós nas passadas eleições autárquicas. Mas claro que podemos levar num próximo CMJ esta proposta à discussão para todos os jovens terem a possibilidade de mostrar o seu parecer em relação a esta proposta. Quanto às alterações que me pediu, também me parecem todas tranquilas. -----

---**PAULO PINTO (PS)** - Senhor Deputado Ricardo Mendes, ouvi atentamente as suas explicações para não votar favoravelmente o voto de recomendação da CDU. Ao menos o PSD foi mais sincero, arranjou um artefacto regimental, e diz: "não vou votar favoravelmente, porque não entrou dentro do prazo regimental". Era mais fácil e teríamos todos a brincar. Relativamente à sua questão do nosso voto de recomendação de mobilidade, hoje apresentamos voto de recomendação porque o ouvimos numa última assembleia. Vossa Excelência disse: "disse, se trazer cá um voto de recomendação, para o Partido Socialista, e eu voto favoravelmente". Afinal, não vota favoravelmente. Fica só a tarja. Obrigado, senhor deputado. -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** - O Grupo Municipal do PSD irá votar favoravelmente todas as propostas em apreciação, com exceção de duas. Exatamente a proposta de recomendação da CDU que se irá abster, não porque ela foi apresentada fora do prazo consensualizado em comissão permanente de apoio à mesa e reforçado com uma comunicação oficial dos serviços, mas sim pela simples circunstância de que nós aderimos em absoluto a argumentação já aqui aduzida pelo CDS-PP. E iremos votar contra a proposta de recomendação do Partido Socialista, porque nós não precisamos, entre outras coisas, de recomendar à Câmara Municipal que clarifique, por exemplo, o enquadramento do novo acesso à A7. Nós conhecemos muito bem esse enquadramento. Nós sabemos que as câmaras municipais de Famalicão, Barcelos e Póvoa de Varzim acordaram na construção deste nó, acordaram na localização deste nó na zona de Fradelos e Balasar, acordaram na necessidade de serem as autarquias a suportar os custos com a melhoria da rede viária de acesso àquela portagem. Nós sabemos que o estudo prévio ou o estudo já de construção daquela praça de portagem está feito. E nós também sabemos que o governo do Partido Socialista, durante oito anos, simplesmente se recusou a dizer qual era a sua decisão quanto à necessidade de prolongar o prazo da concessão. O Partido Socialista quer a requalificação? Está aqui feito. E nós também

não precisamos recomendar à Câmara Municipal, por exemplo, que promova soluções para o congestionamento persistente na entrada da A3. É o que ela tem feito publicamente, não só o propósito de entrada na A3 como na saída com sucesso, como a construção de uma nova rotunda no nó de acesso em Santiago da Cruz ou como alternativa à Ponte da Lagoncinha. Nós não precisamos recomendar, nós sabemos isso. A Câmara tem-no feito. É evidente que há aqui uma outra medida interessante que nós poderíamos concordar, mas o grosso das medidas, de facto, senhor Presidente, senhores deputados, não nos permite votar favoravelmente, antes pelo contrário, votar contra. ----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Relativamente à argumentação apresentada tanto pelo PSD como pelo CDS, esclarecer que ninguém se irá obviamente substituir aos bombeiros, às entidades, oh senhor deputado, é logo desconstruída essa argumentação no segundo parágrafo, quando eu refiro: - “estas unidades atuam em articulação e sob coordenação do Comando Municipal de Proteção Civil”. Olhe, por exemplo, a Senhora Presidente da Câmara de Coimbra não é bombeira, mas está no terreno. Tem uma intervenção imediata. Organiza e coordena, juntamente com as unidades de Proteção Civil e relativamente aos desfibrilhadores, qual é o problema de ter essa formação? Não vejo nenhum constrangimento em que a população, aliás, a maneira como o senhor Deputado argumentou parece que obriga a qualquer pessoa que tenha essa formação a estar vinte e quatro horas acordada. Não. Permite é que, estando no momento e tendo essa necessidade de intervenção, que esteja com essa formação e consiga ir atuar de imediato. É simples, senhor Deputado. -----

---**PAULO PINTO (PS)** - Relativamente aos problemas de mobilidade, senhor Deputado, estão com problemas em Famalicão, infelizmente, estão visíveis aos olhos de todos que circulam aí. Portanto, sei que a culpa é sempre do Governo, pelo menos era até dois anos atrás. Mudou o Governo, está da sua cor política, a culpa já não é, eu termino já, senhor Presidente. Já agora, relativamente aos semáforos, que há bocado

esqueci-me de referir. Na altura, o Partido Socialista apresentou algumas dúvidas relativamente à colocação dos mesmos. Agora, neste momento, servem como ornamento. Se calhar, aqui algum dia vamos ter que apresentar um voto de recomendação, colocar umas floreiras nos semáforos pra ficarem mais vistosos. -----

---RICARDO MENDES (CDS) - Relativamente a este assunto, eu não vou estar aqui com discussões estéreis, relativamente às questões das Unidades Locais de Proteção Civil, e aquilo que eu disse foi absolutamente claro. Nós somos favoráveis termos enquadrado no programa eleitoral da coligação as Unidades Locais de Proteção Civil, no entanto, infelizmente, senhora Deputada, é ter um bocado de desvio daquilo que é a realidade. Não existem pessoas suficientes para fazer aquilo que a senhora Deputada referiu. Numa sociedade perfeita, talvez existissem, doutra forma, não. Relativamente às indicações do senhor Deputado Paulo Pinto, eu, como sabe, já lhe disse isto muitas vezes, eu adoro aprender, aprendo todos os dias. Gosto pouco é que me ensinem. Muito obrigado. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) - Antes de passarmos à votação, a Mesa queria apenas, solicitar aqui um esclarecimento relativamente à moção de recomendação da Iniciativa Liberal – “Pela criação da Assembleia Municipal Jovem de Famalicão” - uma vez que a Mesa é aqui abordada, queria só o seguinte esclarecimento. De acordo com o artigo 3, número 1, alínea C do regimento, a Assembleia Municipal tem nas suas competências a criação de grupos de trabalho, aquilo que o senhor Deputado da Iniciativa Liberal aqui propõe no voto. No âmbito do artigo 27º, na secção 3, comissões do regimento, e no número 1, diz que "sob proposta do presidente da Mesa ou de qualquer outro grupo municipal pode a Assembleia Municipal constituir comissões eventuais de estudo de trabalho e técnicas". Aquilo que eu pergunto, é se o objetivo é por analogia a estas comissões, constituir esse grupo de trabalho com uma comissão de trabalho, com um elemento de cada partido,

como o senhor Deputado explicita na proposta. Seguindo estas indicações do artigo 27º, nomeadamente o número3 do artigo 27º e seguintes, e todas as suas alíneas, por analogia, constituindo uma comissão de trabalho, mas indicando e penso que ficou claro, tal como o senhor Deputado ali fez, seguindo a recomendação do grupo municipal do PSD, indicando o número de elementos, um elemento de cada partido, mas consagrando o respeito pelos princípios da proporcionalidade. Eu gostava só que isto ficasse claro, para que todos soubessem o que é que se está a votar, qual o sentido de voto e qual é a deliberação que vai ser tomada nesta Assembleia Municipal. -----

---MIGUEL FIDALGO (IL) - Sim, é uma comissão de um grupo de trabalho, eu coloquei apenas um representante de cada grupo municipal para conter custos, mas a votação será sempre de acordo com a proporcionalidade. -----

---JOÃO FONTES (PSD) – Interpelação à Mesa. Senhor Presidente, na sequência do que disse do artigo 27º. O artigo 27º, número7 do Regimento também estabelece que esses grupos, terão que ter composição ímpar até nove elementos da Assembleia Municipal. E se seguirmos a lógica de um elemento de cada grupo municipal, creio que teremos um número par com seis números. Por isso, essa questão terá de ser salvaguardada, porque não poderemos se for para criar uma comissão, estaremos a incumprir essa norma do artigo 27º, número7.-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) - Senhor Deputado, de facto, tem razão. E, portanto, aquilo que se pode fazer, o número 7 diz que as comissões serão constituídas por um número ímpar de elementos não superior a 9, salvo se não for possível observar a representação proporcional de cada grupo municipal e, portanto, aquilo que se propõe é que em analogia seja criada uma comissão de trabalho. Eu pergunto à Iniciativa Liberal o que é que propõem neste âmbito? -----

---**MIGUEL FIDALGO (IL)** - Tal como em conversão agora com o senhor Deputado, penso que posso referir, Jorge Paulo Oliveira. Seria um grupo de trabalho, com representatividade, não o artigo 27º, se não me engano. Eu não sei o regimento de cor, mas penso que daria para fazer um grupo de trabalho com representatividade de um por cada Grupo Municipal. Senão podemos também fazer, como estamos a fazer na comissão eventual do regimento, que são 9 representantes, penso eu, e a votação é de acordo com a proporcionalidade. Proponho à Mesa, depois ouvir a Comissão Permanente numa próxima reunião para delinear as diretrizes, desta comissão ou grupo de trabalho, de acordo a cumprir com o regimento. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO)** - Senhor Deputado, eu agradeço-lhe a interpelação, mas a questão é que isto vai ser votado hoje e, portanto, os senhores deputados têm que saber o que é que, o que é que estão a deliberar. A não ser que queira deixar a proposta pra uma próxima assembleia municipal, por exemplo. Tem a palavra senhor Deputado para uma interpelação à Mesa.

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – É uma interpelação à Mesa. Longe de mim, fazer uma interpelação diferente daquela para a qual pedi a palavra. Senhor Presidente, na verdade, como o senhor Presidente e muito bem referiu, o nosso regimento prevê a criação de grupos de trabalho, delegações e comissões. Aliás, relativamente aos grupos de trabalho, tem até uma segunda norma que diz que a comissão, que o regimento é proposto pela Mesa e que a Mesa pode até pode propor um grupo de trabalho. Ora, o que nós sabemos é que, quer as delegações, quer os grupos de trabalho, não estão densificados no regimento, apenas as comissões. O senhor Presidente, e muitíssimo bem, fez por analogia uma aplicação do artigo 27º relativamente aos grupos de trabalho. Mas nós não precisávamos de fazer uma analogia em absoluto. Isto é, do nosso ponto de vista, é possível fazer uma analogia, portanto, adaptando o artigo 27º ao grupo de trabalho, mas não na sua totalidade. Isto de forma a evitar, por exemplo, ter que criar

dentro se fosse por analogia na sua totalidade, o grupo de trabalho teria que ter obrigatoriamente um presidente, teria que ter obrigatoriamente um relator, teria que ter obrigatoriamente um secretário, teria que cumprir a regra de serem número ímpar. Ora, o que nós propomos e defendemos é que de facto se crie o grupo de trabalho que não se confunda com uma comissão, não necessitando de verificar ou de cumprir a regra de que não pode ser em número ímpar com aquela condição que já aqui foi expressa, que cada deputado que ali está não se representa a si, mas representa o grupo municipal que integra. Era isso, muito obrigado.-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) - De facto, a Mesa quando colocou esta questão, ainda bem que o fez, é porque a situação não estava clara. E aquilo que a Mesa pretendeu foi uma clarificação da situação para que toda a gente soubesse o que é que estamos a apreciar e o que é que vai ser deliberado. Portanto, se a Iniciativa Liberal aceitar estes termos, a votação será nestes moldes: Criação de um grupo de trabalho por analogia a uma comissão que não respeitará nomeadamente e apenas o número 7 do artigo 27º do regimento, no que diz respeito ao número de elementos na sua constituição, mas que respeitará o princípio da proporcionalidade dos membros que dela fizerem parte. É assim, senhor Deputado? É isso, não é? São estes os termos. Muito bem, é isso que será votado. Vamos então passar à votação. Tal como habitualmente, vou pedir que a primeira votação seja feita por fila para que possamos fixar o quórum.-----

---POSTO Á VOTAÇÃO O VOTO DE RECOMENDAÇÃO APRESENTADO PELO PARTIDO SOCIALISTA SOBRE A MOBILIDADE URBANA, ACESSIBILIDADE PEDONAL, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO INTEGRADA DO TRÁFEGO NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, FOI O MESMO REJEITADO.-----

---POSTO O VOTO DE LOUVOR APRESENTADO PELO CHEGA RELATIVAMENTE AOS NOSSOS BOMBEIROS, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE. -----

---POSTO Á VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO PARTIDO SOCIALISTA AO JOVEM ATLETA FAMALICENSE JOÃO SILVA, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO PSD PELA DINAMIZAÇÃO DE ESPAÇOS DE CO-WORKING E VALORIZAÇÃO DO TALENTO EM VILA NOVA DE FAMALICÃO, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELA INICIATIVA LIBERAL PELA CRIAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL JOVEM DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A MOÇÃO DE SAUDAÇÃO E SOLIDARIEDADE APRESENTADA PELA INICIATIVA LIBERAL PELAS CHEIAS E INUNDAÇÕES NA REGIÃO DE LEIRIA, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO PELA CDU RELATIVAMENTE À CRIAÇÃO DE UNIDADES LOCAIS DE PROTEÇÃO CIVIL, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A ATA DE VINTE E NOVE DE NOVEMBRO DE 2025, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A ATA DE CINCO DE DEZEMBRO DE 2025, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A ATA DE SEIS DE DEZEMBRO DE 2025, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---PRIMEIRO PONTO – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D)-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (MÁRIOS PASSOS) – Muito bom dia, a todas e todos. Permita-me cumprimentá-lo, senhor Presidente da Mesa, demais elementos da Mesa, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta e também aqueles que nos ouvem lá em casa, mas também um cumprimento que se estenda, um cumprimento muito especial, senhor Presidente da Direção da Corporação dos Bombeiros Voluntários Famalicenses. Obrigado por cá estar, desde logo, e obrigado pela sua disponibilidade em permitir que esta Assembleia aqui se realize, mas acima de tudo pelo trabalho que tem desenvolvido, que muito tem ajudado os nossos concidadãos famalicenses. Por isso, fica aqui também esta nota de agradecimento. No concerne às informações, permitam-me só meia dúzia, mais coisa menos coisa de algumas informações. Desde logo, com aquela matéria que está na ordem do dia, que se prende com as questões climáticas, que muito tem afetado o país em geral e muito em particular, alguns distritos do nosso país. São fenómenos

extremos da natureza que, obviamente, nós temos que ter em conta, em atenção, como aqui também já foi referido de forma muito superficial, acerca do que deve ser a proteção civil do futuro. Mas aqui, no que concerne àquilo que me parece ser pertinente referir no dia de hoje, são os apoios que Famalicão, mais uma vez, disponibilizou a estes distritos, nomeadamente a alguns conselhos de alguns distritos, lembro sempre Leiria, lembro Santarém e agora mais recentemente, Coimbra, mas sobretudo Leiria e Santarém, em que a própria Câmara Municipal disponibilizou telhas em mais de oito mil, numa articulação com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, como eu acho que deve ser. Mas alargar obviamente, um agradecimento e fazer aqui a referência, em jeito de informação, também aos muitos apoios que a sociedade civil, mais uma vez manifestou por forma a ajudar estas populações, que ainda por cima são nossos concidadãos portugueses. Lembro muitas empresas, as associações, as instituições e escolas também que estiveram muito envolvidas e também os cidadãos de forma particular. Mais uma informação que me parece, importante, foi inauguração do novo espaço Fitness e Street Workout, que é muito importante. É um novo conceito de parques públicos, para que o exercício físico possa ser desenvolvido por todos. Isto é, também colocar à disposição dos famalicenses a possibilidade de praticarem exercício físico. Isto chama-se democratizar o desporto e é isso que queremos cada vez mais também em Vila Nova de Famalicão. Dizer-vos ainda que a Escola Básica de Seide irá entrar em obras e, portanto, durante as férias da Páscoa, ou a pausa letiva da Páscoa, assim é que está correto, iremos proceder à transferência para a escola provisória que ficará junto à Casa Camilo em Seide. Uma informação também muito importante tem a ver com as novas regras de acesso à feira. A feira, como é sabido, vai ter novas regras, inclusive foram colocadas duas cancelas que irão permitir-nos ajudar a organizar e a disciplinar a feira, porque não era possível continuarmos a assistir ao que estava a suceder. E, portanto, a partir do dia quatro de março, iremos ter novas regras na feira,

estou certo. Aliás, numa articulação com a Associação de Feirantes que nos tem também ajudado a desenvolver um normativo com conjunto de regras por forma a que possamos disciplinar a nossa feira, que é uma referência, como é sabido, também aqui na região Norte. A questão do lixo, agravamento das coimas, muito importante, como é sabido, a nível nacional, e não sei se para além daquilo que sucede no nosso país, a deposição de lixo junto, nomeadamente a ecopontos, que nós já temos alguns anos a esta parte, tentado atenuar com o aumento da fiscalização, mas achamos que, porventura, temos que muscular um pouco mais e por isso aqui, os depósitos indevidos, que ainda por cima, nós recolhemos o lixo, lembro, todos os dias e nas freguesias, três dias por semana, temos milhares de ecopontos. Vamos buscar a casa, os chamados monstros, de todas as pessoas que queiram em Vila Nova de Famalicão e, portanto, não se percebe, tendo tudo isto à disposição, como é que ainda existem algumas pessoas que não sabemos se são de Famalicão ou de fora de Famalicão, que ainda depositam lixo junto aos ecopontos. A este propósito, ou uma matéria fim a esta, no dia dezasseis de março, portanto, durante o mês de março, iremos ter uma nova operação de recolha de resíduos em Vila Nova de Famalicão mais eficiente, e estou certo de que esta nova operação, porventura, também irá contribuir para que os depósitos indevidos possam ser atenuados. Por último, uma informação muito importante que tem a ver com a evolução do salário médio de Vila Nova de Famalicão. É, obviamente que é uma notícia muito positiva para Famalicão. Nós que estávamos cá para trás no ranking do distrito de Braga e agora estamos colados a Braga, que tinha uma grande distância do salário médio de Vila Nova de Famalicão, estamos em segundo lugar, muito colados a Braga, com uma diferença de salvo erro, de menos de cinquenta euros. O nosso salário médio são mil trezentos e quarenta e sete e em 2019 era mil e oitenta euros. Portanto, subimos de ranking, aliás, mas subimos de forma muito substancial, estando colados àquilo que sempre estive em primeiro de forma destacada e que agora tem Famalicão muito

próximo. Está aqui também uma boa notícia, sabendo que obviamente vamos todos, todos continuar a trabalhar, por forma a que o salário médio continue a subir, porque tendo uma boa posição do salário médio, não quer significar que seja um bom salário. Claro que não. E vamos, por isso mesmo, continuar a trabalhar para que os nossos concidadãos ganhem cada vez mais. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) --

Antes de prosseguirmos, permitam-me apenas corrigir aqui um lapso que incorri aquando da votação da proposta da Iniciativa liberal, sobre a criação da Assembleia Municipal Jovem. Por lapso disse que o sentido de voto do CHEGA foi favorável, quando na verdade o CHEGA votou contra. E, portanto, a proposta foi assim aprovada com votos favoráveis do PSD, PS, CDS, INICIATIVA LIBERAL e Senhores Presidentes de Junta Independentes. Abstenção da CDU e voto contra do CHEGA. Está devidamente corrigido.-----

---JOÃO CASTRO (CHEGA) - Senhor Presidente de Câmara, Doutor Mário Passos, tal como referi em momentos anteriores, este mandato vai ser um tempo cheio de desafios e vai ter que haver tomadas de decisão corajosas. A alteração axiológica da nossa sociedade implica que olhemos para ela com pragmatismo e com a noção de que é preciso tomar medidas, às vezes impopulares, mas necessárias. Antes de lhe colocar algumas questões, gostaria encarecidamente de lhe pedir um favor.; faça, por favor, uma declaração pública aos famalicenses dizendo que os seus Deputados da Assembleia Municipal não têm qualquer poder executivo, que não mandam em nada, e a única coisa que podem fazer é apresentar meras propostas que quase de certeza vão ser reprovadas. Que os deputados do CHEGA não mandam nada e que especialmente o deputado João Castro. Nada manda. É que na rua sou constantemente abordado com problemas, com inquietações para o qual não tenho resposta: -----

- Porque razão o PDM é tao burocrático e parece favorece sempre os mesmos e a sua discussão é quase uma mera formalidade? -----
- Porque razão as estradas municipais estão em mau estado se temos uma Câmara rica? -
- Porque razão andam estes gangs a aterrorizar toda a gente, especialmente os nossos jovens e ninguém faz nada “(mostra duas fotografias)? Esta fotografia, é de um par de sapatilhas ou ténis, sapatos de desporto, penduradas numa árvore. Ao estilo de gangs americanos, ao melhor estilo de gangs americanos. Foi-me trazida por uma ilustre cidadã famalicense. -----
- Porque estacionam carros nos passeios e nem o meu carrinho de bebé, consegue passar? Isto foi outra cidadã famalicense que trouxe ao meu conhecimento. -----
- Porque razão o rio Pelhe na devesa está sempre sujo e poluído?-----
- O meu avô foi atropelado em Calendário por esta praga de trotinetes e ninguém faz nada? -----
- Porque se vende droga à porta das escolas à descarada e ninguém faz nada? Mostra o jornal Cidade Hoje, isto é o título do jornal, doze pessoas detidas. Tráfico de droga. Famalicão envolvido em operação nacional da PSP. É um problema. E depois assobia-se para o lado em algumas situações em que nós trazemos aqui este tipo de problemas e está tudo bem, não há problema nenhum. No meu tempo eu ia sozinho para escola sem nenhum problema e agora é o que se vê. -----
- Porque razão o meu filho não tem lugar na creche e os filhos dos imigrantes são colocados imediatamente? São realidades, não querem aceitar, são realidades. -----
- Porque razão ao fim de semana os parques desportivos estão sistematicamente ocupados pelos novos habitantes e os nossos filhos não podem sequer jogar um bocadinho de futebol? A questão foi-me colocada exatamente nestes termos. -----
- Porque na rua onde vivo, (um mero exemplo) a rua do xisto em Ribeirão, está uma lástima, cheia de buracos que causam prejuízos constantes aos automobilistas? -----

- Porque razão as lojas de propriedade municipal, os espaços e os negócios são sempre para os mesmos protegidos?-----
 - Porque razão não se reabilita as escolas primarias abandonadas? -----
 - Estou num processo cível relacionado com a minha empresa e tenho que me deslocar constantemente ao tribunal de Guimarães, porquê? Se temos um Tribunal aqui com todas a condições.-----
 - Depois a pergunta crónica dos futeboleiros como sabe, isto a propósito da sua campanha eleitoral. E agora vem a pergunta dos futeboleiros, sabe disso.-----
 - Qual é o plano B para o estádio de que falou o Presidente? É que eu me lembro em campanha eleitoral de ver um cartaz dizendo, “Mário Passos mais desporto, e dizia novas piscinas, novo estádio, centro de atletismo “. -----
 - E agora uma pergunta da minha autoria, com a mais que provável criação da área metropolitana do Minho, gostava de saber quais são os institutos que vão desaparecer? Aqueles institutos que se revelam completamente inúteis (ccdr, ihru, cim do ave). Estou a perguntar-lhe se tem alguma ideia do que é que vai desaparecer, porque de facto isto é despesa atrás de despesa, mais de mil Institutos em Portugal, mais de trezentas Empresas Municipais. Portanto, é uma necessidade premente reduzir os custos com todo este tipo de burocracias. Senhor Presidente, tudo o que lhe acabo de perguntar foram questões dirigidas à minha pessoa. Sou um mero veículo de transmissão que é também a minha função como deputado municipal. O nosso mundo está complexo e os decisores políticos tem que ter uma preparação especial para perceberem o que os rodeia segundo critérios de justiça e equidade. Mas os nossos valores, a nossa identidade tem que ser mantida e não substituída por meros conceitos mundanos. -----
- MIGUEL FIDALGO (IL)** - O que aconteceu com o Estádio Municipal não é um acaso, é um diagnóstico desta governação. Em campanha eleitoral ouvimos e líamos as promessas em letras grandes. Estádio novo e contribuintes não pagam um euro. Hoje

temos o resultado. Concurso deserto, zero interessados e agora um chamado plano B, onde já se admite investimento municipal. Isto aqui não é detalhe. Isto é a diferença entre uma promessa e uma fatura. Prometeram custo zero, entregaram-nos risco máximo. E não aceito a explicação que os grandes *player* tão assoberbados. Se estavam, então a pergunta é óbvia: por que é que a Câmara lançou um concurso sem garantir que o modelo era atrativo e executável? Não foi o mercado que falhou, Senhor Presidente, foi a Câmara que não fez o trabalho de casa. Da nossa parte, deixo isto bem claro, não damos aval a dinheiro público no futebol profissional. O município não é banco, não é fiador e os famalicenses não podem ser chamados a pagar a conta de um negócio privado. E atenção, isto não é só construir, o botão paga-se uma vez, a manutenção paga-se todos os anos. Já vimos o exemplo próximo, como aqui o Braga, como estes investimentos transformam encargos permanentes. E nós não podemos repetir isto aqui, Senhor Presidente. Por isso, três perguntas muito diretas: quanto vai custar aos famalicenses e em que formato e que contrapartidas públicas existem escritas, auditáveis? E se no estádio estamos a falar de risco financeiro, no próximo tema falamos dum risco ainda mais sério, risco para as pessoas. Quero ligar dois casos que expõem um problema de fundo. A Câmara não previne, reage, só acorda quando há risco iminente ou quando já há desastre. Em Mouquim foi público. Cinco pessoas desalojadas por causa dum derrocamento. E há um morador que diz que alerta a Câmara desde 2019 para instabilidade do muro. Se isto é verdade, Senhor Presidente, a pergunta é inevitável e é brutal. Tem de cair para Câmara se mexer? Tem de ceder a terra para haver resposta? Isto liga diretamente ao que eu trouxe aqui na última Assembleia Municipal, o muro de sete metros na Encosta de Joane. Os serviços conhecem há anos. Há processos de fiscalização, há registros internos, há conhecimento técnico, há até um processo no tribunal. E quando eu perguntei aqui, a resposta foi a mais antiga técnica da burocracia. Silêncio. Silêncio não é resposta, silêncio é fuga. Por isso, hoje peço

respostas curtas, sem rodeios, porque aqui está em causa a segurança pública, não é apenas um dossier administrativo. Primeiro, o muro de Joane tem licenciamento, sim ou não? Se não tem, por que razão a Câmara tolera há anos uma estrutura destas sem agir e qual é a medida concreta e o prazo pra eliminar este risco? O muro de sete metros não se resolve com e-mails ou silêncio. Resolve-se, sim, com decisão. E segundo, no caso de Mouquim, o que foi feito desde os primeiros alertas, notificações, intimações, contraordenações, medidas cautelares, o que foi feito e quando? Porque estava sinalizado, como foi dito, não chega. Sinalizado não é resolvido. Terceiro e mais importante do que estes dois casos, o município tem ou não tem um plano municipal de prevenção para muros de contenção e taludes? Inventário, classificação de risco, prazo de intervenção, reporte público, ou vamos continuar a governar à base do improvisado até o dia em que a sorte acaba? E termino com uma frase que fica. Prevenção custa sempre menos do que a tragédia. E o silêncio burocrático, quando há risco, não há naturalidade. Há, sim, negligência política. -----

---RAQUEL CARVALHO (CDS) - No passado dia 28 de abril de 2025, ocorreu às 11h33 um apagão em Portugal e em toda a Península Ibérica, que resultou numa interrupção generalizada no fornecimento de eletricidade e que criou constrangimentos sem fim nas nossas vidas, mas sobretudo ao nível das instituições que prestam apoio públicos aos mais vulneráveis. Nas instituições como nas nossas vidas, a energia elétrica é um bem essencial, sem a qual a maioria não consegue cozinhar, assegurar alimentação, mobilizar os utentes dependentes, assegurar oxigênio, dependendo da quantidade necessária prescrita para um utente, uma garrafa de oxigênio pode durar somente quinze horas, e outros cuidados a crianças e idosos. Nas últimas semanas, e devido às condições climáticas, têm-se verificado sucessivos cortes de energia. As instituições deste concelho apoiam milhares de utentes, quer os que estão integrados nas suas respostas, quer os que estão nos seus domicílios e recebem diariamente o seu

apoio. E permita-me aqui também realçar o papel e agradecer o trabalho, a preocupação, a articulação e todo o apoio contínuo da nossa Proteção Civil e de todos os seus agentes, que são um garante de tranquilidade, serenidade e de salvaguarda da nossa segurança e bem-estar. Assim sendo, e sabendo da preocupação constante do senhor Presidente da Câmara Municipal com os seus cidadãos, principalmente os mais vulneráveis, e do apoio constante às instituições deste concelho, gostaria de em nome do Grupo Municipal do CDS-PP, recomendar e propor à Câmara Municipal criar mecanismos e procedimentos num plano de contingência a adotar por todas as instituições de apoio social ou outras, de sinalização de famílias ou pessoas que estão em situação de isolamento e vulnerabilidade nos seus domicílios e que possam necessitar de ajuda urgente e imediata. Apoiar as instituições sociais a dotarem-se de geradores adequados às suas necessidades, garantindo assim os serviços essenciais nos cuidados de saúde e alimentação. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - O processo do novo Estádio Municipal tem sido marcado por sucessivos anúncios, recuos, alterações de localização, dúvidas sobre financiamento e que modelo adotar, factos que resultam da incapacidade de planeamento estratégico, o que alimenta a perceção pública de instabilidade. -----

Desta sucessão de incertezas, pergunto: -----

- Qual é o plano B da Câmara para garantir uma solução definitiva para o Estádio Municipal, alinhada às necessidades desportivas do concelho? -----

- Com um histórico de diferentes propostas e soluções já apresentadas, não considera o Senhor Presidente que este plano B poderá, na realidade, ser já o plano F (letra inicial do verbo falhar), tal o volume de alternativas anunciadas, mas sem qualquer concretização? -----

- PDM. -----

- O Plano Diretor Municipal (PDM) é estruturante para a qualidade de vida das populações e para o desenvolvimento do concelho. As opções nele consagradas têm impactos profundos e duradouros, na política dos solos, na defesa ambiental, no interesse económico e na vertente social. No âmbito do processo de revisão do PDM, ainda em curso, a CDU, bem como diversos setores da comunidade local, têm vindo a manifestar sérias preocupações quanto às opções apresentadas, de proteção do solo agrícola e florestal, pressão urbanística, sustentabilidade ambiental, bem como à participação das populações neste processo. Pela importância deste dossiê, teme-se um arrastamento do processo e a falta de informação sobre o seu andamento, que constrangimentos existem e que soluções tem o município. -----

Nesse sentido, questionamos o Senhor Presidente da Câmara: -----

- Qual é o ponto de situação da revisão do Plano Diretor Municipal, e em que fase se encontra o processo; que dificuldades ou condicionantes têm sido identificadas e, sobretudo; qual o calendário previsto para a sua conclusão e entrada em vigor? -----

- Rotunda nova e respetivas obras. -----

Na inauguração do parque desportivo de Sinções, o Senhor Presidente anunciou a intenção de construir uma nova rotunda naquela via, afetada por sérios congestionamentos, com impactos na mobilidade diária de quem ali vive, trabalha ou circula. Contudo, para além do anúncio público, não é conhecido o local exato da intervenção, nem o seu enquadramento técnico, fundamentos concretos para a solução proposta, e se há estudo prévio ou projeto definido para essa nova rotunda. Têm sido recorrentes as queixas dos munícipes face às demoradas obras municipais em curso, seja este atraso motivado pela falta de planeamento adequado, deficiências na execução ou por fiscalização insuficiente. A este propósito, recordamos que a obra da rotunda que liga à Central de Autocarros se arrastou durante anos, com sério incómodo para o trânsito da população. Para a CDU, as opções em matéria de mobilidade exigem

planeamento rigoroso, transparência e avaliação da sua necessidade e impacto, pelo que aguardamos esclarecimento. -----

Por isso, pergunto: -----

- Concretamente, onde se prevê a implantação da nova rotunda do Parque de Sinções?
- Qual a solução técnica prevista e que problemas de mobilidade se pretendem resolver?
- Quando se prevê a intervenção e qual o seu investimento? -----
- E, sobretudo, se considera que esta obra é uma prioridade real, tendo em conta o histórico recente de atrasos em obras rodoviárias, e as dificuldades sentidas na sua execução e fiscalização? -----
- Campo da feira. -----

Acorrendo a uma necessidade da cidade, o município adquiriu um terreno junto ao campo da feira, utilizando-o como estacionamento de reforço em períodos de maior procura, que se considera positiva. Verificamos mais tarde, que esse espaço só esteve ao dispor dos munícipes durante o período eleitoral, vindo a encerrar após a campanha eleitoral, sem qualquer justificação. Desde então, realizaram-se vários eventos na cidade e outros importantes se aproximam, como o Carnaval, em que a falta de estacionamento se repetirá, pela certa. Perante isto, questionamos o Senhor Presidente da Câmara: -----

- Por que motivo se encontra este espaço fechado, e por que não está ao serviço dos munícipes? -----
- O município já tem definido o destino a dar a este terreno? -----

De igual modo, abordamos a condição do espaço destinado aos feirantes de produtos locais. Recordamos que, antes das eleições, foi realizada uma intervenção no pavimento dessa zona, mas nada mais foi feito. Hoje, o espaço volta a ser alvo de críticas por se encontrar, frequentemente, alagado, degradado e sem condições dignas para quem ali vende ou para quem ali compra. -----

Perante esta realidade, questionamos o Senhor Presidente: -----

- Há previsão para uma intervenção estrutural neste espaço, de modo a eliminar os problemas ou a estratégia do Município continuará limitada a intervenções pontuais, sem visão integrada e sustentada para este espaço da cidade? -----

A CDU entende que esta área exige planeamento sério, soluções duradouras e respeito pelos feirantes e munícipes, pelo que aguardamos o devido esclarecimento do Senhor Presidente. -----

- Apagões.-----

Têm-se registado no concelho diversos apagões no fornecimento de energia elétrica, afetando várias freguesias, com prejuízos para as populações, comércio local, indústrias e outros serviços essenciais. Estes apagões, alguns recorrentes nas mesmas zonas, têm gerado preocupação e queixas dos munícipes pelas interrupções prolongadas, falta de informação e ausência de solução eficaz. Tal assume particular gravidade num contexto em que o país tem sido afetado por fenómenos meteorológicos extremos, nomeadamente tempestades que fragilizam infraestruturas, a exigir prevenção, planeamento e mais capacidade de resposta. Tratando-se de um assunto que afeta diretamente a segurança, o bem-estar e a qualidade de vida dos famalicenses, a CDU pergunta: -----

- Que informação obteve o município relativamente às causas destes apagões, que diligências têm sido efetuadas junto da entidade responsável pela rede elétrica, e que medidas estão previstas e adotadas para retoma da normalidade?-----

- Perguntamos ainda se o Município dispõe de um plano de acompanhamento e articulação para situações de falha prolongada de energia em contexto de condições meteorológicas adversas, de modo a garantir a proteção das populações e a continuidade dos serviços impreteríveis?-----

Termino, antes, não podia deixar passar em claro aquilo que foi aqui dito nesta Assembleia. Eu sou Educadora de Infância e trabalho numa Creche. Dizer que os

imigrantes passam à frente da população portuguesa é de uma desonestidade intelectual de respeito por quem gere a Creche e quem trabalho nesses locais. Há uma lista de espera, as pessoas inscrevem-se, ninguém passa à frente de ninguém, senhor Deputado. Caso contrário, se tiver algum exemplo em concreto e apresenta aqui nesta Assembleia, e se não o tem, deveria retratar-se e ter alguma vergonha de espalhar ódio, mentiras e atacar aqueles que também devem ser tratados com toda a dignidade humana. -----

---RUI CARVALHO (PS) - Senhor Presidente, gostaria de colocar apenas aqui uma questão, relativamente a algumas interpelações que o grupo parlamentar do Partido Socialista tem recebido. E, curiosamente, esta semana vimos que recebemos também esse e-mail à Assembleia Municipal por causa da situação em Mogege. Num concelho, com um grande e com elevado grau de sinistralidade, em Mogege, como é sabido na VIM (Via Intermunicipal), estamos a construir essa rotunda e foi retirada aquela ponte pedonal de acesso. A questão é, quando é que se vai retomar a colocação dessa ponte, uma vez que é uma ponte muito importante para atravessar a VIM por parte da população, uma ponte que foi uma promessa há trinta anos atrás e que tem servido ao longo destes anos todos essa população. Para quando a colocação da mesma, uma vez que está neste momento sem a mesma e com grande probabilidade de podermos ali ter graves incidentes rodoviários com as pessoas a atravessar a Vim, que toda a gente sabe o trânsito que a mesma tem e o perigo que a mesma representa.-----

---CARLA FARIA (PS) - O Deputado da Iniciativa Liberal já veio aqui a falar do Estádio e o Partido Socialista também está preocupada com esta com questão. Foram realizados, vamos fazer aqui enquadramento, dois concursos públicos, um concurso público de oito milhões que ficou vazio ou que não foi para frente porque a proposta mais barata apresentada a concurso não fazia a obra por menos de doze milhões. Um segundo concurso a seis de março de dois mil e vinte e cinco foi orçamentado por vinte e quatro milhões de euros a ser suportado por privados. Ou seja, estamos com um

complexo desportivo e empresarial, com uma forte componente comercial e empresarial. Ou seja, tínhamos uma nova estratégia da Autarquia, passava por desafiar promotores privados a olharem para a área onde estava implementado o Campo Municipal. Portanto, o concurso ficou vazio, encerrou-se sem concorrentes, sendo que o prazo inicial teve de ser prolongado por falta de interessados, culminando na ausência de propostas. Ou seja, não há interessados na conceção, na reabilitação, na construção do Campo Municipal, do Estádio Municipal. O Senhor Presidente de Câmara, quando apresentou este novo projeto, disse que o Estádio Municipal, caso o novo projeto não fosse para a frente, não tivesse sucesso, não existiria plano B. Meus amigos, temos plano A, um concurso, primeiro concurso, oito milhões, um plano B, um concurso, vinte e quatro milhões, e agora o plano C, que vai ser revelado, se calhar com mais pormenor para a frente, disse o Senhor Presidente de Câmara. Portanto, eu pergunto: o que é que falhou, Senhor Presidente, na estratégia definida pela Autarquia para tornar o projeto atrativo no mercado? Uma segunda pergunta: que análise foi feita às razões objetivas que levaram à ausência de propostas no último concurso internacional? Já sabemos que o plano C implica um financiamento municipal. Senhor Presidente, esse financiamento irá comprometer o futuro das próximas gerações ou em dois mil e vinte e sete vamos ter o maior orçamento de sempre. Uma última pergunta: o novo projeto será discutido de forma alargada com todos os Vereadores e Forças Políticas representadas, garantindo assim a transparência e escrutínio democrático? Ficamos a aguardar. -----

---**LAETITIA COSTA (PS)** - Senhor Presidente, o que nos traz aqui hoje não é um pormenor de gestão, mas sim um problema estrutural. É a forma como o município trata quem trabalha no centro de Vila Nova de Famalicão. A política municipal de estacionamento é hoje, na nossa opinião, desajustada, penalizadora e socialmente injusta. Neste momento, temos conhecimento que existe cerca de cinquenta pedidos de avença para o parque situado aqui por trás da Câmara Municipal. Pedidos estes de

peessoas que se deslocam diariamente à cidade para lá exercer as suas profissões. Falamos de pessoas que têm constantemente que se deslocarem, necessitam desta deslocação e não têm soluções regulares, previsíveis e economicamente comportáveis para estacionar. O município oferece, portanto, a estas pessoas apenas duas soluções: o pagamento de estacionamento tarifado de forma permanente ou sujeitar-se às coisas. Isto é, na nossa opinião, inaceitável, violador dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade que devem orientar a atuação administrativa. Os custos dos estacionamentos tornam-se verdadeiros encargos fixos mensais, sem qualquer política de apoio ou compensação. É politicamente censurável que um município com orçamento milionário nunca tenha planeado soluções estruturais, como estacionamento gratuito, aumentar o mesmo ou, pelo menos, que permita estacionamento em sistema de avenças, quer seja subterrâneo ou não, no centro da cidade, que permita um valor mais acessível a quem cá trabalha. Houve dinheiro para outras opções, mas não houve vontade política para resolver este problema e isto afasta os profissionais, prejudica o comércio local e cria desigualdades. Senhor Presidente, governar é escolher e este executivo escolheu cobrar em vez de planear. Ignorar este problema não é falta de meios, é falta de uma visão e responsabilidade política. Assim, Senhor Presidente, questionamos: vai este executivo continuar a transformar o direito de trabalhar no centro da cidade num privilégio pago ou vai finalmente assumir a responsabilidade de resolver estruturalmente este problema? -----

---**MARIA ORMINDA MARQUES (PSD)** - Todos temos conhecimento e vimos imagens dos efeitos das tempestades devastadoras que se têm feito sentir em Portugal, para já, com maior incidência na zona centro e sul. Porque mais vale prevenir, Senhor Presidente da Câmara, as minhas questões são: o Plano Municipal de Emergência está atualizado e testado? Em caso de uma catástrofe no Concelho de Vila Nova de Famalicão, os nossos Bombeiros, a Proteção Civil e as restantes equipas de segurança

estão preparadas? E, por fim, têm sido realizados alguns simulacros para a teste da capacidade dos nossos meios? -----

---MIGUEL FIDALGO (IL) - Senhoras e senhores Deputados, numa última reunião de Câmara em que se discutia a necessidade de adaptarmos infraestruturas aos fenómenos climáticos que nos têm assolado, foi aprovada por proposta do pelouro da Proteção Civil, nem sequer foi da Cultura, uma despesa de noventa mil euros por uma escultura alusiva aos cento e trinta e cinco anos da Associação Humanitária dos Bombeiros de Famalicão. Eu digo isto com muito respeito pelos Bombeiros. Homenagens merecem-se, mas prioridades também, porque noventa mil euros não são trocos, são equipamentos, são comunicações, são formação, são reforço de capacidade. Uma escultura não apaga incêndios, não bombeia à água, não salva vidas. E num tempo em que falámos de cheias, derrocadas e riscos no território, isto soa a política de montra. E deixo um alerta: quando se abre esta porta para uma associação, amanhã outras associações igualmente meritórias vão pedir o mesmo e daqui uns anos, Senhor Presidente, estamos a gastar metade do orçamento em esculturas, rotundas e inaugurações, em vez de investir no essencial. E isto faz ponte para outro tema, porque nós sabemos e reconhecemos que o município tem uma ótima relação com o movimento associativo, mas não com todas as associações. E aqui começa o problema. Chegaram-nos relatos de associações que se recusaram a alinhar e que pouco tempo depois sentiram a vida muito mais difícil. Relatos, telefonemas, de gabinetes da Câmara Municipal a pedir participação em comícios e em vídeos de apoio ao então candidato Mário Passos. E o que ainda é mais grave é o ambiente que isto cria. A ideia que fazer esses vídeos e apoiar nos comícios poderia ser, e passo a citar o que nos foi transmitido com palavras dum vereador eleito nas listas do PSD, uma ótima rampa de lançamento para política. Senhor Presidente, isto não é uma conversa menor, isto é uma linha vermelha. As associações não são comitês de campanha. Apoio público não compra

alinhamento político e o município democrático não pode funcionar como uma máquina partidária que distribui favores a quem obedece e dificuldades a quem resiste. Porque quando se instala a ideia do, ou estás dentro ou ficas de fora, entra-se numa lógica muito perigosa. Ou as associações aceitam entrar numa teia de influência ou começam a perder apoio, começam a ter eventos com entraves ou então começam a aparecer listas de última hora com gente próxima do partido do poder, para tentar tomar conta de associações onde há trabalho sério a ser feito. Isto é envenenar a sociedade civil e eu quero uma resposta objetiva. O senhor Presidente garante aqui e agora que nenhuma associação foi pressionada direta ou indiretamente a participar em ações de propaganda política para manter apoios municipais? Porque eu deixo esta frase muito clara: quem serve a comunidade não pode pagar o preço de dizer não ao poder. -----

---RICARDO MENDES (CDS) - Eu tentarei ser o mais escrupulosamente cumpridor daquilo que é a figura regimental e colocarei questões ao Senhor Presidente da Câmara, excecionando aqui, como começamos esta intervenção num pedido do Senhor Deputado do CHEGA para o Senhor Presidente fazer uma declaração, eu pedia-lhe também que fizesse uma declaração de que os deputados municipais que servem esta assembleia são responsáveis, mesmo os do CHEGA são responsáveis, dedicados e têm como funções fiscalizar a Câmara Municipal e questionar o seu Presidente da Câmara em todas as suas opções e são pessoas de bem. Portanto, relativamente a esta matéria, eu queria lhe fazer então algumas perguntas. Se eventualmente o Senhor Presidente da Câmara conhece, nos municípios limítrofes algum município que tenha num raio direto de setecentos e cinquenta metros, cerca de dois mil e quinhentos lugares, talvez mais, gratuitos no escopo do centro urbano. Se conhece algum município que tenha essas infraestruturas. Eventualmente, não conhecerá. Relativamente à questão do Estádio, pergunto ao Senhor Presidente se tudo fez, se fez acompanhar técnicos reputados, qualificados, externos até, de avaliadores da CMVM, registados na CMVM. E se eventualmente, esses técnicos

que fizeram uma avaliação da proposta que foi sindicada e que sei que era uma grande vontade do Senhor Presidente de Câmara, e se é a intenção do município, seria mesmo termos um Estádio conforme aquilo que são as expectativas do clube que todos nós gostamos, somos adeptos e serviria eventualmente e não teria qualquer tipo de impacto orçamental. Foi isso seguramente que o conduziu, e se eventualmente alguém à altura do lançamento desse concurso recriminou por querer assim tanto para o município. E se eventualmente testaremos o plano C, D, E, L e o P. o P.A e o P.B., que é o plano da coragem, da decisão, da equidade, da legalidade, da proporcionalidade e da priorização de investimentos. Se eventualmente serão estes planos que o Senhor Presidente irá escolher. E relativamente a uma outra questão, que foi aqui sobejamente levantada inicialmente até, se a Câmara Municipal tem, no âmbito dos seus poderes de licenciamento, a possibilidade de definir que o muro é propriedade X ou de Y, ou se isso compete aos tribunais. Se eventualmente pode, numa situação em que não existe uma avaliação técnica concretamente avisada, pode fazer despesa para realizar obras, em propriedade de terceiros, mesmo que essas obras importem um custo desnecessário para um programa concursal que nada tem a ver com esses terceiros e, portanto, importa aquilo que é o valor orçamentado de todos nós, que faz parte dos impostos. Não há árvores que dão dinheiro, nem campos onde se faz uma sementeira onde cresce lá notas, não há. Se eventualmente o pode fazer da forma leviana e rápida e muito simples, que muitos cidadãos quererão, até eu, provavelmente pretendia que as coisas fossem muito mais céleres e rápidas. E serão estas as perguntas que tenho neste momento para lhe realizar, Senhor Presidente.-----

---**TERESA PEIXOTO (PSD)** - O que me traz aqui sem dúvida tem a ver com a educação e particularizar, até porque é uma aposta também do nosso concelho e da Câmara Municipal, trazer o projeto de ampliação e requalificação da Escola Secundária Padre Benjamim Salgado. Até porque estamos a falar aqui que sem dúvida é um marco,

é aqui um registo importante até para o nosso concelho. Não é apenas uma obra física, acima de tudo é um sinal de vontade coletiva de reconhecer, valorizar e preparar o futuro dos nossos alunos, porque estamos sem dúvida a falar de educação e o que semeamos hoje colhemos amanhã. E no contexto nacional sem dúvida que o acesso à educação estava muito bem definido, apesar de haver algumas interpretações diversas, mas sem dúvida, neste projeto de intervenção em que é a ampliação e requalificação da Escola Secundária Padre Benjamin Salgado, em Joane, tem havido sem dúvida uma intervenção da Câmara Municipal que tem assumido aqui um papel essencial e protagonista de todos os grandes passos desta intervenção. Eu até diria mais, é uma escola que existe desde 1983, conheço-a perfeitamente porque fui lá aluna, e não tem havido nestes últimos anos e nestas décadas qualquer tipo de investimento, ou investimento muito reduzido. Estamos a falar aqui de um projeto, claro está, através do plano de recuperação e resiliência, mas é um dos investimentos, um dos maiores investimentos que se tem feito aqui no edifício escolar do nosso concelho. Estamos a falar de mais de vinte milhões de euros. A minha questão ou as minhas questões, que também são preocupações que temos, não só quem é da Vila do Joane, mas toda a comunidade educativa e área de influência da própria Escola Secundária Padre Benjamin Salgado. E são perguntas ao Senhor Presidente da Câmara, como é que estão a decorrer os trabalhos? Corre-se aqui de alguma forma, há algum risco de incumprimento? Também é uma preocupação, porque estamos a falar dum projeto enquadrável no PRR. E na zona envolvente, não só em termos de edificado e espaço da escola, na zona envolvente e em termos de acessibilidades, o que é que está previsto? ---

---**JOÃO CASTRO (CHEGA)** - Gostaria, em jeito de resposta, aliado da senhora deputada da CDU, porque não podia deixar passar isto em branco, naturalmente. E também aproveito pra fazer mais uma pergunta ao senhor Presidente de Câmara. A Senhora não é dona da moralidade, nem dona da razão. As perguntas, como disse desde

o início, foram-me colocadas, foram-me trazidas por cidadãos que vieram ter comigo. Essa litania de argumentos que sempre usam os partidos da extrema esquerda já não parecem funcionar na sociedade. Eu sou o representante de nove mil famalicenses. A senhora é representante de meia dúzia. Não se esqueça disso, é de meia dúzia. Ok? É meia dúzia. Meia dúzia de resistentes do marxismo. Sempre que vem aqui é uma espécie de Ana Gomes regional. Só que é apenas mais bonita, pouco mais do que isso. Senhor Presidente, eu queria lhe colocar uma última questão. Disse também numa entrevista que as primeiras casas estão prontas para serem entregues. Lá para abril, março, suponho. Gostaria de saber se teremos acesso, às pessoas que foram elegíveis na atribuição dessas casas?-----

---**LUÍS MIRANDA (PS)** - Senhor Presidente, se há algo que tem marcado os últimos dias da agenda do nosso município, preenche essencialmente com a degradação verificada nas nossas estradas e nas nossas vias de comunicação. Degradação essa que cada vez mais fica acentuada face a estas intempéries de que temos sido alvo. Recentemente, inclusive, verificámos um caso mediático em que um autocarro, salvo erro na freguesia de Oliveira de São Mateus, ficou preso num buraco pelo piso betuminoso ter desabado. Perante todos estes relatos e outros não aqui nominados, Senhor Presidente, a questão que lhe colocamos é: o município tem presente e identificado os principais pontos, vias, vias de comunicação, estradas onde podem acontecer situações desta gravidade? Quais aquelas que estão em maior estado de debilidade e quais aquelas que merecem uma maior intervenção urgente? Perguntamos também qual é, de modo geral, o estado geral das vias de comunicação, das nossas estradas municipais, dos nossos caminhos que são da responsabilidade do nosso município. E não só avaliando os acessos ou as vias de comunicação municipais, porque somos atravessados por muitas estradas de competência nacional, muitas das quais bastante degradadas, com grandes dificuldades para a mobilidade dos famalicenses. Que

esforços e incentivos foram feitos por este município, junto de entidades nacionais que tutelam esta matéria, como, por exemplo, as Infraestruturas de Portugal, para a melhoria das condições das vias nacionais e assim melhorar a vida dos famalicenses? -----

---JORGE OLIVEIRA (PSD) - Senhoras e senhores Deputados, a política é feita muito de consensos, mas também é feita de confronto, é feita de dialética, é feita de debate e por isso, num misto de questões e de debate e de confronto, irei conduzir esta minha intervenção. E irei conduzi-la relativamente àquilo que é a construção do novo Estádio Municipal, ademais abordado, julgo eu, já por todas as bancadas municipais. Senhor Presidente, senhores Deputados, eu recordo que a Câmara Municipal e os partidos que o suportam sempre foram muito claros quanto à defesa da existência de um Estádio Municipal, propriedade do município, gerido pelo município. E fomos também igualmente muito claros de que a construção de um novo Estádio ou a requalificação, a ampliação ou reabilitação, ocorresse exatamente no mesmo espaço onde se encontra atualmente. E também fomos muito claros de que era importante encontrar mecanismos de financiamento que não onerassem o orçamento municipal. E também sempre dissemos que o modelo conceptual de financiamento encontrado pela Câmara Municipal não era, à partida, garantia de qualquer sucesso, mas que valia a pena fazermos esse investimento neste modelo e abrir o concurso ao abrigo do mesmo. Eu julgo que ninguém contestará isto, aquilo que eu acabo de referir. É verdade que o concurso ficou deserto. E a pergunta, que aliás, já foi colocada e que eu reforço: Senhor Presidente, foi ou não constituídas equipas técnicas altamente especializadas pelo tratamento desta matéria, de um processo de concessão que é pioneiro no município, que é pioneiro no município. É ou não verdade, Senhor Presidente, que quando esta ideia foi apresentada, desde logo aos famalicenses, mas também, como não podia deixar de ser, à SAD do Futebol Clube Famalicão, a mesma foi bem acolhida. É ou não verdade, Senhor Presidente, que há declarações públicas de diversos dirigentes da SAD do Futebol Clube

Famalicão, mas também do Futebol Clube Famalicão, no sentido que esta ideia tinha pernas para andar. É ou não verdade, Senhor Presidente, senhores Deputados, que a determinado momento houve prolongamento de prazo para a apresentação de candidaturas, exatamente porque apareceram interessados na análise deste concurso. E, por isso, Senhor Presidente, a pergunta que aqui lhe coloco, e até porque já houve também intervenções nesse sentido, é de saber, por exemplo, se algum partido da oposição lhe disse, lhe transmitiu, seja numa reunião de Câmara, seja por qualquer intervenção pública, seja por qualquer, outra oportunidade que tenha tido de conversar com o Senhor Presidente, qual é o seu modelo. O que eu gostaria de saber, Senhor Presidente, é se me pode dizer qual é a opinião do Partido Socialista, do Chega, da Iniciativa Liberal ou da CDU contra o Estádio Municipal. Se lhe disseram: "Não, nós não queremos um Estádio monopolizado no município". "Não, nós não queremos um estádio em que a Câmara o tenha que suportar". Pergunto, senhor Presidente, se alguma destas forças, porventura lhe disse o que é que vai fazer se não conseguirmos encontrar um modelo de financiamento sem onerar o Orçamento municipal. Vai ficar o estádio como está, como diz o CHEGA, ou a Iniciativa Liberal, que se opõe a qualquer financiamento por parte da Câmara Municipal. Porventura, esses partidos transmitiram, de alguma forma, ao Senhor Presidente, dizendo: "Senhor Presidente, fica tudo como está. Fica exatamente como está, porque nós nos opomos a qualquer intervenção financeira por parte do município". E é neste contexto, Senhor Presidente, senhores Deputados, que eu introduzi a figura do debate, da dialética e do confronto, e espero, naturalmente, a tolerância de todos quanto à forma como o fiz. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Responder apenas, porque entendo que a intervenção que foi feita pelo senhor Deputado João Pedro Castro foi uma intervenção insultuosa à minha pessoa. Porque falar de atributos físicos para tentar desvalorizar a opinião e a confrontação de debate político é, no mínimo, e apenas um ato de cobardia da sua parte,

para esconder a falta de resposta para aquilo que o desafiei a responder e a comprovar. Fazer intervenções com base em vídeos *TikTok*, deveria sim envergonhar todos aqueles que elegeram todos os deputados do CHEGA, porque de facto, eu não vim aqui representar aqueles que me elegeram, venho representar todos os famalicenses. E um ato de cobardia também, quando vemos o senhor, tanto o senhor deputado Jorge Paulo Oliveira como o antigo vice-presidente da Câmara Municipal, que deve estar com algumas saudades do mandato anterior, vir aqui responder em substituição ao Senhor Presidente, como tão bem nos tem habituado a fazer. Mas há uma nota que deixaria, e que não gostaria de deixar passar em claro. Pelo menos aprendeu a identificar palavras com iniciais de determinadas letras. -----

---**RICARDO MENDES (CDS)** - Ora, bem, oh Senhor Presidente, vocês nunca se deram bem, vão-se agora começar a dar mal. Já vi que as coisas estão a ser um bocado extremadas, mas as particularidades de uma mente educada é aceitar a ideia dos outros sem ter que integrar ou sem ter que a perfilhar, como deve imaginar, ouvir, compreender e são as ideias, é isto que é democracia. E penso que está muito bem. Agora, relativamente às letras, não percebi. Acho que a questão seria dos planos, será dos planos? Pronto, muito bem. Pronto, mas relativamente a essa matéria, eu queria só reforçar aqui uma questão ao Senhor Presidente da Câmara. Se, de facto, é intenção desta Câmara Municipal, aduzindo aqui o argumento do Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira, deixar o Estádio como está. E se a leitura que faz daquilo que é as necessidades a nível do desporto municipal se coadunam e aquilo que é a imagem que Famalicão pretende passar para o futuro, se é eventualmente manter o Estádio como está? -----

---**MIGUEL FIDALGO (IL)** - Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira, a posição da Iniciativa Liberal é cristalina e sempre foi. Não pode haver um único euro de dinheiro público para o Estádio Municipal, nem por via de obra direta, nem por apoios indiretos,

nem por garantias, nem por encargos futuros camuflados em acessos, manutenção ou compromissos plurianuais. O município não é banco, não é seguradora, não é fiador de sites e os famalicensenses não podem ser chamados a pagar hoje ou amanhã, a fatura de um projeto que pertence ao futebol profissional. E agora, Senhor Deputado Ricardo Mendes, em relação ao muro de Joane, agradeço mais uma vez a sua cortesia, sempre célere na defesa dos interesses de sempre, não propriamente dos famalicensenses, mas sim dos interesses instalados. Permita-me colocar questões muito objetivas. Um muro da área de implantação superior a cinco metros quadrados carece ou não de licenciamento? O muro em causa encontra-se em terreno de quem? Quem é o proprietário privado? Tendo o Senhor Deputado Ricardo Mendes, responsabilidade no pelouro do urbanismo, é essa a proposta da autarquia, remeter os cidadãos para os tribunais? Está a autarquia disponível para facultar acesso do processo aos interessados e para constituir assistentes de moradores em eventual processo judicial? -----

---RICARDO MENDES (CDS) – Pediu a palavra para uma interpelação à Mesa. -----

- Eu gostaria de esclarecer que ocupo aqui este lugar como líder do grupo municipal, como deputado municipal e como Presidente da União de Freguesias de Famalicão e Calendário. Portanto, neste período da ordem do dia é para fazer perguntas àquele senhor que está ali, que se chama professor Mário Passos, que é Presidente da Câmara. Não será seguramente a mim, não lhe irei responder. Isso é, eventualmente, se a minha interpretação do regimento está correta. Era essa a pergunta que queria fazer.-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) -

Senhor Deputado, muito obrigado. A Mesa será responsável pela continuação na condução dos trabalhos. De qualquer forma, agradecemos a sua interpelação. -----

---MANUEL NASCIMENTO (CDS) - O tempo é pouco, mas vou aproveitar. Motiva-me a vinda a este púlpito tantos anos depois, principalmente uma questão aqui colocada pelo Senhor Deputado, Miguel Fidalgo, da Iniciativa Liberal. Eu gostaria de lhe fazer

um repto Senhor Deputado, quem não se sente, não é filho de boa gente, e eu sou. Não gostei. E vou lhe dizer porquê. São os apoios às associações e as contrapartidas. Disse o Deputado, se eu bem percebi, que participaram em ações de propaganda política para beneficiarem de apoios municipais. Senhor Deputado, o desafio é este, venha aqui dizer qual ou quais? Se não vier, é mentira o que o Senhor disse. Tão só. Gostaria de me referir, eu vi também uma intervenção do senhor deputado Paulo Pinto, Partido Socialista. Qualquer dia vamos apresentar um voto de recomendação para colocar umas floreiras nos semáforos. Também aqui o Senhor Deputado Luís Miranda falou sobre a degradação das estradas. Eu gostaria de vos dizer o seguinte, lembro-me muito bem de o PS ser poder em Famalicão, calma, repare na cor dos meus cabelos, ó Senhor Deputado, ó Senhor Deputado. Repare na cor dos meus cabelos, tenho memória. Olhe, sabe o que é que o Senhor Vereador municipal mandava fazer? Não era reparar as estradas. Colocava lá uma placa que dizia "estrada em mau estado". E era assim que vivíamos. Até já. -----

---JOÃO CASTRO (CHEGA) - Para não prolongarmos muito mais esta agonia, deixe-me apenas, Senhora Deputada, que eu me referi apenas e somente ao tom, porque a senhora sempre que fala parece que carrega os pecados do mundo aos ombros, mas não carrega. Quanto ao Estádio, a posição do Chega é muito simples, muito simples. Enquanto chover na Urgência do Hospital, enquanto as estradas estiverem no estado em que estão, enquanto houver o cenário de desemprego nalgumas empresas famalicenses, e agora com estas crises todas, ela vai com certeza agudizar-se. Enquanto houver os problemas graves na habitação, com os jovens, com os idosos, com as crianças, com a criminalidade, para já o Estádio não é a nossa prioridade. Para já, não é. Mas, mas eu tenho uma opinião minha que não vincula o meu partido e se um dia quiserem ouvir em sede de Comissão Permanente, numa reunião informal, onde quer que seja, estarei cá para dar a minha opinião e tenho-a relativamente ao Estádio, porque de facto, nós sabemos que para uma Primeira Divisão não é Estádio que se apresente, ainda por cima

agora com este tempo de chuva, enfim, não tem condições mínimas, mas brevemente o CHEGA apresentará uma proposta relativamente ao Estádio Municipal, uma proposta que eu considero muito razoável e que vai de encontro às nossas convicções. -----

---MIGUEL FIDALGO (IL) - Senhor Deputado Ricardo Mendes, fiz-lhe a questão direcionada a si, porque foi Vice-presidente da Câmara Municipal na legislatura passada. Logo e como teve toque nesse caso específico, fiz a questão a si, mas também fiz a questão diretamente ao senhor Presidente. Já na última assembleia e sabe qual é que foi a resposta? Foi um puro silêncio. E o Senhor Deputado Ricardo Mendes, quando veio aqui ao púlpito, permite concluir a minha intervenção, quando veio aqui ao púlpito disse: “essa questão é mais difícil do que está a parecer”. Exatamente. E o senhor Presidente da Câmara não respondeu, nem o senhor Deputado Ricardo Mendes, que teve intervenção no processo, teve sim, teve sim, não precisa de estar a abanar a cabeça. Teve sim, não é mais ou menos, teve sim intervenção e é qualificado para responder, então responda Senhor Deputado Ricardo Mendes ou o senhor Presidente da Câmara. ---

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (MÁRIO PASSOS) - Sim, há algumas respostas, porventura outras considerações, uma consideração prévia. Obviamente que nós temos que cá estar, temos que ter toda esta disponibilidade democrática como temos e vamos continuar a ter, mas devo confessar que custa um pouco ouvir algumas verdades, algumas sugestões que são muito bem acolhidas, mas a grandessíssima maioria de demagogia aqui em *big bags* que aqui é trazida e também muitas inverdades, ou seja, muitas mentiras. De todo modo, vou pegar aqui, porventura, em quatro pontos que me aparecem mais essenciais, atendendo às quarenta questões mais ou menos que foram aqui, trazidas. A primeira, relativamente desde logo ao estacionamento. E eu gostaria muito que esta Assembleia Municipal tivesse aqui também uma ação pedagógica, porque como sabem, são muito poucas as pessoas que já nos ouvem lá em casa, daqui a pouco, nós vamos ter a tolerância de nos ouvir uns aos

outros, mas será pouco mais de que isso. E, portanto, quando se fala aqui em problemáticas, deve ser trazido aqui, números, estatísticas, modelos que porventura sustentam aquilo que aqui se traz. E quando se diz que o estacionamento em Famalicão é mau, é fraco, é péssimo, tem que dizer, e fica aqui o repto e a questão, qual é o concelho como o nosso, dos maiores de Portugal, que tem o melhor modelo de estacionamento. Tragam cá. Sustentem aquilo que dizem para que se evite estes *big bags* de demagogia que aqui é trazido. E nós temos muito estacionamento em Famalicão, talvez a Cidade de Portugal das grandes que mais estacionamento gratuito tem, e nós estamos obviamente a fazer esses estudos comparativos. Tragam! Não seriam, tragam, é o desafio. Não é pedir muito. São trezentos e oito municípios, peguem nos vinte ou trinta maiores de Portugal, nem é preciso mais que isso, e vejam qual é o que tem mais. Isto não quer significar que nós não precisemos de mais e na discussão do orçamento eu vou aqui trazer, mas fica o repto, fica o repto. Qual é o que é melhor do que nós ou os melhores do que nós? Fica o desafio. Obviamente que na Proteção Civil, como é sabido, somos uma grande referência nacional. Até temos um Heliporto, como é sabido, temos um Campus da Proteção Civil que foi aqui referenciado por vários governos, dos vários partidos, inclusive. Portanto, é uma grande referência que temos a nível nacional, com excelentes Corporações de Bombeiros. Pois eu tenho que ouvir aqui o ataque aos Bombeiros, como aqui foi trazido também, à nossa memória, à nossa história, ao reconhecimento de todos aqueles que ao longo dos anos, muito contribuíram, à nossa cultura, que é isso que está em causa. Só para terminar, estradas municipais, fica também o mesmo repto. Quantos quilómetros temos de estradas boas e quantos quilómetros temos de estradas más? Porque dizer que está tudo mal, obviamente, eu sei que faz parte deste jogo político-partidário, mas a verdade é que nós investimos doze milhões de euros no último mandato para pavimentar e, portanto,

obviamente que nós temos muito mais estradas municipais em condições do que não temos. Façam as contas.-----

---PAULO PINTO (PS) - Antes de mais, só uma palavra para o Senhor Deputado Nascimento, já há algum tempo que o não via cá, mas vi uma réplica dum argumento que foi usado por um seu companheiro de partido no anterior mandato, que a culpa é sempre do Partido Socialista, mesmo que fosse há vinte e cinco anos atrás. E parece um bocado desfaçatez explicar algo, depois de vinte e cinco anos desta maioria à frente do executivo desta Câmara. Depois de mais de cerca de dois virgula cinco mil milhões de euros de orçamento. E a culpa é ainda do PS. Acho que é no mínimo considerado um bocado desfaçatez, mas pronto, já estamos habituados, a culpa é sempre dos outros. Relativamente aos estacionamento Senhor Presidente da Câmara e às estradas, é uma realidade, quer queiramos. Aliás, Vossa Excelência acabou dar uma palmatória ao dizer que vai apresentar promessa para a melhoria do estacionamento em Famalicão. Portanto, certamente. A cidade tem vindo a crescer, mais gente, o tráfego está como está, todos vemos. Todos que passamos diariamente sabemos as dificuldades, portanto, mas aprazo com satisfação, a sua necessidade de melhorar. Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira, só pra acabar, relativamente ao Estádio. Você não ouviu certamente a pergunta da minha camarada de partido que veio cá, que disse que exatamente que apelava, que fosse integrada na discussão as outras forças políticas. Porque a verdade, é que este projeto pioneiro que você diz que não teve concretização, foi alvo de críticas já no anterior mandato pelos Vereadores do partido socialista não ter sido discutido na Câmara. Portanto, da nossa parte, e certamente que é um assunto complicado, complexo, certamente no seu partido haverá opiniões contrárias, como haverá no meu. Todos sabemos que é uma obra emblemática, sabemos as dificuldades, estamos a falar duma obra, de um Estádio que alberga acima de tudo, um clube da principal Freguesia do Concelho. Há outras Freguesias, há outros interesses, mas estamos abertos,

certamente para decidir, para discutir e a nossa principal crítica foi, na altura, dada a durabilidade, não ter sido discutido com as forças políticas e demonstramos esse seu interesse. Portanto, o nosso interesse é poder discutir. -----

---MIGUEL FIDALGO (IL) - Senhoras e senhores Deputados, quero registar para memória desta sessão, um facto simples. O senhor Presidente da Câmara não respondeu a nenhuma das questões concretas que coloquei. A Assembleia Municipal é o órgão fiscalizador da Câmara Municipal. Está aqui, é para responder. E não foram questões vagas que coloquei, foram questões com impacto real e com pedido de resposta objetiva. Falei do Estádio Municipal, a promessa pública de custo zero e agora um plano B, com dinheiro municipal em cima da mesa. Pedi clareza sobre quanto vai custar e que garantias existem, não obtive resposta. Falei de segurança e prevenção, a derrocada de Mouquim, o muro da encosta de Joane. O padrão da Câmara, reagir tarde, pedi um sim ou não, o seu licenciamento e um plano de prevenção com prazos. Nada! Falei ainda de prioridades e transparências, noventa mil euros numa escultura e relatos de pressão sobre associações. Pedi garantias objetivas na atualidade institucional. Nada! E não peço, respostas por teimosia, Senhor Presidente. Peço respostas, porque a Assembleia Municipal serve para fiscalizar e porque quando o Executivo se cala, perante algumas perguntas simples, o que fica no ar é uma mensagem errada, a que não há prestação de contas.-----

---SEGUNDO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2026 E RESPETIVAS PROPOSTAS ANEXAS. (GRELHA A)-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (MÁRIO PASSOS) – Mais uma vez para que possamos apresentar, discutir as Grandes Opções de Plano e o Orçamento para 2026, um grande documento, em qualidade e em quantidade, também. Trata-se, como é óbvio pra todos, o maior Orçamento da nossa história. São duzentos e cinquenta e seis

milhões de euros, ao que podia acrescentar, um dos maiores orçamentos do nosso país, de Portugal. Obviamente que esta dimensão, que este orçamento apresenta, prende-se sobretudo com os fundos comunitários, nomeadamente o PRR, que nós tivemos a capacidade de angariar. Ao contrário de outros, nós somos das Câmaras Municipais e poderia alargar ao município, porque felizmente, também as nossas empresas e as nossas instituições, tiveram acesso e foram bem-sucedidos no que concerne às muitas centenas de candidaturas que desenvolveram, e como disse há pouco, tiveram uma taxa de sucesso grande. Assim foi a Câmara Municipal. Somos dos concelhos também de Portugal, aqueles que mais conseguiram ter sucesso nas candidaturas que apresentaram. E, portanto, obviamente que isto deve-se a um trabalho, sobretudo, do executivo municipal, porque sem ele, obviamente nada seria possível, mas também aos nossos técnicos da Câmara Municipal, que eu queria deixar aqui uma nota de reconhecimento, que muito trabalharam, por forma a que, nós, pudéssemos ter, nomeadamente, projetos, a tempo e horas com os projetistas contratados, que também eles, se comprometeram inequivocamente para com aquela que era a nossa ambição, de não desperdiçarmos uma oportunidade, que porventura, pode ser a única que temos. E também penso que é de fácil perceção para todos, que sendo bem-sucedidos no PRR, o nosso concelho, sendo uma referência nacional, claramente será uma referência internacional. E este orçamento demonstra bem aquilo que nós queremos e estamos a desenvolver. Obviamente, com o PRR foi muito complicado, termos esta taxa de sucesso que tivemos, mas também continua a ser um desafio, porque temos que ter as obras prontas, como é sabido, em prazos muito reduzidos e ainda por cima com estas condições climatéricas que faz com que os atrasos e o andamento das obras seja diminuído e, portanto, é um desafio constante no tempo. Ele ainda não acabou. Só irá terminar quando nós entregarmos as obras, as muitas obras aos famalicenses e com isso obviamente poderem beneficiar destas mesmas obras. E aqui falo sobretudo do investimento. O investimento vai fazer

com que muitas obras de múltiplas áreas de intervenção, porque são de quase todas as áreas de intervenção, e por via delas nós possamos dizer e ter, sobretudo, grandes equipamentos, por forma como disse há pouco, haja o benefício das nossas populações, dos nossos concidadãos. E, portanto, permitam-me nesta Assembleia Municipal que é importante, porque podemos aqui trazer, não de forma muito exaustiva, mas com algum detalhe, aquilo que nós pretendemos concretizar e iniciar. E falo a propósito daquilo que nós estávamos a falar há pouco das acessibilidades. Acessibilidades, obviamente, as boas acessibilidades fazem parte de territórios modernos, territórios que oferecem excelentes condições, porque também tendo estradas boas, aproximamos pessoas, ficamos ainda mais um território atrativo, como é sabido e muito foi investido já, como eu disse há pouco, nos últimos quatro anos. Nós claramente, no que respeita às estradas municipais, temos a maior parte das estradas em bom estado. É só medir os quilómetros, o que está mal e o que está bem. Um divide pelo outro, multiplica por cem e dá a percentagem. É muito fácil, e, portanto, por isso, o repto do que disse há pouco. Claro está que normalmente há uma confusão entre o que é municipal e o que é nacional. Mas mesmo o que é nacional, que está mal, nomeadamente aquela estrada que é muito utilizada, a Estrada Nacional 206, chamada estrada Famalicão Guimarães, com muitas dezenas, e dezenas, e dezenas de milhares de veículos que lá passam todos os dias, sente muito bem isso. E nós próprios, que eu também ainda passei lá ontem e, portanto, ela está má, é verdade, mas está em obras. Conseguimos no mandato anterior que o governo, que as Infraestruturas de Portugal desenvolvessem a obra. Claro está que ela também está pior ainda, neste momento força das condições climáticas, nós pressionamos a IP, nós pressionamos a empresa, por forma a que as chamadas reposições sejam melhoradas. Mas também temos que perceber, tal como acontece na questão da água em Vale São Cosme, Telhado e Portela, que é muito difícil quando chove tanto, os lençóis freáticos estão tão altos, é muito difícil manter as reposições, a

não ser que se faça quase todas as horas e isso também não é fácil. Mas pior era se estas estradas, nomeadamente a EN 206, estivesse má e não estivesse em obra. Portanto, o que quer significar é que dentro de alguns meses teremos também uma belíssima estrada nacional que liga Famalicão a Guimarães e, portanto, no que concerne às acessibilidades, queremos acrescentar ao muito que já fizemos, nomeadamente aqui na cidade, a beneficiação da Avenida Marechal Humberto Delgado. Como é sabido, era uma estrada que sob o ponto de vista da sua imagem, era interessante antes de fazermos as obras na cidade, agora claramente é opinião pública generalizada. Aliás, já começamos essa intervenção, que ela precisa de ser melhorada. Não podemos ter ali uma barreira rodoviária que divida uma cidade em duas partes. Temos que ter uma, uma estrada, uma avenida como ela se apresenta, mas que seja uma avenida que liga as duas partes da cidade, uma do lado do Parque da Devesa e outra do lado do centro mais histórico, onde desenvolvemos a obra. Portanto, não pode ser nada que separe. Tem que ser que ligue. E, portanto, nós vamos continuar a fazer a intervenção na Marechal Humberto Delgado. Temos também ali uma obra que quero fazer rapidamente, as condições climáticas nos estão a ajudar, mas rapidamente, que é a tomada e largada de doentes nas chamadas consultas externas do Hospital. Repugna ver que há décadas e décadas, se larga e tomem doentes no meio de uma estrada. Portanto, nós numa articulação com o Conselho de Administração do Hospital, porque trata-se de terreno do hospital, que estiveram de acordo, por forma a que nós possamos avançar para com uma entrada/saída, por forma a que haja dignidade no tratamento destes nossos concidadãos doentes. A beneficiação da Rua Ana Plácido, travessa da Ana Plácido e da Avenida Carlos Bacelar, onde pretendemos colocar uma rotunda. Quando se fala em rotunda, obviamente que temos associado a envolvente à mesma rotunda, que por um lado, vai permitir, ligar aquele aglomerado populacional enorme que está afastado, está bloqueado do Parque de Sinções, que está mesmo à sua frente. Estão a vinte metros e

que não têm acesso, a não ser por umas escadas que só os mais jovens podem fazê-lo. E nós queremos uma cidade democrática, uma cidade para todos e não só para alguns e, portanto, vamos aproveitar para ligar a cidade, mas também para regular o trânsito. Nós não podemos ter no meio duma cidade, uma variante. Aquela estrada tem que ser uma estrada como qualquer outra, com velocidade reduzida e não uma estrada que permite a circulação a mais de cem quilómetros por hora. Às vezes bem mais, porque realmente ela parece uma autêntica variante, como era um pouco aqui há uns anos atrás, a Marechal Humberto Delgado. Não, é uma estrada urbana, cosmopolita, que tem que cumprir os requisitos duma, cidade urbana. Por outro lado, vai nos permitir também resolver um problema com esta corporação de Bombeiros em que estamos aqui. Como é sabido, tem um problema, como sempre teve, de saída e entrada dos seus veículos de socorro e, portanto, também vamos aproveitar tendo uma rotunda ali ao lado da porta e mesmo ao lado da porta que será implantada no entroncamento que já existe da Carlos Bacelar com a Rua Ana Plácido. Será aí que ela vai ser implantada e que irá permitir também resolver um problema de sempre, ou seja, muitas décadas. Esta corporação de Bombeiros vai fazer em 2027, cem anos e, portanto, porventura, há cem anos que tem o problema, sendo que agora está agudizado por força do crescimento da nossa, cidade. Beneficiarmos a Alameda Luís de Camões é muito importante. Felizmente estamos, como é sabido, a melhorar a iluminação na cidade. Já evoluímos muito. O parque de estacionamento da Feira é um bom exemplo disso, mas também a Rua de Santo António, a Praça 9 de Abril, a Rua Luís de Camões, que já está bem iluminada, mas precisa de ser reformulada. Como sabem, até tem lá um lago, pseudo lago, porque eu acho, não sei se funcionou algum dia, que temos que o retirar, mas também penso que é importante fazer uma melhoria. A beneficiação da via intermunicipal, a VIM, é muito importante. Como é sabido, nós já fizemos em 2024 ou 2025, uma pavimentação até à chamada Rotunda de Mogege, que está a ser construída, que infelizmente por força não

só das condições climatéricas, mas também do projeto da rede de águas, como sabe, aparecer uma adutora, uma das principais adutoras de distribuição de água no sítio errado. Portanto, não cumpria o cadastro e, portanto, tivemos que reformular um pouco o projeto que atrasou de forma substancial aquela obra, mas que depois, obviamente, queremos continuar a desenvolver a pavimentação respetiva, por forma a que aquela via cumpra todos os requisitos também de qualidade. Sendo também, como é sabido, muito utilizada e cada vez mais utilizada. Quero referir, porque há pouco se falou nisso, na rotunda, chamada Rotunda de Mogege, da entrada de Mogege. Uma rotunda muito importante, que quer obviamente disciplinar o trânsito, organizando, promovendo a segurança rodoviária também naquela entrada, que é uma entrada com cada vez mais uso, para Mogege e também para Joane. Como é sabido, há ali um cruzamento que também ela será desenvolvida numa plataforma sobrelevada, por forma a que as passadeiras que lá vão existir, para que todos possam passar de um lado para o outro, e não só aqueles que possam subir escadas. E por isso nós achámos, quem acha são o técnico da segurança rodoviária, que aquelas escadas não cumpriam nenhum objetivo, até porque não eram praticamente, como é sabido, utilizadas. As pessoas já passavam na estrada mesmo sem passadeiras. Portanto, nós queremos resolver e aproveitar esta grande obra. Como sabem, é uma obra que custa setecentos mil euros ou já mais que isso, mais do que isso e, portanto, que também iremos resolver esse problema do atravessamento da Vim naquele local. Mas temos outras estradas municipais que nós sabemos que estão bem sinalizadas num plano de ação que eu referi já aqui na Assembleia Municipal, há dois ou três anos atrás, não sei bem quando começámos a desenvolver de forma mais acelerada as pavimentações. Também temos, obviamente, nomeadamente a Estrada Municipal 572, que já lembro, é aquela que começa no Louro, Cavalões e Outiz. E depois fizemos uma parte em Vilarinho das Cambas e que agora faltam alguns troços, nomeadamente em Vilarinho das Cambas, que estão maus entre o

Outiz e Vilarinho das Cambas, e depois um pouco entre Vilarinho e Fradelos, e também entre Vilarinho e Ribeirão que nós queremos desenvolver. Tal como queremos resolver um ou dois troços que também estão maus entre Landim e Avidos e entre Landim e Carreira. Digamos que estes troços, melhor dizendo, são aqueles que estão piores, porque todo o resto, felizmente, está bem. E falta-nos também, não referi, porque às tantas também não vou referir todos, com certeza iremos fazer mais também na 309, nomeadamente ali em Calendário. Claro, está que depois temos outras estradas que ninguém fala nelas, não sei porquê, ninguém fala nelas são as chamadas vicinais, que são das juntas de freguesia, cuja propriedade, a tutela e a competência é das juntas de freguesia, que nós gastamos muitos milhões de euros ajudando os Senhores Presidentes de Junta a desenvolver as respetivas pavimentações e, portanto, obviamente que falta algumas estradas, mas felizmente que a grande maioria estão pavimentadas também. Portanto, quando se vê um buraco na estrada e diz que Famalicão, está tudo cheio de buracos, santa paciência, eu já não tenho muita para essa tão grande demagogia. Temos também a questão da semaforização da ciclovia. Nós queremos instalar dois semáforos que já estavam previstos, mas que agora acelerámos o processo na Estrada Nacional 206, entre Famalicão, Póvoa de Varzim e Vila do Conde Portanto, há dois pontos que estão sinalizados, perigosos, portanto, para que nós possamos ter e já estão praticamente cumpridas todas as formalidades com as Infraestruturas Portugal, para que nós possamos colocar às nossas custas os semáforos respetivos para que estejam à chamada de quando as pessoas possam precisar de atravessar esta estrada nacional, como é sabido, também tem muito trânsito. Temos também, por falar em ciclovia, a questão dos taludes, alguns dos quais até ruíram uma pequena parte, que nós queremos também fazer com que esses taludes tenham maior segurança aqui na ciclovia. Também pretendemos iniciar a ponte, uma nova ponte sobre o rio Pele em Pousada de Saramagos. Portanto, há ali uma curva apertada, também é uma ambição antiga da Junta

de Freguesia de Pousada de Saramagos. É uma estrada cada vez mais alternativa, também, nomeadamente à Estrada Nacional, 206, porque há alternativas para quem conhece a 206, que nós também queremos melhorar, para que sejam verdadeiras alternativas à Estrada Nacional 206. Estas são algumas, que eu diria muitas intervenções que temos pensadas para as acessibilidades. Mas também posso falar do estacionamento, posso falar, obviamente, do estacionamento. Sendo que, repito o que disse há pouco, eu não conheço nenhuma cidade grande que esteja melhor do que nós. Mas fica o desafio para me trazerem, porventura, os nossos técnicos terem falhado nas análises que desenvolveram, mas eu sei que Famalicão está a crescer muito e a desenvolver-se muito. É uma boa notícia, que traz, obviamente, alguns problemas. São as chamadas dores de crescimento, que nós temos que ser capazes também de acudir, de trazer mais para o território, como felizmente estamos a fazê-lo. E no que concerne aos parques de estacionamento, alguns deles já foram aqui falados, que nós queremos que sejam efetivamente construídos, como é o caso de um parque de estacionamento, atrás do hospital para cerca de cem lugares. Portanto, é um parque que nós queremos, como é sabido, tem havido alguns atrasos naquela operação de urbanização atrás do hospital, fruto também de uma rotunda que a IP, como é sabido, quando se fala em entidades nacionais, vocês ouvem nas televisões e ouvimos todos e sabemos todos, porque já andamos também por cá há alguns anos, a chamada burocracia, uma inércia própria do Estado que, cuja velocidade é lenta e não é rápida e, portanto, ouvimos isso quase todos os dias e nós também padecemos desse mal. Quando nós pedimos pareceres, aprovações de projetos, obviamente que aquilo devia ser muito mais rápido e demora um ano, dois, três muitas das vezes. É preciso ter também esta consciência, se quisermos ser sérios, porque se não quisermos, podemos ser aquilo que quisermos ser. E, portanto, este parque de estacionamento queremos que seja uma realidade. Mas também temos um parque junto à estação, que terá uma interface rodoferroviário, para que nós possamos

desenvolver ainda mais a potencialidade da estação de caminhos de ferros em Famalicão, mas estamos a pensar o mesmo, obviamente, para a estação de Lousado e para a estação de Nine. Acrescentar estacionamento na proximidade destas, nomeadamente, três estações ferroviárias que felizmente estão a ser cada vez mais utilizadas. O transporte ferroviário está a ser muito procurado. Vejam Nine, que é um bom exemplo, em que em pouco mais de dois, três anos, temos lá cerca mais de mil pessoas a viver, cerca de mais de mil e porventura, nos próximos três ou quatro anos seremos mais mil pessoas a viver. E nós acreditamos que uma parte, com certeza é justificada pela excelente qualidade que as nossas freguesias oferecem, mas também outra parte é justificada pela estação ferroviária que tem ali e como é sabido que distribui os comboios, quer para o Porto, quer para Valença, quer para Braga. E, portanto, nós aqui em Famalicão, porque é um projeto mais complexo, que custa muito dinheiro, queremos também lá construir e materializar este parque de estacionamento. Mas também queremos construir um parque de estacionamento para cerca de cem lugares também em Talvai, no lugar de Talvai, junto ao centro de atletismo, portanto, que vai ajudar quando o centro de atletismo assim o exigir. Mas também vai depois estar lá disponível de forma gratuita, para aquele aglomerado populacional que também é grande, possa no seu dia a dia usar este parque de estacionamento do Talvai, porque ele nada tem a ver com o centro de atletismo. Como é sabido, o centro de atletismo já tem incorporado o chamado estacionamento técnico, que esse aí estava no programa funcional da pista de atletismo. E, portanto, nós estamos aqui a falar já para além, obviamente, íamos esquecer também um parque muito importante que é da Unidade de Saúde Familiar ou das Unidades de Saúde Familiar, a chamada Unidade Urbana, ali também junto à estação, que queremos também resolver, que custa bastante dinheiro. Custa cerca de 2,6 milhões de euros fazer um parque de estacionamento ali junto à unidade de saúde urbana, porque ele tem que ser subterrâneo, como sabem. Mas tem

que ser, porque não é concebível que a unidade de saúde não tenha lugares de estacionamento, nomeadamente para os doentes. E, portanto, estamos aqui a falar já de muitas centenas de novos lugares que queremos acrescentar àquilo que já temos. Permitam-me aqui uma particularidade que se prende com outro parque de estacionamento, que não irá ser desenvolvido pela Câmara Municipal, porque nem sequer pode ser, que tem a ver com o Hospital de Vila Nova de Famalicão. Obviamente que nós sabemos, com certeza todos, que o Hospital de Vila Nova de Famalicão terá que ter um parque de estacionamento. Quero aqui registar a nota e vou deixar a nota, de que o Senhor Presidente do Conselho de Administração do Hospital, doutor Luís Valles, está a desenvolver esforços grandes para que haja um parque de estacionamento subterrâneo, ou não, com capacidade elevada no hospital, à semelhança de outros hospitais. E, portanto, também fica aqui esta nota de que, porventura, também o nosso hospital terá um parque de estacionamento. Não durante este ano, porque obviamente que é preciso desenvolver projetos e não são coisas pequenas, mas a própria Câmara Municipal também pode estar disponível, nomeadamente no projeto, para ajudar. Permitam-me também aqui falar nos transportes públicos, nomeadamente na mobilidade elétrica, penso que é importante, até porque estamos a aproximarmos de termos em Famalicão também, e não só no Porto e Lisboa e pouco mais, autocarros elétricos. Portanto, nós vamos ter na nossa frota Mobiave vinte e dois autocarros elétricos. Um dia destes vocês vão ver obras na estação rodoviária, que será a instalação de uma série de carregadores elétricos para os autocarros, que obviamente precisam de ser carregados. Permitam-me falar também do ambiente. Sempre uma área muito importante para todos nós. Claro está que nós queremos concluir, até porque essas obras estão atrasadas, porque aí sim as obras tiveram praticamente que parar, os dois parques, o parque Sinções Norte e o Parque do Pelhe, dois grandes parques que queremos ligar ou vamos querer ligar ao Parque da Devesa, criando o maior corredor verde de Portugal. Será em

Vila Nova de Famalicão, com uma extensão de mais de quatro quilômetros. Portanto, ter um corredor verde dentro da cidade, como vamos ter em Famalicão, não existe no país, nos grandes concelhos deste mesmo país que é Portugal. E, portanto, queremos obviamente concretizar, concluir estas duas grandes obras, como é sabido, representam já mais de cinco milhões de euros só estas duas obras. Mas queremos, obviamente, concretizar aquela grande obra que está em curso, de cerca de seis milhões de euros em São Cosme, Telhado e Portela, que era a chamada a ilha do concelho, porque todo o resto tinha a água quase a 100% e aquela tinha a 10%. Portanto, nós também vamos ficar naquela zona com 100% de água e vamos cumprir aqui aquilo que eu quero muito, que é a coesão territorial em Vila Nova de Famalicão. E todos têm acesso aos mesmos serviços. Não há cá, como acontece na maior parte dos outros concelhos, uns de primeira, outros de segunda. Somos todos iguais. E aqui a questão da acessibilidade à água e ao saneamento, para mim, são fundamentais e, por isso, vamos acrescentar mais dois milhões de euros, passando de seis para oito, mais dois milhões de euros, para que nós possamos concretizar praticamente toda a rede de água em baixa, nestas três freguesias. Há pouco falei na nova operação de recolha de resíduos. Muito importante, lembro, irá custar por ano cerca de quatro milhões de euros. Salvo erro, 3,7 milhões para ser rigoroso. 3,7 milhões de euros a cada ano para recolher os resíduos de uma forma mais e mais eficiente. Lembro que a recolha de monstros, que nós chamamos recolha de monstros, em que vamos à casa das pessoas, passará para esta operação, em que a empresa terá quarenta e oito horas para recolher aquilo que normalmente não vai dentro dos sacos do lixo. Para além, obviamente, de novas operações para os reciclados e para os Bioresíduos. Porque nós, como é sabido, também temos que alcançar metas ambientais e temos que todos nos esforçar para que tal suceda, até para que as tarifas, nomeadamente resíduos sólidos, não subam no futuro. A instalação de casas de lixo, como é sabido, é uma realidade. Já fizemos a experiência com uma, tem funcionado

bem e, portanto, vamos agora a partir de março, até porque só agora é que as condições climatéricas em princípio, vão permitir o início destas obras. Lembro aqui também porque, felizmente, que atualmente tem-se portado bem com os reforços nas juntas que fizemos na substituição da conduta na rua 25 de Abril. Trata-se de uma adutora e, portanto, terá que ser substituída cerca de seiscentos metros. E, portanto, essa obra, obviamente, vai ter que ser concretizada para que não haja mais interrupções de água, nomeadamente aqui numa zona muito alargada que afeta muitas dezenas de milhares de pessoas. Claro está, que a questão da arborização, a questão da floresta municipal, já tenho falado, vamos continuar, como é sabido, a eficiência energética, a transição energética, também vamos continuar a acrescentar. Permitam-me que evolua para a educação. Educação é a pedra basilar de qualquer modelo de desenvolvimento social evoluído. Tem que ter sempre, obviamente, fortes investimentos na educação. E o parque escolar tem que ter todas as condições. Quando digo o parque escolar, tem que ser todo o parque escolar. Não pode ser o parque escolar, menos X escolas. Têm que ser todas. E por isso, nós vamos concretizar um grande anseio que é a Escola Básica de Brufe, como é sabido, será um centro escolar, já que terá incorporado a escola básica ou a escola do primeiro ciclo e o jardim de infância, uma enorme obra. Vamos concretizar uma obra que começou recentemente, o Jardim de Infância de Delães, que também já está em obra. Vamos começar, aliás, obras na Escola Básica do Sapugal, em Fradelos. Vamos iniciar uma obra em breve, será lá para abril, maio, da Escola Básica de Seide. Vamos concluir a obra da Escola Senador Sousa Fernandes, uma escola que esteve para fechar, está uma belíssima escola que queremos, obviamente concluir, a chamada Escola de Mões. Queremos começar a desenvolver, já está a ser desenvolvido projeto para uma nova escola em Cavalões, uma escola do primeiro ciclo e uma reabilitação no jardim de infância em Outiz. E queremos, obviamente, concretizar aquela que é uma das maiores obras que uma câmara municipal está a fazer no nosso país, que é a Escola

Secundária Padre Benjamim Salgado, que é um grande desafio concretizar esta grandíssima obra, mas que estou certo que irá suceder. Obviamente, nós gostávamos muito que as escolas EB 2,3 também começassem a serem reabilitadas, nomeadamente aquelas que o Estado definiu como prioritárias e foram os critérios deles, que são um pouco diferentes dos nossos, mas eles são quem mandam, nomeadamente a Escola Básica Dona Maria II, essa claramente, estamos de acordo. Mas também vamos desenvolver, aproveitando uma oportunidade para fazer uma reabilitação em algumas especialidades da Escola Básica Bernardino Machado, em Joane. Todas as outras escolas estão a desenvolver-se projetos, uns mais adiantados que outros, para que havendo avisos de candidatura, nós aí estaremos em condições de proceder às respetivas candidaturas. Permitam-me falar numa competência que é relativamente nova para nós, a saúde. E a saúde, estamos a fazer tanto em tão pouco tempo, porque é uma área fundamental. Falei há pouco da educação. A saúde é similar. Portanto, é um grande pilar de uma sociedade, de um território desenvolvido. E nós queremos desenvolver nove equipamentos, já não são sete, já aumentou para nove. Queremos, obviamente, terminar, que é um grande desafio, não é só a Unidade de Saúde de Joane, que é um desafio, essa tem sido mais falada, mas estou em crer que dentro do prazo iremos concretizá-la, mas também todas as outras são um desafio. Lembro a unidade urbana com três unidades de saúde familiar, que queremos, obviamente, concretizar e disponibilizar às pessoas. Lembro o Centro de Diagnóstico Pneumológico, que também é um serviço muito importante, que tem que ter todas as condições, que também está em obras. Lembro a construção do novo edifício de São Miguel Anjo, esse sim será inaugurado, em princípio, durante o mês de março, mais coisa menos coisa, mas está a chegar a hora, um grande edifício para cerca de nove, dez médicos, com todos os outros técnicos associados, que são proporcionais ao número de profissionais de medicina ou médicos. Lembro Joane, como já referi há pouco, queremos também concretizar, que está em

obra, claro. Lembro a Unidade de Saúde de Nine, também uma nova estrutura que está em curso. Lembro uma obra semelhante que está a decorrer também em Ruivães, uma obra muito importante, lembro que estas unidades, eram pequenas unidades que não eram unidades de saúde familiar e nós queremos que sejam unidades de saúde familiar, porque nós achámos que só como Unidade de Saúde Familiar é que os serviços são de qualidade. E isso o que é que significa? Mais médicos, mais enfermeiros, mais tudo. Porque depois há aqui, como disse há pouco, uma proporcionalidade e, portanto, todas estas novas unidades ou as reabilitações das unidades cumprem um programa funcional já apropriado à instalação de unidades de saúde familiar. Mas podia continuar a alargar também uma obra que, felizmente, virá a começar em breve, penso que já estão lá colocados os pré-fabricados para a unidade provisória em Lousado, que esteve para fechar. Foi aqui debatido durante muitos anos o encerramento. Nós queremos uma Unidade de Saúde Familiar. Imaginem como as coisas mudam, uma Unidade de Saúde Familiar em Lousado, cuja obra também irá começar, já está adjudicada, em breve. Queremos também evoluir para Gondifelos. Gondifelos, que não estava previsto, mas Gondifelos também queremos que tenha uma Unidade de Saúde Familiar, é uma Unidade que só tem um médico como é sabido, quando há só um médico, há sempre problemas diversos e, portanto, queremos que seja uma Unidade de Saúde Familiar. Aliás, estamos agora a alugar mais um espaço que é contíguo ao espaço atual, para que haja o espaço necessário para que nós possamos desenvolver obras e, com isso, alocar também mais profissionais da saúde e, portanto, Gondifelos também terá a sua situação no que respeita a esta área da saúde, muito melhorada. Mas também temos uma UCC que queremos que tenha todas as condições à semelhança do que sucede em Bairro, também em Brufe irá ser instalada mais uma UCC que existia, como é sabido, na unidade urbana, sem nenhuma condição, será no Jardim de Infância, que ficará vago com a construção da nova escola, do novo centro escolar, em que uma parte desse

jardim de infância será destinado a uma UCC, que também são serviços à comunidade, muito importantes. A somar isto, obviamente que estamos a construir em conjunto com o hospital, o plano estratégico, já falei dele para o hospital, está a correr bem, obviamente que temos que nos esforçar com a tutela, por forma a que, quer a modernização, quer a reabilitação, quer a ampliação, onde se incorpora, como eu disse há pouco, o parque de estacionamento, sejam uma realidade e, portanto, em breve iremos apresentar de forma mais detalhada. Quero, obviamente, que quem tem a responsabilidade do Conselho de Administração, mas também connosco, nós estamos muito, muito envolvidos neste processo a somar a isto, uma dimensão mais imaterial, o Plano Estratégico para a Saúde de Vila Nova de Famalicão, que também está a ser desenvolvido e que também iremos apresentar brevemente, este mesmo plano estratégico para a saúde, nomeadamente no que respeita à rede de cuidados de saúde primário, que queremos que não só existam os edifícios, os profissionais de saúde, mas também, obviamente, projetos, programas, atividades e iniciativas diversas para que nós tenhamos saúde de qualidade, nomeadamente no que respeita à prevenção da doença, que é muito importante para as pessoas e para o Sistema Nacional de Saúde, já agora é bom dizê-lo. Vamos falar da habitação. Como é sabido, é um setor importante, já temos referido isso ao longo dos últimos anos. Temos cerca de duzentas habitações, como sabem, em construção. É verdade que vamos começar a entregar, em princípio em abril, conforme já foi referido publicamente, as primeiras vinte habitações. Estamos a falar de arrendamento acessível para quem trabalha, pensionista ou reformado. Classe média é para estes agregados familiares que são destinadas a estas habitações. Como é sabido, temos cerca de trezentas e trinta habitações, que estão dedicadas à chamada habitação social, que é chamada tecnicamente a renda apoiada, portanto, são conceitos e públicos diferentes, e, portanto, queremos começar a entregar, obviamente, como é sabido, as entregas são públicas, e, portanto, o Presidente da Câmara, nem a Câmara entrega casas às pessoas.

Quem entrega, obviamente, depois são os regulamentos com critérios definidos, normativos definidos e aprovados, conforme já existem. Aliás, já aprovámos isso no mandato anterior em que passou aqui, como todos os regulamentos na Assembleia Municipal, mas sim, estamos a prever que em abril haja condições para a entrega das primeiras vinte ou vinte e uma, penso que é assim, casas que ficarão prontas. À medida que vão ficando prontas, nós vamos entregando às populações. Lembro que também queremos concretizar as obras das reabilitações dos complexos Habitacionais de Lousado e Fradelos, que também já estão em obra, mas temos que os concretizar e, portanto, é sempre o desafio dos tempos de hoje de concretizar obras. Queremos, obviamente evoluir para construção própria de mais habitação. Queremos também evoluir, à semelhança daquilo que já se fazia, a habitação a custos controlados. Queremos continuar e reforçar o orçamento, conforme está previsto o apoio às obras de casas privadas, mas para famílias vulneráveis. O Casa Feliz apoia obras, que nós, a cada ano, aprovámos mais de cerca de cinquenta famílias que escusam de sair da casa onde sempre viveram, porque normalmente são pessoas de mais idade, sempre viveram e, portanto, tirá-las de lá era um problema. Mesmo que existissem casas, era um problema grande, como é sabido. E, portanto, nós temos conseguido, ao longo dos anos, manter nas habitações, com este apoio, de seis mil euros, a cada três anos, conforme prevê o regulamento que as pessoas são beneficiárias. Queremos incrementar e também o reforço do apoio à renda, já apoiámos cerca de quatrocentas famílias famalicenses e, portanto, aqui não há limite. Aqui tem que se cumprir o regulamento estando naqueles rendimentos per capita que estão definidos, têm direito ao apoio à renda e, portanto, nós já investimos mais de quatrocentos mil euros por ano no apoio à renda. Outra área importante, até porque se falou nela há pouco, que se prende com o desporto. O desporto, temos aqui grandes obras, temos a Pista de Atletismo, o Complexo Desportivo de Atletismo, que está em desenvolvimento, uma grande obra, lembro que ela irá custar

cerca de sete milhões e meio, mais coisa menos coisa, é uma grande obra. Às vezes só se fala de estádio e nós estamos a gastar muitos milhões de euros na Pista de Atletismo, 7,5 milhões no mínimo, ainda estamos a fazer o concurso para apetrechar. Portanto, ela no fim, o apetrechamento, tudo que é para uma pista daquelas custa muito dinheiro, portanto, no fim ainda temos mais essa despesa para fazer mais, que está a correr em paralelo, obviamente. E, portanto, seremos dos poucos municípios que têm uma pista de atletismo em Portugal, como é sabido, com todas estas condições e qualidade, claro está. Queremos, obviamente, continuar a trabalhar no Estádio Municipal. Eu disse na minha campanha que quero o Estádio Municipal e haveria uma opção A e uma opção B. A opção A, já falámos sobre ela, continuo a dizer que era a minha preferida e estou certo, a nossa preferida, acho que posso falar pelo executivo claramente, a nossa preferida. Estiveram envolvidos técnicos dos mais competentes, sendo que todos são competentes, mas com mais experiência do país, desde economistas e juristas e avaliadores e, portanto, desenvolveram o modelo que foi aquele que vocês conhecem e o que me disseram é que realmente a causa maior prende-se não pela viabilidade do projeto ou do negócio, se assim quiserem entender, mas fruto da época que estamos a viver, em que os *players* que normalmente entram neste tipo de negócio estão completamente tomados por obras privadas e obras públicas. E, portanto, digamos que, se quiserem, houve aqui esta coincidência deste concurso nos tempos de hoje e, portanto, por isso o seu insucesso. Mas nós queremos o estádio e, portanto, a curto prazo vamos apresentar os detalhes do plano B, obviamente, sempre numa grande articulação com o Futebol Clube Famalicão e o Futebol Clube Famalicão SAD, como é sabido, são parceiros indispensáveis neste processo e, portanto, há essa articulação, há essa sintonia, por forma a que nós possamos desenvolver também não sendo aquele plano que pretendíamos, mas também que seja um bom plano para que tenhamos também um bom estádio municipal, proporcional àquilo que somos, à nossa história,

aos nossos pergaminhos, e portanto, isso não se alterou. Mas também as piscinas de cinquenta metros. Como é sabido, já foi referido, queremos a curto prazo, lançar o concurso. Agora estamos à espera da aprovação do orçamento para que possamos poder utilizá-lo e, com isso, disponibilizar verbas e comprometer verbas, porque os concursos são isso mesmo e, portanto, queremos ter as quatro pistas de cinquenta metros, que vai permitir o desenvolvimento da competição do grupo de desportivo de natação, como sabem, um excelente grupo, que tem muitos sucessos desportivos, que tem este anseio há dezenas de anos também, mas também nos vai ajudar noutra dimensão, a dimensão do envelhecimento ativo, com o projeto Mais e Melhores Anos, em que vamos transformar as quatro pistas em oito pistas de vinte e cinco metros, porque são vinte e cinco metros, para que percebam, são as atuais piscinas, todas têm vinte e cinco metros e, portanto, passaremos com uma capacidade enorme aqui também no território, por forma a que possamos ter mais pessoas no projeto Mais e Melhores Anos, que já temos mais de quatro mil pessoas e com isto ainda podemos acrescentar, no mínimo, mais mil e quinhentas pessoas Lembro ainda também o novo Pavilhão Municipal de Riba de Ave, que também irá entrar em obras porque ele carece de muitas obras. Permitam-me aqui falar também um pouco das Freguesias. As verbas livres, que o orçamento aqui já tem incorporado o aumento de 20%. Portanto, serão cerca de 2,7 milhões de euros que serão transferidos diretamente para as Freguesias. Claro que depois temos outros apoios diversos e delegação de competências diversas. Temos um bom modelo de desenvolvimento e de relacionamento com as Freguesias que tem corrido bem e, portanto, vamos continuar a mantê-lo. A solidariedade social, sempre uma área importantíssima nos territórios evoluídos. Já falámos, obviamente, da habitação, que é um bom exemplo dos apoios que damos a esse nível. Mas temos uma panóplia de apoios muito grandes que vamos manter e reforçar, e reforçar. Lembro o apoio ao medicamento, à subsistência, ao apoio dentário. Temos uma série de apoios, a eficiência

energética, apoios diversos que temos. Os apoios às IPSS. Muito importante nós continuarmos a ter mais vagas nas mais variadas valências sociais. E as clássicas são, como é sabido, o berçário e creches. Temos depois nas seniores, temos as ERPIs, os chamados lares residenciais, mas também os centros de dia, o Serviço de Apoio Domiciliário e também, nomeadamente, CACIS e lares residenciais para pessoas portadoras de deficiência, que também são, obviamente, áreas muito importantes. O que está a suceder com esses cerca de dezasseis milhões de euros que as IPSS estão a investir, obviamente, uma parte deles, a Câmara Municipal disponibiliza, porque as IPSS, se não tivesse o nosso conforto e o nosso apoio, obviamente que uma parte destas obras que estão em curso não se iriam desenvolver. Portanto, vamos aumentar em seiscentas e quatro vagas com as obras em curso, das várias destas valências de que falei. Obviamente que sabemos que precisamos de mais e por isso vamos ter mais. Já estão desafiadas outras IPSS, como é sabido, é uma competência das IPSS, estas valências, por forma a que tenhamos mais creches e as valências conhecidas por seniores ou para pessoas portadoras de deficiência. Portanto, as IPSS são aqui parceiros da nossa rede social indispensável, estamos completamente em sintonia, articulados, tem corrido tudo muito bem, mas precisamos de mais e é isso que vai acontecer com alguns projetos. Lembro sempre a Mais Vida de Gondifelos. Lembro também a Bem Me Quer em Delães por exemplo, que vão desenvolver-se ainda mais, trazendo mais vagas, mas lembro também o setor, o setor privado, que não é privado, porque também tem acordos com a Segurança Social, ali no Famalicão Central Park, onde irá nascer, já está em obras, um lar residencial para a terceira idade e também uma creche, e só aí a creche terá um número de vagas de cem ou cento e qualquer coisa Mas, portanto, ou seja, vamos acrescentar de forma substancial. E é bom ter um território atrativo que depois atrai investimentos muito diversificados. Já não é só a clássica indústria, é muito mais que isso, conforme eu penso que é de fácil perceção para todos. O associativismo.

Vamos manter os apoios. Temos um bom modelo de desenvolvimento social que também assenta muito no associativismo. Lembro que temos novecentas associações formais e informais, porque os grupos informais são muito importantes. Lembro sempre as comissões de festas, são um bom exemplo daquilo que nós achamos importante. Portanto, não, não é preciso ser formal para ter apoio e, portanto, estas novecentas estruturas que estão distribuídas pelo concelho são para manter os apoios. Mas poderia evoluir para a segurança. A segurança é muito importante também de qualquer sociedade desenvolvida. Por isso, já desde há dois anos a esta parte, resolvemos ser donos de obra da esquadra da PSP, que felizmente já está praticamente concluída, está na última fase. E quem teve a oportunidade de visitar, que realmente a motivação dos profissionais é outra, mudou da água para o vinho. E estou certo que com isso, com estas boas condições também, os nossos agentes da PSP vão ainda conseguir fazer mais. Mas também temos que evoluir para a GNR. A GNR, quem conhece, nomeadamente o posto de Vila Nova de Famalicão é muito mau o que se assiste, muito mau. E, portanto, eu já solicitei uma reunião que estava quase marcada, mas que agora vou ter que recomençar, porque a senhora Ministra da Missão Interna, como sabem, demitiu-se. Portanto, vamos aguardar que o novo, ou nova ministra seja instalado para que nós possamos continuar este processo da GNR. Como sabem, já disponibilizamos terreno para o novo posto da GNR. Queremos que, no entretanto, haja obras nas atuais instalações. Estamos à espera de uma candidatura que foi desenvolvida pela própria GNR, uma candidatura interna que ocorreu a nível nacional, para que sejam bem-sucedidos. Nós estivemos envolvidos nesse processo com os nossos técnicos, quer no posto de GNR de Famalicão e um pouco na GNR de Joane, que também tem lá uns problemas ali a mais de infiltrações. Não é propriamente um caso grave como é o daqui do posto de Famalicão A videovigilância. Já tenho falado muitas vezes. A inércia, a inércia que tem a ver com a burocracia a funcionar. Agora já está na Comissão Nacional

de Proteção de Dados para ligar as nossas doze câmaras, para que depois a PSP possa obviamente beneficiar da videovigilância. Mas mais do que isso, nós queremos alargar esta rede de videovigilância a outros pontos também daqui da zona urbana para cinquenta e quatro câmaras. Portanto, já temos o projeto desenvolvido, vamos começar também a instalar, como é sabido, as infraestruturas necessárias para que tal possa também ser concretizado. Temos também pensado, digamos, no âmbito da Polícia Municipal para que ela seja mais próxima, mais presente e, portanto, estamos aqui também a desenvolver aqui novas metodologias com a própria Polícia Municipal, por forma a que nós possamos aproveitar a potencialidade que temos na Polícia Municipal e penso que podemos fazer mais. E, portanto, a Polícia Municipal também nos está, ela própria a ajudar-nos a desenvolver desde logo, com um organograma diferente da própria Polícia Municipal para que nós possamos fazer melhor. Sendo que, obviamente, que a nossa Polícia Municipal já muito trabalha, são agentes competentes, os vinte e nove agentes que temos, muito competentes. Mas penso que uma nova reorganização vai permitir tornar mais eficiente o serviço da Polícia Municipal. A proteção civil, como não podia deixar de ser. Queremos continuar a capacitar a rede do município no que concerne à Proteção Civil. Queremos desde logo, instalar a central única de atendimento municipal e vamos aumentar muito a eficiência. Como é sabido, neste momento, há praticamente quatro centrais de atendimento em Vila Nova de Famalicão. Temos que evoluir. Portanto, haverá uma que irá gerir toda a rede do concelho de Famalicão, portanto, com as três corporações incluídas e a Proteção Civil Municipal. Portanto, é uma grande evolução. Custa também muito dinheiro à Câmara Municipal, mas é uma evolução que é necessária e atendendo ainda por cima aquilo que estamos a verificar. O Centro de Recursos do Território, também obviamente, havendo uma central única de atendimento, é mais fácil gerir recursos, não queremos que haja sobreposição de recursos, queremos que haja complementaridade de recursos para que tenhamos todos

os recursos necessários para acudir quem precisa num dado momento. Por exemplo, as comunicações. Nós tivemos, e eu tive em particular, uma experiência, tivemos todos, mas quem é o responsável pela Proteção Civil, porventura sofre mais um bocadinho, foi com as comunicações. As comunicações, quando falha, é a primeira coisa a falhar. Quando alguma coisa falha, é a primeira coisa a falhar e não deveria ser porque ficamos todos incontactáveis. E, portanto, queremos ter também aqui mais redundâncias das comunicações. Temos agora a evolução tecnológica também nos vai ajudando, por exemplo, o Starlink que vocês ouvem falar muito. Porque não também trazê-lo para Famalicão. A digitalização, como disse há pouco, do Centro de Recursos do Território. Temos que saber o que temos, não só nas corporações, mas também noutras entidades, até privadas, que nós queremos fazer esse registo. E queremos, obviamente, também, não sei se sabiam, nós temos alugado o terreno onde está a nossa Proteção Civil, queremos adquirir. Adquirir, porque estamos a investir muito e, portanto, queremos adquirir também o Complexo de Proteção Civil Municipal, já encetámos esforços e, portanto, estou a falar muito, mas estamos a falar do maior orçamento da nossa história, aquele que vai permitir uma evolução enorme, como nunca de um concelho que neste caso é o nosso, felizmente. Podia falar no turismo, na cultura, obviamente que também vamos manter as grandes festividades que tão a ter um retorno avassalador para o território. E depois temos as grandes rubricas do orçamento, como é sabido, onde está aí água, saneamento e resíduos sólidos, que é aquisição de serviços e trabalhos especializados, os estudos, projetos e consultorias, onde temos lá os projetos, porque para fazer isto tudo é preciso projetos que custam milhões de euros. Se não tivéssemos gastado milhões de euros lá atrás, , não tínhamos tido sucesso, como outros não tiveram sucesso no PRR. Os recursos humanos, os aumentos salariais, felizmente, e os reposicionamentos e os recursos humanos já vão em quarenta e sete vírgula cinco milhões de euros. E lembro também, por exemplo, as refeições escolares que andam na

casa de cinco vírgula seis milhões de euros para que tenhamos qualidade nas nossas refeições. E, portanto, para concluir, este é um orçamento que retrata bem a nossa ambição. Obviamente, senão não era este, com certeza seria um bem menor. E, portanto, aliás, penso que é de fácil perceção para todos, quem estiver de boa-fé claramente, claro que nós, este mandato, tal como no anterior, começamos a dar passos significativos para superar os nossos compromissos que temos para os nossos concidadãos famalicenses. É só, que já é muito. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) –

Senhores Deputados, queria só expor aos deputados o seguinte: em sede de Comissão Permanente, ficou definido que esta reunião terminaria, caso a sessão não terminasse, a reunião terminaria às 13 horas. E iniciariamos nova reunião na parte da tarde, às 14,30 horas. Uma vez que faltam quinze minutos para as 13 horas e a mesa regista já algumas inscrições. Aquilo que pergunto aos líderes municipais é se vale a pena continuar e estendemos isto até às 13 horas, ou se será melhor interromper já e às 14,15 horas iniciamos nova reunião. Muito bem. Sendo assim, vamos então aprovar, alguém vota contra? Alguém se abstém? Está aprovada por unanimidade. Peço que assinem a vossa presença à saída. Um bom almoço a todos. Está terminada a reunião. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) - Boa tarde a todos. Espero que tenham tido um bom almoço. Vamos então dar início a esta reunião de continuação da sessão da Assembleia Municipal ordinária. Por ordem de inscrição, tem então a palavra a senhora deputada Tânia Silva da CDU. -----

---TÂNIA SILVA (CDU) – O Senhor Presidente da Câmara gastou grande parte do seu tempo a analisar um documento que todos nós tivemos acesso, eu creio que o Grupo Municipal do PSD e o CDS já terá esse papel de engrandecer o grande plano e orçamento. Deixa-nos assim a opção de 3 minutos e 22 segundos, e eu deixo no ar a

questão. Que opção de contraditório tem os restantes grupos municipais por parte do Senhor Presidente da Câmara? Mas creio que o Grupo Municipal do PSD e o CDS estará cá para responder pelo Senhor Presidente da Câmara -----

- Estamos hoje a discutir as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2026. Um orçamento que o executivo apresenta como histórico. E é verdade num aspeto, é o maior de sempre. Mas a CDU não avalia orçamentos apenas pelo tamanho dos números. Avalia-os pelas escolhas políticas que revelam. E, sobretudo, pelos efeitos concretos que têm na vida das pessoas. Em 2025, este município aprovou um orçamento de cerca de 219 milhões de euros, com cerca de 77 milhões de euros de investimento. Esse aumento foi apresentado como sinal da capacidade do município para investir mais e responder melhor aos problemas estruturais do concelho. Mas é importante dizer com clareza algo que muitas vezes fica escondido no discurso político. Uma parte muito significativa desse aumento resultou da entrada de verbas do Plano de Recuperação e Resiliência - PRR. E em 2026 volta a acontecer exatamente o mesmo. O orçamento sobe agora para cerca de 256 milhões de euros, com cerca de 106 milhões de euros de investimento. Mas, seguindo o exemplo de 2025, este crescimento não resulta apenas de uma alteração estrutural das receitas próprias do município. Resulta, em grande medida, da continuação da execução de programas financiados pelo PRR e por fundos comunitários. E isto levanta uma questão política fundamental. Se o município está a receber recursos extraordinários, temporários e externos, então era legítimo esperar que esses recursos fossem usados para resolver problemas estruturais que permanecem há décadas. Mas o que vemos é que, mesmo com financiamento excecional, as prioridades políticas mantêm-se praticamente inalteradas. Falemos também das opções fiscais e das receitas municipais. O executivo apresenta frequentemente a manutenção ou ligeira redução de alguns impostos municipais como prova de sensibilidade social. Mas a CDU entende que esta discussão deve ser feita com maior profundidade. Porque o que importa não é

apenas o valor nominal das taxas. Importa perceber quem beneficia verdadeiramente dessas opções fiscais. Continuamos a assistir a um modelo fiscal municipal que: - Não diferencia suficientemente grandes proprietários de habitação e fundos imobiliários das famílias com uma única habitação própria. Não introduz mecanismos suficientemente fortes de penalização da especulação imobiliária e dos imóveis devolutos. Não utiliza plenamente os instrumentos fiscais municipais para promover justiça social e acesso à habitação. Ou seja, o município abdica de utilizar os impostos municipais como instrumento de política social e territorial. Falemos também das despesas correntes. Um orçamento desta dimensão exige uma análise séria da forma como o dinheiro público é utilizado no funcionamento diário da máquina municipal. E aquilo que a CDU identifica é uma tendência crescente para. - Aumento de despesas com aquisição de serviços externos. Subcontratação de funções que poderiam e deveriam ser asseguradas por trabalhadores do município. Recurso frequente a eventos, campanhas e iniciativas de promoção institucional com impacto social discutível. Enquanto isso, continuam por resolver questões fundamentais como, reforço de meios humanos nos serviços públicos municipais. Melhoria das condições de trabalho. Estabilidade laboral e valorização profissional. Ou seja, cresce a despesa, mas não cresce na mesma proporção a qualidade estrutural do serviço público. E é aqui que surge uma contradição central deste orçamento: - Temos mais receita extraordinária. Temos mais investimento anunciado. Mas continuamos com uma estrutura de despesa que privilegia externalizações e projetos de visibilidade política, em vez de reforçar a capacidade pública permanente do município. Isto não é uma questão técnica. É uma opção ideológica. Falemos de habitação. Com recursos reforçados pelo PRR, seria possível desenvolver um verdadeiro programa municipal de habitação pública e acessível. Mas continuamos sem saber. - Quantas casas públicas vão ser construídas. Onde. Quando. Com que orçamento concreto. E para quem. O que sabemos sim, é que o município não está a assumir um

papel estruturante na promoção de habitação pública permanente. Este orçamento aposta sobretudo em projetos financiados por PRR, parcerias público-privadas e incentivos à construção privada. Enquanto que, por exemplo, em Ribeirão, jovens trabalhadores continuam sem conseguir pagar rendas. Em Riba de Ave, persistem situações de sobrelotação. Em Joane, existem habitações degradadas. Em Arnoso, jovens casais desistem de se fixar no concelho. Com financiamento extraordinário europeu, estes problemas podiam estar a ser resolvidos de forma estrutural e não estão. Relativamente à educação Senhor Presidente, aquilo que lhe queremos alertar a si e ao seu Governo, é que os problemas do sistema educativo não se resolvem apenas com o reforço de infraestruturas, ignorando e colocando de lado, a necessidade urgente de um reforço substancial de profissionais. É que embora o Orçamento de 2026 preveja investimentos em obras, que reconhecemos como necessárias e urgentes, não há garantias claras por parte do seu Governo, de que haverá dotação adicional para a contratação de professores, educadores ou pessoal de apoio, especialmente para reduzir números excessivos de alunos por turma ou colmatar carências acumuladas há anos. Bem pelo contrário, vemos o atual Governo discutir, quase em modo de segredo de Estado, algumas medidas, como a reorganização de ciclos. Mas mais greve, e não só sobre este assunto, é vermos essa discussão a avançar sem um debate amplo e transparente junto da comunidade educativa e da sociedade em geral. Posto isto, Senhor Presidente, reforçamos, educação pública forte exige valorização dos profissionais e redução das desigualdades entre escolas, não só obras físicas. E por isso, não apreciamos este modelo em que o Senhor Presidente e o seu Governo coloca as escolas a funcionar como se fossem empresas de serviço, em vez de verdadeiros centros de educação democrática e comunitária. Limitarmos a nossa intervenção apenas e só com obras, sem reivindicar junto do Estado Central a inclusão de medidas sociais, pedagógicas e comunitárias integradas, então estamos a falhar na missão central da

educação pública democrática e inclusiva. Também relativamente ao Desporto, este orçamento privilegia infraestruturas de grande dimensão (centros desportivos estruturantes, requalificações de grande escala, piscinas municipais, etc.). No entanto, parece-nos que este investimento está mais concentrado em equipamentos de visibilidade política, enquanto o tecido associativo de base continua com dificuldades financeiras. E Senhor Presidente, o desporto deve ser de base comunitária e não apenas de espetáculo, e por isso, o apoio regular às associações deve ser reforçado e previsível. Pequenos clubes não podem depender apenas de candidaturas pontuais. Por isso questionamos: Existe aumento real nas transferências para associações? Há contratos-programa plurianuais? Há reforço para manutenção de campos, pavilhões e sedes? É que Senhor Presidente, sem reforço financeiro direto, os clubes continuam a suportar custos elevados de energia, seguros, transporte e arbitragem (por exemplo). Outra questão a colocar, é se existem medidas concretas e realmente colocadas em prática para garantir acesso gratuito ou de baixo custo a crianças e jovens? Sabemos que os tempos mudaram, e que existe uma onda de mercantilização também no desporto, mas não podemos ignorar que este, deve ser um direito social, não apenas um serviço disponível para quem pode pagar mensalidades. Tal como na educação, criticamos esta dependência de fundos europeus para grandes equipamentos e preocupa-nos a falta de compromisso municipal permanente para manutenção futura. Assim como, nos preocupa que o orçamento privilegie obra física em detrimento do apoio humano e associativo, não existindo reforço estrutural suficiente para clubes e coletividades, não promovendo uma política de democratização efetiva do acesso ao desporto e o movimento associativo continue a ser subfinanciado. Sobre a cultura, este orçamento privilegia grandes eventos, festivais de visibilidade e programação mediática. E Senhor Presidente, a política cultural não pode reduzir-se a agenda de eventos ou marketing territorial. Cultura é criação contínua, formação artística e participação popular.

Famalicão tem bandas filarmónicas, grupos de teatro amador, ranchos folclóricos, associações recreativas. E podemos colocar as mesmas questões que na área do Desporto, as transferências para estas entidades aumentaram efetivamente? Existem contratos-programa plurianuais? Há apoio para manutenção de sedes e equipamentos? Sem financiamento estável, as coletividades continuam a sobreviver com voluntariado e esforço próprio. E a cultura popular deve ser tratada como pilar estruturante e não residual. Falemos de transportes. O PRR é precisamente um instrumento pensado para modernizar territórios e combater desigualdades estruturais. E não sei se serão os 22 autocarros elétricos que responderão às necessidades ou se continuaremos sem uma rede de transportes públicos municipal robusta. Em Gondifelos, horários continuam desajustados. Em Ruivães e Novais, persistem situações de isolamento. Em Lousado, muitos trabalhadores continuam sem alternativa ao automóvel. Mais financiamento não pode significar apenas mais discurso. Tem de significar melhores serviços públicos. É que Senhor Presidente, a transição ambiental não pode recair apenas na responsabilidade individual (bicicleta, carro elétrico), o eixo central deve ser transporte público coletivo forte e acessível. Falemos do ambiente e do Rio Ave. Se existe um domínio onde o financiamento extraordinário podia produzir uma transformação histórica, é precisamente na recuperação ambiental. O Rio Ave continua a ser um símbolo das promessas repetidas ao longo de décadas. Continuamos sem um plano estruturado e calendarizado de despoluição efetiva e de devolução das margens à população. Em freguesias como Riba de Ave, Lousado e Pedome, as populações continuam à espera que o rio seja verdadeiramente recuperado como espaço público, ambiental e social. Falemos das freguesias. Em 2025, as transferências para as juntas rondaram os 8,4 milhões de euros. Em 2026, falou num aumento de 20%, aquilo que analisamos é que com mais recursos disponíveis graças a fundos extraordinários, não vemos uma mudança estrutural que reduza desigualdades territoriais. Em Brufe, faltam

equipamentos. Em Vale São Cosme, persistem problemas de acessos. Em Pedome e Seide, continuam lacunas sociais. Em Lemenhe, Mouquim e Jesufrei, faltam serviços de proximidade. Falemos dos trabalhadores do município. Mesmo com financiamento reforçado, continua a faltar, um plano sério de valorização, uma estratégia para combater precariedade, uma política salarial estruturada. O PRR devia permitir investir nas pessoas que garantem o funcionamento dos serviços públicos, mas essa oportunidade está a ser desperdiçada. Comparando 2025 com 2026, os factos são claros. O orçamento cresce. O investimento cresce. O financiamento europeu aumenta. Mas também cresce a dependência de financiamento extraordinário e a manutenção de um modelo de despesa que a CDU considera desequilibrado. A CDU defende outro caminho. Com estes recursos extraordinários era possível criar um verdadeiro programa municipal de habitação pública. Desenvolver uma rede de transportes públicos eficaz. Requalificar ambientalmente o Rio Ave e devolver as suas margens à população. Reforçar o papel das freguesias. Valorizar os trabalhadores municipais. Utilizar a política fiscal municipal como instrumento de justiça social. Reduzir externalizações e reforçar a capacidade pública do município. Mas este executivo opta por continuar centrado num modelo de promoção territorial e imagem externa. Por isso dizemos com clareza: Este orçamento é grande nos números, mas continua limitado na transformação social. É também um orçamento fortemente dependente de financiamento extraordinário que não será permanente. Por tudo isto, a CDU votará contra estas Grandes Opções do Plano e este Orçamento para 2026. E continuará a defender uma política que coloque os recursos públicos ao serviço das populações, do território e do futuro coletivo do concelho. Porque Famalicão não precisa apenas de crescer. Precisa de crescer com justiça social, ambiental e territorial. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Antes de mais, uma nota prévia e reforçando aquilo que a senhora Deputada Tânia disse. Estamos aqui perante um plano de atividades que é o

documento orientador do município. Todos tivemos acesso ao mesmo documento de forma prévia, podemos estudar, entendemos que o Senhor Presidente da Câmara, faça uma nota introdutória claramente e explique. Mas deixa fazer mais de cinquenta e seis minutos de descrição e deixar três minutos e vinte dois para responder, quando é sua obrigação responder, porque este documento levanta dúvidas a todos e temos questões. Certamente não é a situação ideal e podemos considerar mesmo que é uma falta de respeito para com os eleitos locais e logo, com todos os famalicenses. Logicamente que, no ano passado, já vimos situações semelhantes. Se o Presidente da Câmara deixava algum tempo e não respondia, delegava até nos senhores deputados da maioria. Pensávamos que o início do mandato pudesse fazer alterações, mas pelos vistos não. E é pena. Irei neste momento agora entrar no GOP e irei primeiro fazer uma intervenção mais generalista. Seguir-se-á outras intervenções mais temáticas do meu grupo municipal. Bem, estamos perante mais um documento das Grandes Opções, plano desta Câmara e olhando para o mesmo, existem algumas expressões que me vêm à cabeça, imaginativo, fantasioso, oportunidade perdida, para o ano é que será. A realidade é que os problemas quotidianos no concelho se continuam a acumular. Os problemas na rede de água persistem. Temos problemas na rede viária, na habitação, enfim, em quase todas as áreas. Logicamente, com algumas exceções, como são, por exemplo, as áreas das avenças, das festas e festinhas, que, por exemplo, têm agora mais um episódio com o aluguer de uma tenda para o Carnaval, que passou de onze mil euros do ano anterior para mais dezasseis mil euros mais IVA. Estes realmente são setores dinâmicos e onde a Câmara realmente investe na economia concelhia. É pena que seja só para alguns e normalmente para os mesmos. Neste capítulo, esta Câmara maneja muito bem, verdade seja dita. O certo é que a grande visão desta maioria mais parece uma visão deturpada por uma miopia excessiva e crescente, que não parece ter fim à vista. O Senhor Presidente, na sua mensagem, diz que este é o primeiro ano de um novo ciclo e é por ser

o início de um novo ciclo que o Partido Socialista, como tem vindo a ser habitual em inícios de ciclo, vai-se abster, como o fez na Câmara. Isto porque, acima de tudo, como diz o povo, a esperança é a última a morrer. Esperemos que desta vez a história não se repita e que, mais uma vez, a realidade não se transforme no buraco obscuro do qual ultimamente esta maioria já não consegue sair. Mas, como referi, estamos num contexto de novo ciclo, o Partido Socialista ainda quer acreditar que o compromisso de transformar o Concelho em mais dinâmico, inclusivo e sustentável será uma realidade. Este é o maior orçamento de sempre, sendo que só o é devido ao PRR. Aliás, refira-se que cerca de 50% do instrumento previsto vem de tal apoio, sendo que o total das transferências de capital supera os setenta e sete milhões de euros, e aqui temos de voltar a referir e acho que todos nos devemos congratular, que ainda bem que o governo do Partido Socialista de António Costa pensou e agilizou este instrumento. Caso contrário, em Famalicão a história seria outra. Sei e tenho a certeza que todos pensam assim, apesar de alguns não o poderem dizer. Mas a realidade é essa, e como diz o Senhor Presidente, é graças a este PRR que finalmente será possível entregar aos famalicenses muitos dos investimentos que foram colocados no terreno. Palavras do Senhor Presidente, que perante muitas tentativas de se apropriar dos méritos do PRR, lá conseguiu enfim reconhecer a realidade. Também de referir que mais de metade do valor orçamentado como investimento da parte da Câmara já advém de anos anteriores, o que demonstra uma relativa inflação deste orçamento. Também é importante referir e não é necessário recuar muito no tempo, que muito do que hoje é prometido já o foi anteriormente. Por exemplo, na apresentação do grande plano para 2022, já o atual presidente da Câmara referia na sua intervenção que esse GOP iria permitir construir um concelho mais próspero, mais inclusivo e mais sustentável. Na altura, alinhado ao desenvolvimento e concretização das cinco agendas prioritárias. Passados quatro anos, todos constatamos que essas agendas falharam redondamente e nestes passados quatro

anos somos confrontados com o discurso de que agora é que é. Como diz o povo, bem prega Frei Tomás. Em 2023, prometia-se que graças à saúde financeira das contas, seria permitido criar soluções. Era o ano em que se prometia levar para o terreno soluções para os grandes desafios da habitação, transportes no concelho, em que seriam apresentados vários documentos estratégicos e planos de ação. Se calhar percebemos mal a mensagem e a indicação de que não seria nesse ano, mas seria antes num prazo temporal mais amplo. Mas o certo, é que passados estes anos, continuamos à espera de tais ações. Em 2024, anunciava-se que já se tinha implementado mais de 80% do programa eleitoral. Facto que ainda o ano passado teve o cuidado de desmistificar com dados concretos. Era um ano em que já se notava alguma preocupação com o contexto internacional, que podia ter algum impacto. Em 2025, anunciava-se aquele que era até à altura o maior orçamento de sempre. Que iria ser capaz de responder aos anseios e aspirações dos famalicenses. Anunciavam-se projetos e mais projetos. Anunciava-se obra e mais obra. Apesar de o reconhecerem, que tal só era possível via fundos comunitários. Mantinha-se a mensagem que o foco estaria na construção de um concelho mais dinâmico, inovador, coeso, sustentável e atrativo. Parecem as promessas para este ano e são as mesmas que foram repetidas nos últimos anos, mas são sempre palavras bonitas, há que o reconhecer. Ao fim de vinte e cinco anos desta maioria, ao fim de orçamentos, que no seu total devem ter ascendido a um valor de cerca de mais de 2,5 mil milhões de euros, em que os impostos diretos nestes anos, que esta maioria governa este Concelho, já devem ter ultrapassado os 550 milhões de euros. E ainda temos um discurso que é em tudo semelhante, ano após ano e em que se continua sempre a prometer o mesmo. Se calhar já estava na altura de executarem, em vez de só prometerem. Uma certeza que vai ser desta. Pelo menos temos essa esperança. É caso para dizer que existe obra, mas fictícia, porque a realidade está aos olhos de todos. Embora, como eu referi muitas vezes, só alguns o possam dizer, em 2021, por exemplo,

ao nível do ambiente, prometia-se a modernização das infraestruturas ambientais mediante serviço público de referência no abastecimento de água, saneamento, resíduos e limpeza pública. Também se prometia a modernização das infraestruturas de abastecimento de água e saneamento de água residual, de modo a criar condições para a cobertura da totalidade da população. Pelos vistos, ainda hoje o senhor Presidente desmistificou isso, ainda não existe, mas todos sabemos. Também se iria trabalhar para reduzir de forma progressiva as perdas reais existentes no sistema de abastecimento de água, como várias medidas. Após cinco anos, os objetivos mantêm-se os mesmos, modernizar, concluir a rede de abastecimento, modernizar a rede de abastecimento de água e reduzir as perdas. Todos sentimos nas nossas casas as constantes falhas do abastecimento de água. Perdão. Logicamente, aqueles que têm abastecimento de água em casa, para os mais atentos e mais experimentados nestas andanças, estas promessas já foram feitas há mais de quinze anos. E após estes anos todos, dos cerca de 500 milhões de euros de impostos diretos cobrados aos famalicenses e dos orçamentos recorde, as promessas continuam as mesmas. Pode ser que seja desta vez. Pode ser. Mas já que falamos de água, existe ainda um tema que nos últimos anos temos vindo a questionar e para o qual não temos qualquer resposta, que tem a ver com o custo da água. Como nota introdutória de referir que esta maioria afirmou que, em 2024, a água não faturada no concelho baixou 11% para os 36%. Essa redução, não provada, realce, de certeza que resulta dos dados oficiais divulgados anteriormente, em que a água não faturada era de 47% e que desses, só 5% correspondiam ao consumo do município. Mas, considerando que esses 36% são reais e descontando os 5% do consumo municipal, temos 31% de água não faturada em virtude de perdas, ligações ilegais e, segundo a Câmara, de contadores que não contam corretamente, apesar de nunca ter esclarecido como consegue tecnicamente apurar esse facto apesar de eu já ter solicitado. Também temos de salientar a indicação, por mais uma vez, por parte desta maioria, que

o preço da água em Famalicão é subsidiado, ou seja, os famalicenses não pagam verdadeiramente o seu valor. Perante estes factos, indico factos entre aspas, existe logo algo que não bate certo e que peço que o Senhor Presidente de uma vez por todas nos esclareça. A Câmara Municipal adquire a água e posteriormente vende aos famalicenses. É certo assim, senhor Presidente? O valor da aquisição da água é dado através da rubrica de despesa 02011601, referente à aquisição da água e tem um valor orçamentado de 6,8 milhões de euros e, posteriormente, o valor da sua venda é dado através da rubrica receita 07001802, que tem um valor orçamentado de 6,1 milhões de euros. Está certo este raciocínio, senhor Presidente? Ou existe mais alguma rubrica que contemple o custo da água que o Município paga e o valor que cobra aos famalicenses. Se sim, por favor, indique quais, que eu já lhe perguntei variadas vezes. Por caso assim não seja, a afirmação deste executivo que os famalicenses têm um valor suportado pelo município, no que concerne à água, não bate certo. Senão, vejamos e façamos umas contas simples. Se ao valor da aquisição da água, de 6,8 milhões de euros, retirarmos os 31% da água não faturada, significa que o valor de aquisição da água faturada será de cerca de 4,7 milhões de euros. E visto que o valor orçamentado com a receita da água é de 6,1 milhões de euros, ou seja, 30% acima desse valor, então, senhor Presidente, a pergunta é, qual é e onde é que está o verdadeiro financiamento? Se os famalicenses pagam mais de trinta por cento do que a água custa, onde está verdadeiramente a ajuda? A menos que diga que os famalicenses têm que pagar pela incapacidade desta Câmara em reduzir as perdas. Espero que, desta vez, nos possa esclarecer devidamente, porque volto a referir, os famalicenses já contribuíram com muito custo, com mais de 500 milhões de euros para esta maioria poder resolver os seus problemas. Voltando ao plano, não posso também deixar de referir que este município mantém a meta de plantação de cem mil árvores até ao final da década. Mas aqui tenho de referir que teria sido mais fácil não promover o abate em larga escala, que promoveu nos últimos anos.

Senhor Presidente, o mais fácil para ter um concelho verde com muitas árvores, é não mandar abater árvores e não mandar abater e depois prometer plantar. Infelizmente, o cenário real do concelho não é o que podia e deveria ser, por respeito pelos famalicenses e pelo seu contributo. Não vou aqui trazer alguns resultados do anuário dos municípios portugueses, mas posteriormente podemos vir aí. Mas há um dado também gostaria de falar. Volta a estar orçamentado, um 1,9 milhões de euros em avenças continuam a ser totalmente injustificados dado os excelentes funcionários que a Câmara possui. Fossem substancialmente reduzidas estas avenças e já haveria margem para reduzir o contributo que os famalicenses fazem diariamente. Mas esta não é infelizmente a vontade desta velha maioria. Sabemos que existem cursos com pessoal que são justificados devido a, por exemplo, os contratos de delegação de competências, que aliás é sempre a justificação desta maioria para esses aumentos. Já com as avenças, a história é diferente, não havendo qualquer explicação. Mas, se existem custos com pessoal que podem ser explicados, no entanto, esta maioria nunca conseguiu explicar cabalmente porque é que estes custos aumentam mais do que os que refere que estão associados a estas novas competências. Portanto, certamente o aumento do custo de pessoal não advém só daí. Também, em atalho de foice, referir que existe neste orçamento o aumento das transferências para as freguesias, mais 20%. Mais uma vez, ao contrariamente do que o Partido Socialista defendeu a duplicação das verbas, esta maioria resolve aumentar só 20% e sujeitar os autarcas das freguesias a um beija-mão, sujeito sempre aos humores de quem tem o poder. Mas, do mal ao menos, há um aumento e quando há um aumento temos que gratular. E aqui também, mais uma vez, esta maioria pega numa proposta do Partido Socialista, critica primeiro e depois aplica só parcialmente, mas ao menos aplicou em parte, já não está mal. O Partido Socialista apresentou muitas propostas contempladas na declaração de voto, que poderiam e deveriam ser contempladas e executadas. Mas, mais uma vez, irá ser uma oportunidade perdida. É pena. Como referi,

só na declaração de voto os vereadores do Partido Socialista apresentaram mais de vinte propostas. É assim que se faz uma oposição responsável e positiva. Pode ser que esta maioria faça aquilo que tem feito ao longo dos anos relativamente às propostas do Partido Socialista. Primeiro critica e tenta desacreditar, mas depois apresenta-as como sendo suas e inovadoras e executa-as parcialmente, como aconteceu, por exemplo, com a redução do IMI e do IRS. Fica pelo menos essa esperança, porque essa é a última a morrer. Muito fica por dizer e infelizmente mais fica por fazer. É pena, porque Famalicão e os famalicenses não merecem.-----

---**MIGUEL FIDALGO (IL)** – Antes de entrar no Orçamento, deixem-me fazer uma nota breve. Na apresentação do Orçamento tivemos praticamente uma aula magna. Cinquenta e sete minutos sem parar do senhor Presidente da Câmara, e depois para o contraditório e para as respostas dos deputados, ficaram três minutos. Quase como quem diz, fiscalizem depressa que eu já disse tudo. Isto não é boa prática. Num debate orçamental, o essencial não é o tempo do monólogo, é o tempo de prestação de contas. Porque uma coisa é apresentar números, outra coisa é responder aos números e às perguntas que eles levantam. Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, 256 milhões de euros. Eu vou repetir, 256 milhões de euros. É este o tamanho do orçamento que hoje nos é apresentado. E antes de entrarmos nas páginas e nas agendas, vale a pena aqui parar um minuto, porque este número precisa de ser dito em voz alta para se perceber o que significa. Estamos a falar de cerca de 700 mil euros por dia, todos os dias, ao longo de 2026. Um orçamento desta dimensão exige duas coisas: prudência e prioridades claras. O que nos trazem é outra coisa, um orçamento que cresce como se fosse inevitável e que pede às famílias contenção enquanto o município se permite expansão. Porque quando olhamos para o coração da despesa corrente, vemos isto, mais de 50 milhões em pessoal, mais de 71 milhões em bens e serviços. Só aqui a máquina consome mais de 121 milhões de euros, e isto num ano em que se fala muito de

investimento recorde e muito pouco de reforma e eficiência. O que este orçamento diz na prática é isto. Quando é para aliviar a vida das pessoas, dizem que não há margem. Quando é para inchar a máquina do município, a margem aparece sempre. Dito isto, vou por blocos para separar o essencial do acessório e para que as perguntas fiquem bem claras. O primeiro problema é estrutural e este orçamento é recorde, sobretudo porque se torna mais dependente da receita de capital. Em 2026, a receita corrente é 139 milhões, mas a receita de capital sobe para 116 milhões. Em 2025, era 83 milhões. Ou seja, a ambição está cada vez mais assente num pilar que é, por natureza, mais incerto. Fundos, transferências, receitas de capital e execução de projetos. E aqui entra uma metáfora simples. Isto parece uma casa cada vez maior, construída num terreno mais instável. Quando o terreno falha, quando há concursos desertos, revisões de preços, atrasos de projetos, prazos de financiamento que não perdoam, a casa abana. E depois o que acontece? A fatura cai sempre no mesmo sítio. Ou se corta no investimento útil ou se adia, ou se empurra para a dívida, ou então aperta-se ainda mais a carga sobre os munícipes. E quando o orçamento cresce assim, a pergunta seguinte é inevitável: onde é que o município está a crescer por dentro? Em 2026, as despesas com pessoal sobem para 50 milhões, face a 45 milhões de 2025. É um salto de quase 5 milhões num ano, quase 10%. E não é só pessoal, é rigidez, porque as remunerações certas e permanentes sobem para 40 milhões. Eram 36 milhões o ano passado, isso fixa despesa para o futuro. Depois há os detalhes que não podem passar como normalidade administrativa. Horas extraordinárias, 720 mil euros orçamentados. Tarefas e avenças, 1,9 milhões. Pessoal noutras situações, seja lá o que isso for, 2 milhões. Isto exige resposta e não exige narrativas. Quantas admissões novas estão previstas em 2026 e em que serviços? Quantas avenças existem? Em que áreas? Com que duração e com que objetivo? São temporárias ou já são permanentes por hábito? As horas extra são exceção ou sinal de desorganização e falta de planeamento? Porque o município moderno não se mede por

mais gente e mais horas. Mede, sim, por processos melhores e tempo de respostas menores. E se a máquina cresce em pessoal, cresce também onde é mais fácil crescer sem escrutínio, na compra de serviços. A aquisição de bens e serviços sobe para 71 milhões de euros em 2026, quando em 2025 era 63 milhões, são mais 7,4 milhões num ano. Esta rubrica é o mar onde cabe quase tudo. Contratos contínuos, outsourcing, consultorias, manutenção, resíduos, comunicação, prestação de serviços. É aqui que o município pode perder eficiência sem dar nas vistas, porque não é uma obra que se vê, é uma despesa que se repete. E é precisamente por isso que esta assembleia não pode aceitar aumentos desta dimensão sem transparência total. Se há mais 7,4 milhões, então queremos saber em quê. Quais são as maiores contratações previstas? Quais são os serviços que passam a ter contratos plurianuais e que encargos futuros criam? E que indicadores vão ser usados pra medir se aquilo que se compra, entrega de facto, resultado? Porque sem esta informação, este aumento não é um gesto, é um cheque em branco passado com o dinheiro dos famalicenses. E quando a despesa sobe assim, a pergunta é inevitável: quem paga? E é aí que entramos no bloco fiscal. Em 2026, os impostos diretos sobem para 44 milhões. Em 2025, eram 40 milhões e os números contam uma história clara. IMI, 16 milhões, cresce face a 2025. IMT, 16 milhões, um salto enorme aos 200 milhões de 2025. E em 2003, era 8,9 milhões. Derrama 7,7 milhões. Isto dá-nos três críticas objetivas. IMI, há margem para baixar, falta, sim, vontade. Enquanto que mais de metade dos municípios optam por colocar a taxa de IMI na taxa mínima de zero de 0,30%, o executivo famalicense mantém a taxa de 0,335. A nossa posição é simples e politicamente coerente com a realidade social. IMI na taxa mínima de zero de 0,30%, já em 2026. A ordem de grandeza é totalmente comportável. A descida representa cerca de um 1,7 milhões, à volta de 0,7% do orçamento total. O orçamento é gerível, para milhares de famílias, é um alívio real. E se repararmos na contradição, se o município consegue aumentar bens e serviços em 7,4 milhões, então

consegue perfeitamente devolver um 1,7 milhões às famílias na prestação extra da casa. O orçamento prende-se também pelo imposto mais volátil, o IMT, que é o imposto ciclo imobiliário. Quando o mercado abranda, cai. E este orçamento está a fazer depender a ambição de obra de uma receita que o município não controla. A pergunta que exige ser respondida é esta: se o IMT cair 15% ou 20%, qual é o plano? Cortamos investimento? Aumentam taxas, endividamo-nos ou voltam a pedir sacrifício aos famalicenses? O município mantém também uma participação elevada no IRS, 4,5%, em 5% por cento possíveis, e mantém também a derrama num conceito industrial e exportador. Isto significa, na prática, que Famalicão escolhe ficar com mais uma fatia do rendimento de quem trabalha e com mais uma fatia do lucro de quem investe. E falo no momento em que o custo de vida, a habitação e a competitividade económica são os grandes temas do Concelho. O que eu quero deixar claro é isto. Há folga orçamental para aliviar, o próprio desenho do orçamento mostra um município robusto, com capacidade de investimento, com despesa de funcionamento a crescer e com receita fiscal a aumentar. Portanto, não estamos a discutir necessidade. Estamos, sim, a discutir prioridade. E quando a Câmara consegue aumentar a sua máquina em pessoal, em bens e serviços, em contratação recorrente, não pode dizer, ao mesmo tempo, que não consegue aliviar famílias e empresas. Consegue e escolhe não fazer. E essa escolha tem consequências. Menos rendimento disponível para as famílias enfrentarem prestações e rendas, menos margem para as empresas reinvestirem, pagarem melhores salários e criarem emprego. A opção liberal é completamente o inverso. Quando há margem, a primeira decisão deve ser devolver espaço às pessoas e ao tecido económico, em vez de alimentar a lógica de se há receita, é sempre mais despesa, porque o Município não é o que cobra sempre no limite, é o que governa com disciplina e confia que famílias e empresas fazem melhor com o seu dinheiro do que a máquina municipal engordar por feito. A despesa de capital sobe também para 117 milhões em 2026, face a 88 milhões em 2025. É um salto enorme

de obra prometida num único ano. E aqui entra o mundo real, aquele que não cabe nas brochuras. Concursos que ficam desertos, prazos de financiamento que não perdoam, revisões de preços, falta de mão de obra na construção e o mercado nacional pressionado por obras em simultâneo e por emergências que desviam capacidade. Eu não estou a ser apenas contra investimento. Estou a ser a favor de um investimento executável, porque um plano que não executa não é ambição, é propaganda. E, por isso, o que interessa saber não é quantas obras estão no papel, é como é que a Câmara vai garantir que elas saiam do papel sem derrapar custos e sem falhar prazos. Há dois pontos que a Câmara tem de esclarecer com seriedade. Primeiro, qual é o plano concreto de mitigação de risco para 2026? Para evitar concursos desertos, para garantir concorrência real, para controlar revisões de preços, para reforçar fiscalização de obra e para não transformar cada empreitada num buraco orçamental? Eu quero ouvir medidas, não é intenções, porque a diferença entre uma boa gestão e uma má gestão, num ano destes, chama-se controlo e execução. Segundo, se houver derrapagens, atrasos e perda de participação por incumprimento de prazos, e isto é um risco real, quem paga e como? Corta-se investimento útil? Endivida-se o Município? Empurra-se para 2027, com custo maior? Ou volta-se a carregar nas mesmas famílias e empresas com mais taxas e mais imposto? E este é o teste da responsabilidade. Quando o plano falha, qual é a regra do jogo? Porque há uma frase que tem de ficar clara. Um orçamento grande não é um orçamento bom se não for executado. Uma lista de obras no papel não é política pública, é catálogo. E este problema de execução vê-se particularmente num tema onde o Município está a tentar substituir o mercado, a habitação. A habitação é o grande tema do Concelho e é precisamente por isso que é preciso dizer a verdade que muitos evitam. Habitação pública, por si só, não vai baixar preços nem resolver estruturalmente a crise. Pode mitigar casos específicos e deve fazê-lo com regras claras e critérios transparentes, mas não substitui aquilo que realmente muda o mercado. Mais oferta. E é aqui que o

orçamento revela uma mudança de escala. O investimento em habitação e serviços coletivos dispara em 2026, na ordem de 43 milhões de euros. O Município está a colocar-se como promotor imobiliário em grande escala e o risco é óbvio, gastar muito para tapar buracos sem atacar a causa. E quando a causa não muda, a fatura repete-se todos os anos. A raiz do problema chama-se urbanismo, o maior programa de habitação que uma câmara pode ter, não é um anúncio, nem uma fotografia de obra. É um departamento de urbanismo que funciona, com prazos claros, processos simples, previsibilidade e um modelo que não trata o investidor e o cidadão como suspeitos permanentes. Em 2026, há uma grande diferença entre o Município preso ao passado e o Município moderno. Automação e inteligência artificial. Não é futurismo, é apenas uma gestão séria. É reduzir idas e voltas, automatizar verificação documental, detetar inconformidades cedo, acelerar pareceres e encurtar tempo de decisão. Enquanto continuarmos com procedimentos rudimentares, a Câmara Municipal continuará a ser parte do problema, o travão principal da oferta. E por isso, deixo três pontos muito concretos para o executivo assumir perante esta Assembleia. Qual é a meta de redução do tempo de licenciamento em 2026? Que passos concretos de modernização, incluindo automação e inteligência artificial, entram em produção este ano? E que regras mudam para garantir que o Município deixa de ser gargalo, que mantém a escassez? Porque sem isto, o Município não está a resolver crise de habitação nenhuma, está apenas a gerir escassez com dinheiro. E isso, além de caro, não baixa preços. E quando se gasta muito, é obrigatório falar de prioridades e transparência. Há uma rubrica que cresce e que passa demasiado despercebida. Taxas e outras penalidades. Em 2026 são 6 milhões de euros. Em 2025 eram cerca de 4 milhões e, em 2023, eram cerca de 3 milhões. Isto não é um mero ajuste, é um salto. É um exemplo e um exemplo tem impacto direto na vida do mercado. Taxas de loteamento e obras sobem para 1,37 milhões. Em 2025, eram 1,10 milhões. Ou seja, por um lado, fala-se de habitação e oferta. Por outro lado, a receita

prevista em taxas urbanísticas sobe. A Câmara quer facilitar ou quer, então, arrecadar? Se quer facilitar, então, faça a reforma estrutural. Se não a faz, então está a cobrar mais por um sistema que continua lento. Num orçamento desta dimensão, há projetos que exigem um nível superior de escrutínio. Dou um exemplo claro: a pista de atletismo. Em 2026, surgem quase 6 milhões de euros, face a 4 milhões de euros em 2025. Não é ser contra o desporto, é exigir o básico. Um custo total atualizado, fontes de financiamento, custo anual de operações e manutenção, modelos de exploração e taxa de utilização prevista. Obras sem plano e exploração criam despesa fixa para sempre e é isso o oposto da responsabilidade orçamental. Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, a Iniciativa Liberal votará contra este orçamento, porque ele confirma o modelo que não serve o Famalicão no momento em que estamos. Um orçamento que cresce sobretudo em capital, mais incerto e dependente de execução. Uma máquina municipal que cresce em pessoal, suplementos, avenças e compras de serviço. Uma política fiscal que recusa aliviar IMI, IRS e Derrama, apesar de haver margem e um investimento anunciado num ritmo que exige prova de maturidade e plano de mitigação e não apenas esperança. E prioridades que, em pontos concretos, parecem mais orientadas para o anúncio do que para a eficiência. E deixo claro, o que eu consideraria como mínimos de seriedade para mudar o debate. Um quadro trimestral público de discussão, projetos, concursos, adjudicações, prazos, risco, um travão ao crescimento da despesa corrente, sobretudo em bens e serviços, com transparência total, total nos grandes contratos. IMI na taxa mínima e redução real da carga sobre o trabalho e empresas, e reforma no urbanismo, prazos, digitalização, automação com inteligência artificial para acelerar a oferta e reduzir custos de contexto. 256 milhões de euros não podem ser apenas um número para impressionar. Tem que ser um número para servir. É neste orçamento infelizmente, o município cresce, mas quem paga continua a ser os mesmos e o resultado continuam por provar. -----

---JOÃO CASTRO (CHEGA) – Senhor Presidente de Câmara, a minha solidariedade para com Vossa Excelência, depois de almoço, também não gostava nada de falar e, portanto, aprecio o seu silêncio. Esta era a hora de sesta, não era hora de falar. Eu também vou fazer aqui uma breve introdução sobre o orçamento e depois deixarei aos meus companheiros análises mais pormenorizadas. Confesso também que a posição do Partido Socialista e da CDU era expectável, e a da Iniciativa Liberal, acabei por não perceber nada, se é a favor dos incentivos, se é a favor dos financiamentos, se é a favor das obras, acabei por não perceber nada, mas também não importa, porque eles estão cá com tempo. E até o meu grupo parlamentar ficou meio confuso, consegue adormecer um bocadinho. -----

Tivemos oportunidade de analisar exaustivamente este orçamento e respetivas opções do plano. Conversamos com muita gente e pressupus desde logo que este orçamento seria sobretudo um orçamento de continuidade de vossa excelência à frente deste executivo. Tive muitas conversas com o nosso vereador, Pedro Alves sobre a posição a tomar e decidimos depois de uma análise holística, como gostamos de fazer, optar por uma posição de expectativa, meticulosa por razões que tem a ver com a desconfiança na execução, com base no que sucedeu num passado recente e de uma forma muito direta e que tem a ver sobretudo com aquilo que preconizamos para o país e para o nosso município. Em nome de uma coerência que gostamos de praticar, em nome dos famalicenses que em nós confiaram, olhamos para este documento e vemos essencialmente uma esperada continuidade na política que tem sido seguida, pontos de convergência que encontramos e pontos de divergência, sobretudo no que diz respeito a algumas a prioridades. E se falamos de continuidade, a continuidade em si não é um defeito, ela está completamente legitimada pelo resultado das últimas eleições, em que foi sufragada a sua gestão dos últimos anos e largamente aprovada pelos famalicenses, mas que não impede que tenhamos outra visão sobre a nossa terra, até porque quando há

uma alteração estrutural na sociedade a continuidade já não faz tanto sentido. Ricardo Leão, Presidente da Câmara de Loures e membro do Partido Socialista “os partidos tradicionais não tiveram resposta para os novos desafios/problemas, que Portugal enfrentou nos últimos anos”. O orçamento municipal é, ano após ano, o principal instrumento de política económica e financeira da autarquia. Por essa razão, o chega considera que o tempo das medidas paliativas terminou. O contexto atual exige decisões corajosas. Investimento recorde, mais de 106 milhões de euros destinados a investimento. Financiamento, impulsionado por fundos comunitários e candidaturas ao PRR. Prioridades, habitação, saúde e educação. Contexto, orçamento descrito pelo executivo (PSD/CDS) como "o maior da história" da autarquia, com foco no desenvolvimento local e coesão social. As grandes questões que estão hoje em discussão, foram trazidas e levantas por nós, quer a nível nacional, quer a nível municipal, e estão hoje em cima da mesa. É que nos temos a presunção, e temos direito a tê-la, que conseguimos analisar a sociedade e os seus desafios muito melhor do qualquer outro partido. Foi por isso que em 6 anos passamos de zero a 1 milhão e setecentos mil votos, e aqui passamos de 2650 votos a quase 9mil votos que permitiu a eleição de 4 deputados e um vereador com mais de 7 mil votos, num total de 16 mil votos. Portanto, apesar de haver uma maioria, estamos também legitimados a defender os nossos pontos de vista e a defender os interesses daqueles que em nos votaram. Gostaria de começar por dizer que os investimentos públicos (um investimento recorde de mais de 106 milhões de euros e é impulsionado pela capacidade do município de captação de financiamento comunitário), anunciados, tem naturalmente a nossa concordância, mas ao mesmo tempo levanta uma série de dúvidas. Porque para nós qualquer investimento público tem que ter obrigatoriamente aquela ideia de retorno efetivo, não é, como tem acontecido, atirar dinheiro para os problemas sem a respetiva gestão. Por exemplo, os novos centros de saúde, quem é que não está a favor. Vai haver

médicos e enfermeiros que satisfaçam as populações a que se destinam? Vai retirar os 40% de doentes que se dirigem à urgência do hospital sem necessidade, ou porque na realidade não se tratam de casos urgentes? E em relação ao nosso hospital? Qual a solução que tem em mente? Aparentemente, pouco se discute em torno deste cenário. O silêncio atual pode explicar-se pelo contexto político, as autarquias aproximam-se e medidas impopulares tendem a ser adiadas. Mas nos corredores da saúde local, os profissionais sabem que o processo está em marcha e que há uma vontade clara de reorganizar a rede hospitalar. É por isso essencial que os decisores políticos assumam compromissos transparentes e públicos. A população de Famalicão, Santo Tirso e Trofa merece saber qual será a rede hospitalar do futuro e que serviços estarão garantidos no Hospital de Famalicão. O pior que se pode fazer é deixar que tudo aconteça sem debate público, para depois a comunidade se confrontar com factos consumados ou, pior, com o arrastar do desinvestimento e consequentemente com o acentuar dos problemas. A saúde é uma área vital e deve ser discutida com clareza, responsabilidade e visão estratégica, que tenha em conta o envelhecimento da população e consequente evolução epidemiológica de patologias como o cancro, as doenças do cérebro, cardiovasculares e neurodegenerativas. A oferta de uma boa resposta em proximidade será cada vez mais relevante e a população do Médio Ave precisa de garantias sólidas de que não ficará com um hospital fragilizado, esvaziado de valências e incapaz de responder às crescentes necessidades de cerca de 250 mil cidadãos. O debate deve ser feito agora, antes que seja tarde demais. Estradas municipais. A rede viária municipal de Vila Nova de Famalicão tem sido alvo de diversos relatos de degradação, gerando queixas sobre buracos e falta de manutenção em várias vias. Digo-lhe até que fiquei um pouco desiludido com aquele espetáculo das obras por todo lado nos últimos meses de campanha, porque são métodos que já não impressionem ninguém. Intervenções e Reabilitação em Curso - Requalificação da EN206: Arrancou em fevereiro de 2025 a

reabilitação de um troço de cerca de 15 km da ER206, entre Famalicão e o entroncamento com a ER310, com o objetivo de corrigir a degradação da via. Obras Municipais: A Câmara Municipal tem várias intervenções em curso, num investimento de cerca de 3,5 milhões de euros para melhoria de acessibilidades e segurança. Investimento 2025/2026. O orçamento municipal de 2025 e o planeamento para 2026 preveem um reforço no investimento na rede viária. EM572: A Estrada Municipal 572, que liga Ribeirão, foi identificada para recuperação devido ao seu estado de degradação. PDM - Elaboração: determinada por deliberação da câmara municipal. Aprovação: pela assembleia municipal, mediante proposta da CM. Vinculação: os PDM vinculam as entidades públicas e ainda, direta e imediatamente, os particulares Disse o Senhor Presidente da Câmara de Famalicão a propósito do PDM, algo que me pareceu importante. Muitas das decisões do PDM não dependem de nós. É verdade, que a Câmara tem sempre uma última palavra. E depois disse a propósito das últimas catástrofes; os municípios devem estar na primeira linha de ação no combate e na prevenção. Pois é, mas com estas entidades todas, porque muitas das decisões que se tomaram num passado recente exponenciaram as debilidades na organização territorial; impermeabilização de solos, construção abusiva em lenções de água, desvio de rios e riachos e deu no que deu. Entidades Envolvidas na Comissão Consultiva do PDM. O processo de elaboração dos PDM envolve diversas entidades públicas, incluindo: - Segurança e Proteção Civil; PSP ou GNR e a Autoridade Nacional de Proteção Civil. Ambiente e Conservação da Natureza; Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). Habitação e Território: - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) e Direção-Geral do Território (DGT). Economia e Turismo: - IAPMEI, Turismo de Portugal e Direção-Geral de Energia e Geologia. Agricultura e Cultura: - Direção Regional de Agricultura e Pescas e Direção Regional de Cultura. Infraestruturas e

Saúde: - Infraestruturas de Portugal (IP), Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) e Administrações Regionais de Saúde (ARS). Planeamento: - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). Relativamente aos Impostos. A questão dos impostos está sempre na ordem do dia. Queríamos uma redução, como sabem, especialmente do IMI, a Câmara assim não entendeu. Como sabem o valor patrimonial das casas tem vindo a aumentar (ou seja, o preço da construção e respetiva avaliação) e, portanto, o IMI vai aumentar e é mais um encargo acrescido para as famílias. E novo estádio? Li num cartaz seu durante a campanha o seguinte (Mário Passos, mais desporto, novo estádio municipal, novas piscinas, centro de atletismo) E a segurança do nosso município, o quartel da GNR especialmente na área urbana? Senhor Presidente, como sabe este é um assunto muito caro para nós e para os famalicenses também. E a pista de atletismo? Quantos meetings estão previstos realizarem-se, os nossos jovens das escolas, vão ter acesso aí, quanto vai custar a manutenção? Veja-se o exemplo dos estádios do euro 2004, alguns em perfeito abandono e degradação. Senhor Presidente, vamos começar pela transição digital que tantos falam, que serve de argumento a tanta coisa e que quase ninguém sabe verdadeiramente do que falam. Segundo um relatório da OCDE, 70% dos inquiridos um inquérito do Eurobarómetro entrevistou 27,901 pessoas sobre as atitudes perante o impacto da digitalização e automação das atividades do dia-a-dia. 75% dos europeus considera que a digitalização tem um impacto positivo na economia. Mas, em sentido contrário, 74% dos inquiridos acha que a digitalização vai substituir mais postos de trabalho do que criar novas oportunidades. A importância da inteligência artificial (IA) na construção das cidades destaca-se à medida que estas enfrentam desafios cada vez mais complexos relacionados com a urbanização, a sustentabilidade e a qualidade de vida. As “Smart Cities” utilizam a tecnologia para integrar e otimizar diversos aspetos urbanos, como infraestruturas, serviços públicos e mobilidade, proporcionando um ambiente mais

eficiente e sustentável. Garantir uma monitorização dos dados em tempo real, e um processamento responsável e ético dessa informação, permite a oferta de respostas integradas e rápidas. Esta integração da IA permite, garantidamente, ganhos em termos de qualidade de vida. São tudo assuntos muito delicados, que é preciso explicá-los de forma muito conveniente, com propriedade a todos os famalicenses. Estes são alguns dos aspetos. Haverá muitos mais, relativamente à mobilidade, relativamente ao ambiente, teremos de facto, as 100 mil árvores plantadas o mais rápido possível. Lembra-se do último verão quente e viu-se a necessidade de termos árvores á nossa volta. E, portanto, uma série de situações em que nós queremos ver explicadas. Por isso, nós vamos optar, como disse o nosso Vereador Pedro Alves, pela abstenção exigente. ---

---**PAULO COSTA (PS)** – Em termos ideológicos, temos aqui o trabalho que nos permite antecipar um Famalicão progressista e que nos irá levar ao encontro da felicidade dos famalicenses. Por defeito profissional, eu sou contabilista. Eu olhei mais para o orçamento do que para as grandes opções do plano. Encontrei, se calhar, algumas questões que merecem, espero eu, alguma resposta do lado do município. Desde logo, com o orçamento que se apresenta este ano e com algumas contas ligeiras e que quase se fazem em cima do joelho, encontrei aqui algumas preocupações. Por exemplo, estão consignados no orçamento gastos de investimento para o próximo ano no valor de 67 milhões de euros. Se retirarmos os 50 milhões de euros que estão gastos ou que estão atribuídos pelo PRR e por outros fundos europeus ao orçamento deste ano, mesmo com o crescimento previsto, o orçamento do próximo ano não vai permitir o lançamento de mais nenhuma obra. Ou seja, mantendo os gastos correntes e retirando aos investimentos deste ano os 106 milhões a este robusto orçamento de que a Câmara dispõe, os 67 milhões que estão previstos gastar para o próximo ano, não chega. Leva-me a preocupar-me, com base numa Câmara com capacidade de endividamento, nós sabemos que tem. Mas nestes exemplos que temos vivido nos últimos quinze dias, nós

não vamos ter folga para nenhum imprevisto, a menos que vamos recorrer a empréstimos financeiros, se algum imprevisto nos acontecer, porque não nos vai sobrar nenhum, nenhuma margem de crescimento. Por outro lado, nós temos este orçamento que tem estas páginas todas que vocês analisaram, que estão desagregadas em termos contabilísticos, numa contabilidade analítica por setores, muito bem escalonada, mas que se nós agregarmos mais sinteticamente, vamos encontrar alguns gastos que me preocupam também. Desde logo, quase 930 mil euros em comunicações. O Senhor Presidente há bocado falou em termos ligação ao Starlink. Com um bocadinho de jeito nós vamos poder ter o nosso próprio satélite. Nós temos consignados 3 milhões e 200 mil euros em estudos, pareceres, projetos e consultadoria. É verdade, é muito projeto, muita consultadoria. Nós temos 437 mil euros gastos em publicidade. Provavelmente vamos ter um jornal próprio. Nós temos, e mais grave do que isto, em outros trabalhos especializados que estão longe dos estudos, pareceres e consultadoria, 18 milhões e 600 mil euros. Corresponde a 26% da aquisição de bens e serviços. Outros trabalhos especializados que estão espalhados ao longo de todo o orçamento A divisão de ambiente e serviços é a que mais é atribuído, tem 15 milhões de euros na divisão de ambiente e serviços para outros trabalhos especializados. Isto obriga a que seja mais específico. Que trabalhos são estes? Quem pratica estes trabalhos? A câmara tem dois mil e quarenta e um funcionários. Quinhentos e tal licenciados, os engenheiros e doutores, como nós dizemos. E mesmo assim nós vamos recorrer e gastar 15 milhões de euros em outros trabalhos especializados só na divisão de ambiente? Está aqui. Temos em outros serviços, e os outros serviços, que aqui está também espalhado pelos diversos organismos da Câmara, 3 milhões e 600 mil euros. A soma destes itens que eu aqui aponte corresponde a quase 40% dos outros bens e serviços. Não estão especificados o Senhor Vereador está ali a dizer que há uma parte que é dos lixos. É provável, acredito, se o senhor me diz. Está aí uma explicação que era importante estar, mas isso e porquê

trabalhos especializados e não na própria aquisição? São cerca de 40% das aquisições de bens e serviços que estão aqui consumidos. Sem querer pegar nos chavões aqui do meu querido amigo João Pedro Castro. Desculpa, para mim é sempre João Pedro. Permite-nos aqui um saco azul, ao todo com 27 milhões de euros, eu vou retirar os 15 milhões e mesmo assim ainda sobram 12 milhões de euros. Não, a água não está aqui, Senhor Vereador. Eu tive o cuidado, tive o cuidado de ver que estava noutro lado. Encontro aqui também, nos planos plurianuais, a aquisição de equipamentos informáticos e de software. A Câmara precisa da digitalização. Nós precisamos e devemos ter melhor resposta e mais célere resposta aos anseios dos nossos munícipes. 2 milhões e 200 mil euros em hardware. Ironicamente, no mapa de pessoal não encontrei um único engenheiro informático. É possível que ele esteja, não está é como tal. E o mapa de pessoal serve para nós analisarmos e vermos quem são os nossos, os funcionários da Câmara. Temos mais, 1 milhão de euros em software para gastar nos próximos dois anos. Temos muito software. Fala-se nas grandes opções do plano, na criação duma base de dados nova. Essas bases de dados existem, funcionam. Será que justifica gastarmos tanto dinheiro em fazer de raiz algo que já existe? Porque com 2 milhões e 200 mil euros em material informático, nós vamos ter aí provavelmente uma Cloud própria. Vamos provavelmente ter um centro de dados completamente próprio, quando eles existem e podem ser alugados ou externalizados, como tanto se faz em setores importantes, como é o caso dos lixos, que, por exemplo, encontrei aqui algures nas grandes opções do plano, e não bem explicado, mas algures aí diz que se vão acabar com as três Etar que nós temos, o que significa que vamos externalizar mais um serviço e vai aparecer, provavelmente, depois também nos outros trabalhos especializados para o próximo ano. Ou seja, Senhor Presidente, procurando em estes pequenos pormenores que aqui aparecem tão divididos, tão espalhados num orçamento extenso, bem

elaborado e muito bem escondido, tudo isto tão espaçado. Estas são algumas das razões porque o Partido Socialista também se vai abster. -----

---JORGE OLIVEIRA (PSD) – No dia 12 de outubro de 2025, de forma inequívoca e largamente maioritária, os famalicenses decidiram, com o seu voto, que querem este e não um outro executivo camarário, que querem Mário Passos e não um outro presidente da sua Câmara Municipal, que querem a coligação eleitoral PSD, CDSP- PP e não uma outra força política para gerir os destinos de Vila Nova de Famalicão. Que querem a essência do programa eleitoral destas duas forças políticas e não um outro com programa de governação local. E se é verdade que no âmbito do funcionamento das sessões políticas é preciso respeitar as minorias, também é verdade que se assume igualmente determinante e decisivo respeitar as maiorias. Umas e outras são a expressão da vontade do povo, que aqui todos nós representamos, mas que convém não esquecer que apenas o somos na proporcionalidade dos votos obtidos. Não respeitar a representatividade democrática de uns e de outros é desrespeitar o mandato de representação que cada um de nós é titular. Nem uns, nem outros podem exigir aos demais que façam coisas diferentes de quem aqui representam e no contexto programático que aqui representam. É, pois, neste quadro de legitimidade, mas igualmente de responsabilidade renovada por força dos votos que os famalicenses ofereceram no último ato eleitoral autárquico, que apresentamos estas grandes opções do plano e orçamento para 2026. E dizemo-lo sem arrogância, sem negar aos partidos da oposição o direito à crítica, sem negar aos partidos da oposição o direito à afirmação da diferença e da alternativa, mas porque não esquecemos, nem podíamos esquecer os compromissos que assumimos com os famalicenses. E estes documentos são a tradução desses compromissos projetados para o primeiro de quatro anos de mandato. As grandes opções do plano e orçamento para 2026, sim, são a expressão prática da escolha maioritária dos famalicenses. Daqui a quatro anos, a coligação PSD, CDS-PP será

avaliada pelo seu trabalho e as oposições, pelo escrutínio que exerceram e pelas alternativas que apresentaram. Uma coisa é certa, nos últimos vinte e quatro anos, por sete vezes consecutivas, os famalicense, por larguíssima maioria, avaliaram e validaram as políticas públicas que desenhámos, que desenvolvemos, que concretizámos e que reconhecidamente trouxeram desenvolvimento real e sustentável ao nosso concelho e indiscutivelmente melhoraram as condições de vida dos famalicense, de todos os famalicense. Sabemos bem para onde vamos e sabemos bem o que queremos. Queremos, com muito rigor e responsabilidade, oferecer um território mais dinâmico, inclusivo e sustentável. Um território, como tantas vezes afirmou o Senhor Presidente da Câmara Municipal em contexto de campanha eleitoral e expresso na nota introdutória deste documento, um verdadeiro espaço de felicidade, onde todos, sem exceção, vivam com dignidade, com oportunidades, com ambição e realização pessoal. Em 2026, temos para gerir duzentos e cinquenta e seis milhões de euros. Sim, o maior orçamento de sempre. Uma circunstância que pode e deve ser relevada. Pode e deve ser relevada, porque se traduz num aumento da nossa capacidade de investir na melhoria das condições de vida dos famalicense. Pode e deve ser relevada, porque cerca de 40% deste volume financeiro se destina ao investimento em infraestruturas e serviços que são absolutamente fundamentais para as nossas populações. Nós sabemos que há quem procure desvalorizar esta factualidade com o argumento que o crescimento da dotação orçamental total é fruto, em boa medida, do financiamento extraordinário do Plano de Recuperação e Resiliência e de outros fundos comunitários. Nós não negámos esta evidência, mas estes instrumentos de financiamento existem, servem para potenciar os elementos dos territórios e nós tivemos, em concorrência e disputa com outros municípios, a capacidade de apresentar e candidatar bom projetos. Trabalhámos para isso e fomos muito, mas mesmo muito bem-sucedidos. Seguramente algo, que nem todos os municípios se podem vangloriar. Sem embargo, é justo dizer e reconhecer e

salientar que o financiamento comunitário não cobre a totalidade do investimento infraestrutural, sendo este completado por receitas próprias do município, que espelham a dinâmica económica vivenciada neste concelho, mas também uma política fiscal equilibrada e competitiva, amiga das famílias e das empresas, que protege as famílias mais numerosas, que dá margem para que os apoios para quem mais precise nunca falte, que assegure os investimentos que o conselho carece e que não compromete o futuro de Vila Nova de Famalicão. Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, em 2026 teremos melhores cuidados primários com a requalificação do edifício Famalicão Urbana, do Centro Diagnóstico Pneumológico da cidade e da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Lousado, a que acresce a construção dos novos edifícios das Unidades Familiares de São Miguel Anjo, em Calendário, de Joane, do Vale do Oeste, em Nine e da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Ruivães e Landim. Em 2026, teremos melhor educação, com a requalificação da Escola Secundária Padre Benjamim Salgado e das Escolas Básicas das Terras do Ave, Júlio Brandão, Nuno Simões, Dona Maria II, Sapugal e Fradelos, Ribeirão, Brufe, Delães, Seide e Gondifelos. Em 2026, teremos melhor habitação social, com reabilitação da organização Moinhos de Vento, do Complexo Habitacional de Lousado, do Edifício do Poído, do Conjunto Habitacional de Oliveira Sá Mateus, das Urbanizações das Austrálias, Gábila e Lameiras. Em 2026, teremos igualmente mais habitação de rendimento acessível, com o primeiro sorteio de atribuição dos duzentos fogos em construção, a ocorrer já no próximo mês de abril. Em 2026, teremos melhores transportes públicos e melhor mobilidade, com a beneficiação de catorze vias infraestruturantes, com a criação de novos parques de estacionamento, com a otimização da rede de transportes públicos, com a valorização da rede de abrigos de passageiros. Em 2026, teremos melhor ambiente com a implementação transversal do Plano Municipal de Ação Climática, com a criação da primeira comunidade de energia renovável, com o alargamento da rede de

carregamentos de veículos elétricos, com a valorização da estrutura ecológica municipal, com a expansão da floresta municipal, com a ampliação da recolha seletiva de Bioresíduos, com a disponibilidade de recursos hídricos, com a ampliação e requalificação de múltiplas redes de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e pluviais no nosso concelho. Em 2026, teremos melhor cultura, com o avanço das obras de valorização do Castro São Miguel Anjo, com as novas campanhas de escavações arqueológicas, com a persecução do processo de implementação do novo Centro de Criação Artística de Vila Nova de Famalicão, com a continuação das comemorações do bicentenário do nascimento de Camilo Castelo Branco, com a criação da Biblioteca Digital da Imprensa Histórica Famalicense. Em 2026, teremos melhor governação territorial de proximidade, com o reforço dos apoios às freguesias, com um aumento de 20% em verbas livres, passando estas a valer no ano em curso cerca de 2,7 milhões euros. Isto depois de nos últimos quatro anos, o total dos apoios concedidos às freguesias ter simplesmente mais do que duplicado. Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, podíamos continuar. Podíamos continuar dissertando aqui ou densificando aqui todos os setores de intervenção da Câmara Municipal constantes dos documentos em apreciação. Estes são, por isso, apenas alguns exemplos entre muitos outros, em tantos outros domínios que espelham o caminho que estamos a trilhar rumo ao futuro. Estes são apenas alguns exemplos, entre muitos outros, em tantos outros domínios que traduzem maioritariamente a escolha dos famalicenses. Estes são apenas alguns exemplos, entre muitos outros, em tantos outros domínios que dão mais futuro a Famalicão. -----

---**MIGUEL FIDALGO (IL)** – Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores deputados, vou falar destas agendas como elas merecem, não como um índice bonito, mas como teste de credibilidade. Porque há duas versões de Famalicão. A versão que se escreve em agendas estratégicas e a versão que as pessoas vivem, na rua, no

balcão do Urbanismo, na paragem do autocarro, na conta da renda, na segurança do dia a dia. E por isso, faço hoje um teste simples ao executivo. Em seis temas, sempre com a mesma régua: metas, execução e responsabilidade. Se não há isto, não há estratégia, há comunicação. Comece pelo que determina todo o resto: governação e execução. Uma autarquia inteligente não é uma autarquia que diz que é inteligente. É uma autarquia onde um cidadão percebe duas coisas: quanto tempo vai esperar e em que ponto está o processo. E onde os números públicos, onde os números são públicos, porque a transparência não é um valor abstrato, é um mecanismo de controlo democrático. E se há planeamento estratégico e inteligência urbana, então tem de haver um compromisso claro. Quais são os tempos médios gerais de resposta dos serviços hoje e qual é a meta para 2026? Que processos passam a ser completamente digitais e com prazo? E crucialmente, onde está o quadro de bordo público, não interno, mas acessível aos munícipes? E há um ponto ainda mais sensível. 2026 é ano de discussão exigente, com calendários apertados, investimentos e financiamento. A pergunta que interessa não é o quanto se anuncia, é o que está pronto para executar, o que está em concurso, o que está adjudicado e o que é apenas intenção. Porque a política local não pode ser uma fábrica de promessas, tem que ser uma fábrica de entregas, uma agenda sem métricas é só literatura administrativa. Agora sim, a agenda ecológica. E aqui, é onde há mais risco de se cair no verde de brochura. Neutralidade carbónica é uma ambição legítima, mas a ambição só é séria quando tem linha de base e caminho. Portanto, pergunto de forma direta: qual é a linha de base do Concelho e quais são as metas anuais para 2031? Quais são as cinco medidas com maior impacto real? Não as mais bonitas, mas as que mais reduzem emissões e custos. Depois, infraestruturas ambientais, água, saneamento, resíduos. E aqui vou ao concreto: - resíduos. Na última Assembleia Municipal, levantei um problema que toda a gente conhece e demasiada gente normalizou. Contentores insuficientes e desatualizados, lixo acumulado e falhas de recolha. Isto não é um detalhe

operacional. Isto é dignidade, é saúde pública, é confiança na gestão básica do município. O plano fala num novo contrato, em reorganização, recolha seletiva, volumosos, exposição coletiva. Muito bem. Mas então quero respostas simples e mensuráveis. Vamos aumentar o standard mínimo de serviço por freguesia, falta de frequência e de cobertura. Qual é a meta de redução de ocorrências e qual o tempo máximo de resposta quando há falha? E sobretudo, quando o prestador falha, há penalizações aplicadas? Sim ou não? Porque a diferença entre um município que governa e um município que comunica está aqui. Aplica contratos e cobra resultados. Quanto a espaços verdes e floresta, cuidado com a síndrome da inauguração. Novos parques e intervenções são bons, mas criam custos permanentes. E a pergunta séria é, qual é o custo anual de manutenção acrescido com cada intervenção e qual é o plano de gestão florestal para reduzir risco e aumentar resiliência sem depender da sorte meteorológica? Finalmente, planeamento e gestão urbanística, que também aparece na agenda ecológica e não é por acaso. Planeamento é a base de tudo, mobilidade, habitação, risco climático, uso de solo, investimento. E aqui o município tem de escolher, quer ser um facilitador ou um obstáculo? Quando se fala em rever regulamentos urbanísticos, a pergunta é vai ser reforma para simplificar e acelerar ou é apenas atualização burocrática com mais exigências e mais custo? Porque sem urbanismo previsível não há transição ecológica que resista. Há só atraso, litigância e frustração. O ambiente não se governa com slogans. Governa-se, sim, com serviço básico a funcionar e regras claras no território. A seguir, mobilidade. E aqui quero ser muito pragmático. Famalicão é dos municípios que as pessoas andam mais de carro e, se isso acontece, é porque o Executivo está a falhar na mobilidade. Mobilidade não se mede por planos, mede-se sim por uma pergunta simples, um trabalhador consegue chegar ao emprego e voltar a casa com previsibilidade e sem perder tempo e dinheiro? Se a agenda fala de reforço e integração, então pergunto: qual é a meta do utilizador de

transporte público em 2026? Qual é o tempo médio de espera nas linhas críticas e a meta de redução? E qual é o plano para tornar a rede mais útil? Não para aparecer no mapa, mas para servir horários reais. E já agora, informação em tempo real e digitalização não pode ser extra, hoje é básico. O município tem de tratar isto como serviço essencial. Mobilidade é liberdade e liberdade começa na capacidade de se deslocar sem depender do carro. E juventude é onde se mede um concelho, se está a construir futuro ou em fazer animação. Falar de juventude não é listar iniciativas, é responder a três necessidades concretas: autonomia, competências e participação real. Autonomia exige habitação acessível e mobilidade funcional. Competências exigem ligação séria ao mercado e formação com resultados. Participação exige mecanismos institucionais e consequências, não apenas eventos. Se a agenda da juventude é estratégica, então pergunto: que metas existem para fixação de jovens no Concelho? Que políticas concretas existem para acelerar a autonomia, além de programas dispersos? E quais são os mecanismos de participação que geram decisões e não apenas fotografias? Um município moderno não trata os jovens como público-alvo. Trata-os como cidadãos com voz e com exigência. Juventude não é cartaz. Juventude é autonomia. Fecho com segurança e proteção civil, porque sem segurança não há liberdade e sem resiliência não há futuro. Quando o plano fala em proteção civil, não basta dizer prevenção, é preciso dizer onde estão os riscos e o que muda em 2026. Com fenómenos extremos mais frequentes, a pergunta é: existe cartografia de risco atualizada, linhas de água, zonas de inundação, taludes, pontos críticos? Quais são as intervenções prioritárias para reduzir risco, como drenagens, limpeza e correção de estrangulamentos, planos de contingência? E que exercícios e testes operacionais estão programados, com que aprendizagem e correção? Segurança e Proteção Civil não se fazem com discursos. Fazem-se, sim, com planeamento, com treino e com um investimento bem priorizado. A Proteção Civil mete-se antes da emergência, não depois

do desastre O Município pode manter estas agendas como narrativa confortável ou pode transformá-las num contrato com os famalicenses. Metas, execução e responsabilização. Da parte da Iniciativa Liberal, Senhor Presidente, há um pedido simples que atravessa tudo o que disse. Menos adjetivos e mais números, menos promover e mais entregar, menos propaganda e mais prestação de contas. Porque no fim, o que interessa não é se o documento tem sete agendas, ou oito, ou nove. O que interessa é se em 2026, as pessoas sentem verdadeiras diferenças.-----

---CAMILO PINHEIRO (CHEGA) – É com sentido de responsabilidade coletiva que venho, em nome do partido CHEGA, destacar algumas limitações no planeamento urbano atual do nosso município. Particularmente no que diz respeito ao risco de inundações em Vila Nova de Famalicão, reconhecemos os esforços já realizados, mas acreditamos que há espaço para melhorias concretas, especialmente face às recentes tempestades e à proximidade de edifícios a rios como o Ave e o Pelhe, que podem ser otimizados para maior resiliência. As tempestades que afetaram o país, como a depressão Marta e a tempestade Leonardo, entre janeiro e fevereiro de 2026, revelaram vulnerabilidades em várias regiões. Estes eventos causaram pelo menos treze mortos, centenas de desalojados, prejuízos significativos, com inundações graves no Norte e Centro, incluindo o distrito de Braga. Embora estas sejam ocorrências naturais intensificadas, elas sublinham a necessidade de rever abordagens preventivas para minimizar impactos futuros. No nosso município observámos alertas da Proteção Civil para a subida do nível do rio Ave, inundações em zonas ribeirinhas, quedas de árvores, derrocadas e estradas cortadas em locais como Louro, Mouquim e Pousada de Saramagos. Vila Nova de Famalicão foi colocada em situação de contingência pelo governo, ao lado de Braga e Barcelos, devido ao elevado risco de cheias. E estes episódios indicam que o planeamento urbano existente, apesar de funcional em condições normais, pode ser aprimorado para lidar melhor com fenómenos extremos,

evitando sobrecargas em sistemas de drenagem e ocupações inadequadas em planícies de inundação. Estudos académicos apontam que certas práticas de urbanização, como a impermeabilização excessiva do solo, podem amplificar a frequência e intensidade destas inundações. Sem ajustes preventivos, corremos o risco de enfrentar mais danos materiais, perdas humanas e custos elevados para o erário público. No entanto, esta oportunidade para inovar de forma equilibrada promovendo soluções que integram tecnologia, gestão de recursos e infraestruturas resilientes, sem comprometer o desenvolvimento económico e industrial local. Reconhecemos que o debate sobre alterações climáticas pode ser polarizado, mas focamo-nos em ações práticas e baseadas em evidências, em vez de narrativas extremas. Priorizemos abordagens que beneficiam a economia, geram empregos em setores de alta tecnologia e assegurem um crescimento sustentável para os famalicenses, alinhando inovação com realidade local. Diante deste contexto, sugerimos uma abordagem construtiva para avaliar o modelo atual, uma realização de estudos específicos de avaliação de danos causados pelas tempestades e das fragilidades existentes nas organizações do município. Estes estudos serviriam como um projeto de avaliação para identificar zonas de risco elevado, mapeando áreas próximas a rios e linhas de água suscetíveis a cheias. Analisar os impactos reais dos fenômenos extremos recentes, incluindo os danos provocados pela precipitação intensa e avaliar as vulnerabilidades estruturais, como sistemas de drenagem subcarregados, impermeabilização do solo e ocupações inadequadas em planícies de inundação. Inspiramo-nos em exemplos nacionais, como o Plano de Gestão dos Riscos e Inundações da Região Hidrográfica do Algarve, que analisa o impacto de tempestades e investigações sobre resiliência urbana em Lisboa, que sugerem adaptações como bacias de retenção e reestruturação dos rios. Estas iniciativas, demonstram que a avaliação detalhada pode fornecer dados valiosos para futuras decisões. Para este projeto de avaliação focaríamos em urbanizações com mais de cinquenta habitações ou localizadas

a menos de cem metros de rios ou linhas de água. Os estudos incluiriam análise hidrológica como modelação de cenários usando dados LiDAR e cartografia de grande escala. Avaliação meteorológica baseada nos eventos recentes, considerando os impactos observados, impacto urbano sobre a ocupação de solo, impermeabilização e populações vulneráveis, como idosos ou zonas de baixa renda e identificação de fragilidades específicas, como pontos de falha em infraestruturas existentes. A Câmara Municipal poderia coordenar este projeto de avaliação em parceria com o IPMA, a APA e instituições locais, como escolas profissionais e a Universidade Lusíada de Famalicão, para partilhar competências em urbanismo e hidrologia, fomentando uma colaboração inclusiva. Adicionalmente, propomos a criação de um espaço online dedicado ou integrado ao site da Câmara Municipal, ou uma plataforma digital acessível, onde os cidadãos possam comunicar danos causados pelas tempestades, reportar pontos críticos identificados, partilhar fotos, vídeos e relatos em tempo real. Esta ferramenta interativa permitiria uma recolha coletiva de dados, facilitando a identificação rápida de áreas afetadas, o mapeamento colaborativo e vulnerabilidades e a partilha de experiências, complementando os estudos profissionais com contributos diretos da comunidade para uma avaliação mais abrangente e participativa. O cronograma poderia iniciar-se de forma faseada nas organizações de maior risco, priorizando áreas afetadas recentemente, com conclusão em doze meses e atualizações anuais. Este projeto de avaliação previne desastres futuros ou fornecer dados concretos sobre danos e fragilidades, protege vidas e bens, promove o desenvolvimento sustentável economicamente, evita custos milionários em reconstruções, socialmente fortalece a resiliência e reduz desigualdades, ambientalmente preserva ecossistemas ribeirinhos, alinhados com diretivas europeias. O Partido Chega acredita que Vila Nova de Famalicão pode evoluir com base em avaliações rigorosas e ações colaborativas. E este projeto é um convite ao diálogo para

compreender melhor os desafios, mostrando compromisso com os famalicenses. Juntos, transformamos análises em oportunidades de melhoria. -----

---FRANCISCO OLIVEIRA (CDS) – Queria deixar só aqui antes de começar uma nota e como o grupo municipal do CDS ainda não o fez, deixar aqui um agradecimento à Associação Humanitária dos Bombeiros Famalicenses por nos ter recebido aqui hoje, nesta que é a sua casa e que temos muito gosto de estar aqui na dinâmica de trabalho que estamos hoje. Estamos aqui hoje para discutir as grandes opções do plano e orçamento para 2026, que estão em linha com o ciclo estratégico que o executivo da coligação tem vindo a afirmar nos últimos anos. Uma governação responsável, com uma gestão rigorosa que hoje permite capacidade de assumir sem receios, grandes investimentos que são estruturantes e fundamentais para o nosso concelho. São estes investimentos que garantem o futuro e a qualidade de vida em Famalicão. E sim, realmente, é o maior orçamento de sempre. E sim, temos muito orgulho de o afirmar. E sim, também gostaríamos muito que no futuro ainda fosse maior do que este, era sinal que a dinâmica está no caminho certo. Um orçamento de duzentos e cinquenta e seis milhões de euros que assegura a estabilidade financeira, o respeito pelos princípios do rigor orçamental e uma visão de responsabilidade que garante o presente e alavanca o futuro. No que respeita à receita fiscal, o orçamento para 2026 confirma a linha clara da estabilidade fiscal, sem qualquer agravamento da carga tributária sobre as famílias e as empresas, em linha com aquilo que o grupo do CDS sempre defendeu. A receita fiscal prevista, como já foi dito várias vezes aqui hoje, será de 44,9 milhões de euros e é uma consequência direta de um concelho economicamente dinâmico e socialmente equilibrado. Em primeiro lugar, resulta da força do nosso tecido empresarial, da capacidade competitiva das nossas empresas, da coragem dos nossos empreendedores que colocam Famalicão na linha da frente no panorama nacional. O crescimento da derrama é a prova que as empresas de Famalicão geram valor, criam emprego e

produzem riqueza, só e apenas isso. Em segundo lugar, um ecossistema de atividade económica robusta e de um mercado de trabalho em situação de pleno emprego, o que se traduz em melhores rendimentos para as famílias e maior estabilidade social. Muito também comprovado pelo aquilo que o senhor Presidente já disse hoje aqui de manhã, o aumento do rendimento médio das famílias, dos cidadãos famalicenses que tem vindo a aumentar, portanto, está claramente comprovado. Em terceiro lugar, reflete também a atratividade do nosso território, um investimento e o investimento dos nossos munícipes, a fixação da população e os movimentos migratórios internos do país, que sustentam a dinâmica do mercado imobiliário, explicando também o desempenho consistente do IMI e do IMT, e que a Câmara não podia esconder-se destas receitas fiscais, como é óbvio. É por estes factos que afirmo que esta receita fiscal é o resultado do crescimento sustentado da base económica do concelho e da confiança que as famílias e empresas depositam em Famalicão. No que respeita à receita de taxas e rendimentos de propriedade, este orçamento mantém uma linha de estabilidade. Comparado com anos anteriores, verifica-se uma continuidade na estrutura e no peso destas rubricas, confirmando que o município não está a financiar o investimento à custa de agravamento de taxas, mas com uma base numa gestão equilibrada e previsibilidade das suas receitas. Ainda do lado da receita corrente, o município estima arrecadar mais de vinte e seis milhões de euros na venda de bens, aos quais se incluem a água, o saneamento, o saneamento, os resíduos, o transporte, e que acomodando do lado da despesa, grande parte dos aumentos de custos que o município paga pela aquisição destes mesmos serviços, que têm vindo a aumentar todos os anos e que 2026 não será exceção. Portanto, este executivo municipal investe continuamente na qualidade destes serviços, financiando aos munícipes os acréscimos de custos diretamente com os recursos gerados pelas restantes receitas. Mais uma vez, a aposta no desenvolvimento sustentável, com futuro, bem presente e pela qual agradeço a este executivo municipal.

Uma referência para o plano plurianual de investimentos, que assenta, como já foi dito, em 106 milhões de euros, importa aqui destacar uma aposta muito clara nas funções sociais, onde irão ser investidos mais de 86 milhões de euros, que representa, penso eu, 82% do total investido. Portanto, investimento na educação, na requalificação do parque escolar, na saúde, nas unidades de saúde local, na habitação, com o maior investimento de sempre para dar resposta a um dos maiores desafios sociais da atualidade e na cultura. Claramente, comprova-se que a prioridade deste plano está assente em políticas públicas com impacto direto na vida das famílias, garantindo as melhores condições de ensino aos jovens, a melhoria das condições dos serviços de saúde e reforça a oferta de habitação acessível e reabilitação do património existente. Este orçamento honra a palavra dada e cumpre compromissos com os cidadãos. Termino destacando ainda três aspetos adicionais que revelam a solidez e visão estratégica deste documento. Primeiro, o equilíbrio financeiro e a responsabilidade orçamental. O município mantém níveis de dívida claramente controlados, não apenas dentro dos limites legais, mas confortavelmente abaixo destes. Segundo, o reforço e a cooperação com as freguesias. Este orçamento consolida uma verdadeira lógica de parceria através de apoios financeiros e não financeiros, reforçando a descentralização e promovendo maior coesão territorial. Governar bem é confiar também nas freguesias e dar-lhes meios para executar com proximidade, eficiência e responsabilidade. Terceiro, a aposta na economia do conhecimento e da inovação. O apoio às *Start-ups*, ao tecido empresarial, à internacionalização e à criação de emprego qualificado demonstra que este executivo governa bem com uma visão estratégica, criando condições para mais competitividade, mais valor acrescentado e melhores oportunidades para os jovens famalicenses. Penso que governação séria é isto: planear com esta ambição, prometer com responsabilidade e executar com rigor. -----

---**LUÍS MIRANDA (PS)** - Eu antes de iniciar a minha intervenção, em representação do Partido Socialista acerca do documento que estamos aqui a discutir, a propósito da juventude, permita-me só fazer aqui um pequeno parêntesis, deixando aqui um repto ao Senhor Presidente de Câmara e ao seu executivo. Senhor Presidente, nós tomamos o Senhor Presidente como um democrata, eleito por um partido fundador da democracia, como alguém que se predispõe ao diálogo. Não é, por exemplo, presidente de municípios como Albufeira, Entroncamento ou São Vicente, portanto, é alguém que está habituado à crítica, ao diálogo, ao confronto de ideias e não nos parece de todo adequado e sensato deixar-nos apenas três minutos, num tempo que lhe foi conferido de uma hora, para dialogar com a oposição e para submeter ao poder fiscalizador da sua oposição, de todos estes deputados que foram eleitos democraticamente, em representação do povo famalicense, para o questionar, para lhe fazer perguntas, mas sobretudo para ouvir as suas propostas. E o repto que lançamos, Senhor Presidente, é que no futuro se abstenha de enunciar tudo aquilo que nos forneceu por escrito e que se predisponha mais ao diálogo, que é para isso que aqui estamos. Eu, salvo erro, não consigo agora citar com precisão, mas já aconteceu no nosso país um presidente de Câmara que, depois de gastar todo o seu tempo a enunciar aquilo que era o documento semelhante ao que estamos aqui a discutir hoje, a oposição, face à ausência de tempo disponível para dialogar e responder às perguntas que queriam colocar, de forma unânime, levantaram-se e abandonaram a sala, sentindo que ali nada estavam a fazer. Nós não queremos fazer isso, nem vamos fazer isso, Senhor Presidente, mas estamos cá sobretudo para dialogar democraticamente, para o questionar e para, sobretudo, ouvir as suas respostas. Senhor Presidente, a propósito da juventude, somos a considerar que, apesar do volume financeiro apresentado e da enumeração de investimentos, ficou patente que do ponto de vista daquilo que resulta do documento, as atividades a desenvolver e os propósitos que se apresentam, não inovam face aos documentos

passados, demonstrando uma gestão corrente e sem qualquer nota de inovação. A Câmara Municipal tende a diluir a política de juventude em medidas genéricas, em vez de assumir uma estratégia clara, estruturada, concisa e específica para a juventude. Várias medidas são apresentadas como extraordinárias ou únicas, mas carecem de inovação e, sobretudo, algo que vimos já há muito tempo apontando, carecem duma clara reflexão e avaliação do impacto concreto que surge nos jovens famalicenses. Qual é a adesão daquilo que é proposto neste documento? Porque temos do lado do Partido Socialista uma impressão muito clara de que há uma pouca ou quase nenhuma adesão dos jovens aos programas da juventude, além da atribuição das bolsas de estudo, que aí, sim, reconhecemos como uma grande medida deste município, em nada mais o município consegue colher adesão semelhante. A par disto, as discussões sobre as políticas de juventude em Famalicão não podem ficar reféns de números globais, nem de uma leitura excessivamente otimista da ação deste executivo. É inegável que o município dispõe hoje de um orçamento bastante elevado, o maior de todos os tempos, fortemente impulsionado pelos fundos do PRR e de Portugal 2030, como já foi aqui escalpelizado. Mas importa ser claro, apesar do financiamento europeu ou nacional, é o município que executa e decide as suas prioridades. E é precisamente por isso que as opções políticas contam e que devem ser apresentadas com arrojo, com inovação e, sobretudo, com aproximação àquilo que são os anseios e as necessidades da população jovem do nosso concelho. Por exemplo, foi referido no Conselho Municipal da Juventude passado, que Famalicão consegue captar fundos europeus porque se candidata, porque se candidata bem e atempadamente, e esse mérito é inegável. Mas captar fundos não é sinónimo automático de responder às necessidades concretas da juventude. É necessário que esses fundos sejam canalizados para aquilo que efetivamente os jovens precisam. O executivo municipal defende que a política de juventude é muito mais ampla do que aquilo que está explícito no documento que aqui

deliberamos nas quatro páginas que o município lhe dedica, diluindo-a por várias áreas como a educação, a mobilidade, a habitação ou desporto. Ora, essa transversalidade ou essa abrangência poderá ser considerada como positiva. Disso não discordamos, mas não pode ser utilizada, nem pode servir para esconder uma ausência clara de uma estratégia identificada, específica e comprometida com a juventude. Na educação, por exemplo, reconhecemos o investimento significativo de cerca de 23 milhões de euros na renovação, por exemplo, das escolas, bem como o forte apoio ao ensino profissional e articulado. São áreas importantes, sem dúvida, Senhor Presidente. Mas investimento não é sinónimo apenas de política juvenil estruturada, sobretudo quando muitas destas competências, que são de certa forma aqui enunciadas com pompa e circunstância, resultam nalguns casos de processos de centralização obrigatórios. Temos situações claras que gostaríamos que o município se comprometesse de uma forma mais séria com os jovens famalicenses. Por exemplo, quanto à residência universitária, não podemos ignorar que foi inaugurada antes das eleições autárquicas, mas só será plenamente habitável em 2026. Um exemplo de como, por vezes, a propaganda e o anúncio antecipado político se antecipa e se sobrepõe àquilo que é a resposta efetiva das necessidades dos jovens. Outra questão que foi aqui debatida prende-se, por exemplo, com a pista de atletismo. E aqui podemos ficar descansados, porque a pista de atletismo não vai substituir as obras de São Torcato. Essas demoraram duzentos anos a serem concluídas e esta governação PSD e CDS só governa há vinte e quatro, vinte e cinco anos. Fala-se, por exemplo, neste documento, a propósito de um *Rebranding* da Casa da Juventude, que passará a ser designada como Centro de Juventude Famalicão. Independentemente da operação cosmética que lhe queiram atribuir, é importante que a Casa da Juventude de Vila Nova de Famalicão, aos olhos dos jovens, deixe de ser apenas e vista como um monumento municipal e passe a ser um espaço dos jovens para os jovens, onde haja adesão e sobretudo interesse em lá frequentar e participar. E por

fim, Senhor Presidente, deixo aqui um repto a propósito da juventude. É tempo deste município reabilitar e reatar as relações, as boas relações que já teve no passado do município, por exemplo, com o associativismo académico existente no nosso concelho, que há muito que está deteriorado e há muito que estão afastadas as partes.-----

---PAULA AZEVEDO (PSD) – Estamos hoje aqui a debater as grandes opções do Plano e Orçamento para 2026 no nosso Concelho. Mais uma vez pudemos constatar que o Município continua a fazer uma enorme aposta na área da educação, com foco na inclusão, sucesso educativo e formação contínua, fazendo mais uma vez jus ao nome de Cidade Educadora. Estamos a falar do maior orçamento de sempre, os tais 256 milhões. Mas a mim o que me interessa são os 56 milhões para a educação. 22 milhões e 300 mil destes 56 são destinados ao investimento que este edil já nos habituou, demonstrando que, ano após ano, esta é uma área de grande importância, uma vez que determina fortemente o futuro dos famalicenses de todas as idades. Serão aplicados na conclusão e na requalificação de tantas escolas que já foram aqui faladas pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira. Mas só queria destacar a conclusão da secundária Padre Benjamim Salgado e focando na modernização das escolas Senador Sousa Fernandes, Brufe, e no início previsto das obras para o segundo período da Escola Básica de Seide. Mas não falo só de obras. A educação não é obras. Sempre acompanhando e promovendo o sucesso educativo dos 18 mil e 422 alunos, mais 92 face a 2024 e 2025 que estudam no nosso concelho, desde o pré-escolar até ao ensino profissional, passando por todos os ciclos. Este ano e com este orçamento serão apoiados pelo programa Acompanhar, 1012 alunos dos seis aos dezanove anos. Serão atribuídos apoios para aquisição de material escolar, os conhecidos vouchers, 24 euros para os alunos inseridos nos escalões A e B e 12 euros para os alunos integrados no escalão C. Tendo em conta a gratuidade dos manuais escolares dos alunos em escolaridade obrigatória dos estabelecimentos de ensino da rede pública, assegurado por

verbas do Orçamento de Estado, o Município assegura também a gratuidade dos manuais para todos os alunos dos restantes estabelecimentos de ensino, inclusive as escolas particulares e cooperativas do concelho, bem como os cadernos de atividades nas áreas disciplinares de português, matemática, estudo do meio e inglês a todos os alunos do primeiro ciclo do ensino básico, em conformidade com o articulado com os órgãos de gestão dos agrupamentos de escolas. Nas AEC, os professores terão formação sobre saúde mental, gestão de comportamentos, o que se justifica pela dificuldade em lidar com crianças com necessidades específicas e ou dificuldades de autorregulação manifestada, esta formação foi a pedido dos mesmos professores. Ainda de referir as bolsas de estudo e as bolsas de mérito que continuam a permitir os estudos e incentivar tantos alunos nossos. Nos transportes escolares para crianças com necessidades de saúde específicas, o investimento é de 416 mil e 200 euros, mais 61 mil face ao ano anterior, correspondendo a um apoio de 132 alunos, mais 17 face a 2024 e em 84 circuitos especiais, mais 18 em relação ao orçamento anterior. Nas cantinas, as refeições disponibilizadas aos alunos incluem dietas alternativas por motivos de ordem médica, religiosa, ou caso a criança siga uma dieta alternativa. Para garantir a qualidade das refeições servidas nos estabelecimentos de ensino, é efetuada a monitorização do serviço de refeições escolares diariamente. São servidas diariamente no nosso concelho 7 mil e 400 refeições. Famalicão, através do grande investimento que continua a fazer na educação, tem trabalhado afincadamente na criação de melhores condições possíveis para aprofundarmos o trabalho de articulação com o nosso universo educativo e garantir que todos os famalicenses exerçam a sua cidadania e alcancem o pleno desenvolvimento. É claro que como professora, e há mais professores aqui e educadores, nós queríamos mais técnicos e mais professores. As escolas estão sobrelotadas como sabemos. No ano passado, a nossa câmara contratou mais 50 técnicos para as nossas escolas e já ultrapassámos o rácio permitido, dado a nível

nacional. Contrataram-se mais psicólogos, terapeutas da fala e terapeuta ocupacional. A responsabilidade da contratação de professores não é da Câmara, como sabemos. No entanto, tenho a certeza que, ao nível de outros técnicos, a nossa Câmara está a fazer os possíveis para que consigamos mais. Relativamente aos três adjetivos, para este plano de orçamento: dinâmico, sustentável, integrador e também integrador/inclusivo, tenho aqui apenas três exemplos. Famalicão recebeu novamente a bandeira verde ECO 21. Para além de ser reconhecido como o município com mais Eco escolas, também recebeu esta bandeira verde. E não é uma bandeira qualquer. Estamos a falar de boas práticas ambientais, melhor educação ambiental e o segundo melhor em saúde e bem-estar e gestão e conservação da floresta. Não são só as 100 mil árvores. Famalicão Inclusiva, o Programa a Acompanhar, como eu já falei aqui, com 1012 crianças e jovens que serão acompanhados. E ainda quero referenciar aqui 446 sinalizações que foram feitas em 2025, pelo GADI e pelo CRE, dando enfoque ao diagnóstico precoce, que é essencial para que consigamos assim antecipar a intervenção no percurso educativo destes jovens e crianças. E ainda, um Famalicão Integrador e Inclusivo com o centro local de apoio à integração de migrantes, com cerca de 1800 atendimentos em 2025. E isto é muito importante para as escolas, porque ajuda-nos a fazer uma integração melhor destas famílias e destas crianças, tendo como mediador também o nosso município. -----

---**ALEXANDRA MOREIRA (PS)** – O documento do orçamento para 2026 refere e, bem, que o Município tem vindo a intensificar a cooperação com o Governo para assegurar melhores condições às forças de segurança, promovendo um território mais protegido e socialmente confiante. Está em execução a reabilitação da Esquadra da PSP de Vila Nova de Famalicão, conclusão prevista para 2026 e o Município afirma continuar a pugnar pela implementação do destacamento territorial da GNR, formalmente criado em 2008, bem como pela modernização dos postos territoriais de Riba de Ave e de Vila de Famalicão e pela criação da divisão da PSP. Sim, senhor,

registamos estas intenções. Contudo, importa trazer a esta Assembleia a realidade concreta que hoje se vive no terreno. O núcleo da GNR de Vila Nova de Famalicão funciona atualmente em condições profundamente degradadas. As recentes condições meteorológicas evidenciaram infiltrações muito graves, severas. Temos água a entrar no edifício e a cair dentro das salas de trabalho, situação que obriga o uso de baldes para conter a chuva. Esta situação repete-se sempre que o tempo se agrava. Temos salas de inquirição e de atendimento a vítimas que apresentam humidade constante e condições indignas para um serviço público essencial. Não se trata apenas de conforto, mas dignidade institucional, de condições de trabalho para quem assegura diariamente a nossa segurança e de respeito pelos cidadãos que recorrem a estas instalações. Ora, é aqui que a dimensão política e ideológica desta questão se torna incontornável. Hoje temos um governo da mesma área política do executivo municipal. Este alinhamento deveria permitir decisões mais rápidas e eficazes. O que se exige não é o silêncio, mas a ação. O que vemos é inação, complacência e falta de exigência institucional. O alinhamento político deve estar ao serviço da população. Por isso, na discussão deste orçamento, este tema deveria assumir um carácter de prioridade efetiva. É fundamental que o município, em articulação com o Governo, assuma uma posição firme para garantir a intervenção urgente nas instalações da GNR de Vila Nova do Famalicão, acelerar a concretização do destacamento territorial da GNR, prosseguir a modernização das infraestruturas das nossas forças de segurança, assegurar condições dignas e compatíveis com a exigência das funções dos mesmos. Um concelho que ambiciona qualidade de vida e coesão não pode aceitar que quem garante a nossa segurança trabalhe em condições tão precárias. Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, mais que palavras, é tempo de ação. Aliás, o vosso slogan era mais ação, mais Famalicão. Que o orçamento para 2026 seja acompanhado de uma intervenção firme junto do Governo, garantindo forças de segurança modernas, dignas e à altura do nosso

território. É tempo de transformar alinhamentos políticos em resultados concretos e colocar Vila Nova de Famalicão em primeiro lugar. Disso depende a confiança dos nossos cidadãos e o respeito por quem nos protege todos os dias.-----

---**HUGO MACHADO (CDS)** – Sempre que se aborda a questão da juventude, no que diz respeito às políticas públicas em Vila Nova de Famalicão, há dois caminhos: ou discurso genérico, cheio de boas intenções, ou a crítica automática que ignora o que já foi feito. Nenhum deles serve para os jovens de Famalicão. Os jovens não precisam de discursos bonitos. Precisam de condições concretas para viver, trabalhar e decidir ficar. E é exatamente isso que está em causa quando analisamos o GOP 2026, em coerência com o manifesto da coligação Mais Ação, Mais Famalicão, que venceu as eleições autárquicas de 2025 e sustenta este executivo. Convém lembrar um dado essencial, Vila Nova de Famalicão tem mais de 135 mil habitantes, sendo um dos concelhos mais jovens e dinâmicos do distrito de Braga. Só na faixa etária entre os 20 e os 34 anos vivem aqui mais de 30 mil jovens adultos. Estes não são números abstratos, são pessoas que todos os dias tomam decisões sobre estudar, trabalhar e ficar no território. Há quem fale muito de juventude, mas depois trate os jovens como estatística ou como problema social. Este executivo fez a escolha certa, tratar os jovens como pessoas capazes, com ambição, exigência e vontade de construir o seu caminho. Falemos claro, os jovens de Famalicão querem três coisas simples, formação que sirva para a vida real, oportunidades para trabalhar ou empreender e qualidade de vida para não terem de sair do concelho contra a sua própria vontade. E é exatamente nestes três pontos que este executivo tem trabalhado, de forma consistente e responsável. Na formação, a ligação entre escolas, ensino profissional, ensino superior e empresas não é um slogan, é uma estratégia. No ano letivo mais recente, quase dezanove mil alunos frequentaram os estabelecimentos de ensino no concelho, com o peso crescente do ensino profissional e tecnológico, diretamente ligado ao tecido empresarial local. Nas oportunidades,

Famalicão não empurra os jovens para fora, atrai investimento, apoia o empreendedorismo e cria emprego. O Concelho apresenta hoje uma taxa de desemprego abaixo dos 4%, significativamente inferior à média nacional. Isto não acontece por acaso. É o resultado de uma política económica local ativa e coerente. Quem diz que não há políticas para os jovens ou não conhece o Concelho ou prefere ignorar os factos. E na qualidade de vida, falemos de habitação, mobilidade, cultura, desporto e participação cívica, porque nenhum jovem fica apenas por um emprego. Fica quando sente que pode viver bem, construir família, ter tempo e perspetiva. Não por acaso, mais de 500 jovens participaram diretamente na construção do Plano Municipal de Juventude, contribuindo com propostas reais e expectativas claras. O CDS assume esta visão com clareza. Uma visão que não promete tudo a todos, mas que cria condições reais para autonomia dos jovens. Sem paternalismo, sem ilusões, com responsabilidade. É fácil vir para esta sala dizer que é preciso fazer mais pelos jovens. Difícil é governar, decidir prioridades e executar. E isso tem sido feito com clareza, com estratégia e, sobretudo, com resultados. Este executivo tem mostrado que sabe ouvir, mas também sabe decidir e isso é algo que os jovens respeitam. Coerência entre o que se diz e o que se faz. O GOP de 2026 não é um documento de propaganda, é um compromisso com o desenvolvimento do concelho e com uma geração que quer respostas, não desculpas. Por isso, quando há oposição forte nesta sala, é importante dizê-lo com frontalidade. Famalicão não está parado, os jovens não foram esquecidos e o caminho que está a ser seguido é sério, sustentado e com uma visão de futuro. É esse o futuro que devemos continuar.-----

---**LUCAS VILELA (PSD)** – É a minha primeira intervenção neste mandato. Fui membro desta Assembleia Municipal durante doze anos, de 2001 e os doze anos seguintes. Estive ausente durante doze anos. Fui apreciando enquanto famalicense, enquanto cidadão interessado, aquele que é o desenvolvimento do meu concelho, que

muito gosto. Regressei a esta Assembleia e gostaria de transmitir exatamente isso mesmo, no sentido de perceberem também algum do enquadramento do que vou aqui dizer hoje. O senhor deputado Paulo Pinto referiu que nestes últimos vinte e quatro, vinte e cinco anos, as maiorias, as várias maiorias da coligação Mais Ação, Mais Famalicão, geriram 1000 milhões, precisamente. Tivemos ali a fazer a conta e de facto a conta não está correta, mas está muito próxima, 2,4 é muito dinheiro, é muito dinheiro mesmo. E foi precisamente esse dinheiro que conseguiu fazer a obra que foi feita ao longo dos últimos vinte e cinco anos. Foi essa obra que, referiu o meu companheiro, Jorge Paulo Oliveira, que durante sete eleições foi sufragada favoravelmente, maioritariamente pelos famalicenses. Inquestionável. Foram os mesmos famalicenses que deram essas maiorias à coligação Mais Ação, Mais Famalicão, primeiro com Armindo Costa, depois com Paulo Cunha e agora com Mário Passos, que também deram essas maiorias, nomeadamente, o José Sócrates ou António Costa. Não podemos achar que numa altura estavam corretos e na outra não, são os mesmos famalicenses. Mas pegando nestes e voltando a estes vinte e quatro anos, para terem a noção, e eu dei-me ao trabalho de fazer aqui um exercício que considero interessante e que acho que mais do que uma fotografia, eu prefiro ver um filme. E tem precisamente a ver com isto. Em 2002, quando o Armindo Costa chegou à Câmara, teve para gerir um orçamento de 76 milhões de euros. Quando, posteriormente, Paulo Cunha chega à Câmara, tem um orçamento de 67 milhões de euros para gerir. Quando Mário Passos chega à Câmara, tem um orçamento de 136 milhões para gerir. Nos primeiros anos de cada mandato. Há uma coisa que eu também devo referir. O deputado Paulo Pinto poderá estar zangado comigo, mas eu vou ter que o dizer. É que a memória também me faz lembrar que, em 2002, foi feito um financiamento de 15 milhões de euros, em cima de um orçamento de 75 milhões, foi feito um orçamento de quinze milhões de euros de saneamento financeiro. Sabem para quê? Para pagar a dívida, mas dívida que não era desta

coligação. E assim foi, no ano de 2005, tínhamos um endividamento de 36 milhões. Ele foi pago. Os senhores tiveram a oportunidade de analisar a documentação e se bem veem na documentação, o endividamento desta câmara com um orçamento de 256 milhões de euros, é de 20 milhões. Querem fazer aqui algum comentário? É muito simples, vou repetir. Com um orçamento de 76 milhões, foi necessário ter um endividamento de 36 milhões. Com um orçamento de 256 milhões, temos um endividamento bancário de 20 milhões. O que é que isto significa, significa que para além da obra, temos a possibilidade de endividamento. Endividamento produtivo, endividamento para os famalicenses, se for necessário, mas temos essa capacidade, essa folga. Isso só acontece porque há boa gestão, só assim acontece. Também me dei ao trabalho de ver uma questão que foi esta. Fiz aqui um gráfico (exibe um gráfico) relativamente a isso. Foi laranja, podia ter sido de outra cor. Apreciei esta, também podia ter sido verde. E se bem reparam, a partir de 2018 dispara. Podia ser considerado que era conjuntural. Eu dei-me ao trabalho também de ir ver o seguinte: como é que foi com os municípios aqui ao lado? Poderia ter ido ver uma comparação com a Trofa, com Barcelos, que é equivalente a Famalicão, com Santo Tirso, mas não foi isso que fiz. Fui fazer a comparação com os municípios de Guimarães e de Braga, isto é, municípios maiores do que nós. E o que é que daqui constatamos? Para terem uma noção, o município de Guimarães tinha um orçamento, em 2018, 109 milhões de euros. Tem hoje um orçamento de 220 milhões de euros. O município de Braga tinha em 2018, um orçamento de 122 milhões de euros. Tem hoje um orçamento de 285 milhões de euros. O município de Famalicão tinha em 2018 um orçamento de 83 milhões de euros e tem neste momento 256 milhões de euros. Se quisermos, também podemos fazer aqui, foi exatamente isso que eu fiz, uma taxa média de crescimento ao ano. E perante estes números, constata-se o quê? Guimarães teve um crescimento 9.16% ao ano no orçamento de 2018 a 2026. Braga teve um crescimento 11.9%. Sabem qual é o

crescimento de Famalicão? De 2018 até agora, mais uma vez, 15%. Eu acho que estes números, mais do que ao detalhe, faz parte do processo. São números macro e esses números macro indicam tendências e são tendências que são importantes. São exatamente essas tendências que permitem que nós tenhamos 117 milhões de euros de despesa de capital. É precisamente por isso que nós temos 31 milhões para a habitação. E é precisamente por isso que nós temos 22 milhões para o parque escolar. Se assim não fosse, se não tivesse havido uma boa gestão, apesar de tudo o que aqui ouvimos, mas faz parte do processo democrático, faz parte do processo de dialética entre a oposição e o poder. Se assim não fosse, não poderíamos fazer este tipo de investimentos. -----

---**TERESA PINTO (CHEGA)** – Pelo futuro do tecido empresarial de Famalicão, Vila Nova de Famalicão construiu ao longo de décadas um tecido industrial forte, que é um dos principais motores da economia local. O setor automóvel, o têxtil, a metalomecânica e os componentes representam muito mais do que números. São empresas, trabalhadores e famílias que dependem da estabilidade deste tecido produtivo. Nos últimos meses surgiram sinais claros de dificuldades em várias empresas do concelho. O caso da Coindu em Joane é um exemplo visível, mas não é o único. O setor têxtil, tão ligado à identidade de Famalicão e ao emprego local, enfrenta hoje menos encomendas, custos elevados e forte concorrência internacional. Para muitas empresas, o desafio já não é crescer, mas sim manter as portas abertas. A Câmara tem feito um trabalho de proximidade com as grandes empresas, o que é positivo. No entanto, existem muitas pequenas e médias empresas, muitas delas familiares, que não têm visibilidade nem estrutura para aceder a apoios. Estas são as que sentem maiores dificuldades no dia a dia. São estas empresas que também precisam de respostas. Apoiar o tecido empresarial não é apenas apoiar grandes investimentos, é fazer escolhas políticas claras no GOP e no Orçamento municipal. A derrama municipal, atualmente fixada em 1.2% para empresas com volume de negócios superior a 250 mil euros, deve

ser ponderada neste contexto, sobretudo para empresas com margens muito reduzidas. O apoio passa também pela formação contínua dos trabalhadores. O Município deve assumir um papel mais ativo em articulação com escolas profissionais, centros de formação e o IFP, garantindo empresas mais competitivas e emprego mais qualificado. Relativamente ao Made IN Famalicão, enquanto marca de identificação do Concelho, é um instrumento importante de promoção económica. No entanto, para ser verdadeiramente útil às empresas deve evoluir para incluir medidas concretas como, por exemplo, uma plataforma digital de internacionalização e criação de um selo Exportador Sustentável Made IN Famalicão, valorizando boas práticas ambientais e sociais e reforçando a empresa, a presença das empresas famalicenses nos mercados externos. Apoiar quem cria emprego local é garantir a sustentabilidade económica e social do concelho. -----

---MARIA ANTÓNIA OLIVEIRA (PSD) – Bem, a habitação há muito que se tornou num problema transversal a todos os grupos e estratos sociais, com as atuais condições do mercado imobiliário, a tornar cada vez mais difícil e oneroso para as famílias e para os cidadãos suprir uma necessidade tão essencial. O plano e orçamento que hoje apreciamos aqui refletem neste tema o reconhecimento de problemas estruturais, com apresentação de soluções efetivas, incisivas e transversais. Desde logo, com medidas para população mais vulnerável, somos confrontados com várias propostas, das quais destaco a consolidação do programa Casa Feliz, do apoio à renda, a qualificação, manutenção ou reabilitação do parque de habitação social que garante a renda apoiada. Aqui, saliento também o investimento de mais de 4 milhões de euros na reabilitação em curso de habitações sociais, que já foram aqui e muito bem mencionadas pelo meu colega, o ilustre deputado Jorge Paulo Oliveira, em Fradelos, Lousado e Oliveira Santa Maria. Mas não posso também esquecer as intervenções que ainda estão previstas para as urbanizações da Gábila, das Austrálias e das Lameiras. Por outro lado, para a

população em geral, a chamada classe média, destaco a aquisição pelo município de cerca de duzentas habitações para colocação no mercado, ao serviço dos famalicenseiros com rendas acessíveis. Aqui, o investimento será na ordem dos 24 milhões de euros em imóveis que se situarão em Oliveira de Santa Maria e São Mateus, em Mogege, em Telhado, em Bairro, em Carreira, Castelões, Gondifelos e Delães. Nesta matéria, verificamos que o investimento, de facto, advém de financiamentos comunitários, os quais vêm simultaneamente mitigar o problema da falta de oferta de habitação condigna e verdadeiramente acessível e ajustada aos rendimentos dos famalicenseiros, ao passo que permite também agregar património municipal, que se converterá ainda numa fonte de receita para o município. Aqui chegados, e porque assumidamente este investimento feito na habitação resulta, em larga medida, de financiamento externo, só poderei assinalar como francamente positivo o aproveitamento e a canalização daquilo a que não poderia deixar de chamar uma oportunidade efetivamente ganha e conquistada por este executivo. Em abono da honestidade intelectual, se sabemos que estes financiamentos não são permanentes, não seria por isso que seria aceitável que não os pudéssemos ou soubéssemos aproveitar e canalizar para o nosso território, para benefício no interesse de Famalicão e dos famalicenseiros. Por fim, também não poderei deixar de assinalar que este documento reflete as perspetivas de evolução. Desde logo, porque se em 2026 o foco está efetivamente na aquisição de habitação nova, seguir-se-á um período marcado pela diminuição do investimento na aquisição e a conversão desse mesmo investimento na manutenção, reabilitação e proteção do edificado que teremos ao nosso dispor.-----

---**ANA RAQUEL CARVALHO (CDS)** – O envelhecimento demográfico é uma das transformações sociais mais marcantes do século XXI. O aumento da esperança de vida, aliado à diminuição da taxa de natalidade, tem conduzido a uma proporção crescente de pessoas idosas na população. Este cenário exige-nos políticas públicas integradas e

inovadoras que promovam o envelhecimento ativo, combatam a vulnerabilidade social e a pobreza e assegurem a qualidade ao longo de todo o seu ciclo de vida. Mas em Vila Nova de Famalicão, o envelhecimento da população não foi nem tem sido encarado como um problema, mas como uma oportunidade de transformação social. Ao longo dos anos, o município tem apresentado programas, projetos e iniciativas estruturadas em torno do conceito de envelhecimento ativo, assumindo um papel determinante na construção de um território e de comunidades mais justas, inclusivas e resilientes. Programas e projetos inovadores que reconhecem a diversidade das pessoas idosas e promovem a sua inclusão nas mais diversas áreas como a educação, o desporto, a saúde, a habitação e inclusão social. Programas como, o Qualifica, o Projeto Local Promotor de Qualificações, Mais e Melhores Anos, Academias Seniores, Casa Feliz, Haja Saúde, Cuidar dos Cuidadores Informais, fazem parte integrante das grandes opções dos planos e orçamentos dos últimos anos. Mas uma cidade amiga das pessoas idosas não é um chavão, um título ou até um nome pomposo. É uma estratégia municipal refletida neste documento que estamos agora a discutir. A elaboração do Plano Municipal de Longevidade e a criação do Conselho Municipal para o Envelhecimento Ativo são duas ferramentas essenciais que corroboram o contínuo espírito inovador e empreendedor construído com o sempre espírito comunitário que caracteriza Vila Nova de Famalicão. O alargamento da rede de Academias Seniores como instrumento de inclusão social, participação cívica e interação comunitária. A teleassistência, um serviço de apoio remoto que permitirá às pessoas idosas ou em situação de vulnerabilidade contactar uma central de apoio, contribuindo para uma resposta rápida em situações de emergência, monitorização preventiva, apoio psicossocial e redução do isolamento, melhorando a sua qualidade de vida, a sustentabilidade de serviços de saúde e apoio e reduzindo internamentos inevitáveis e muitas vezes institucionalizações desnecessárias. Nesta área dos seniores e do envelhecimento ativo é clara e inequívoca a estratégia municipal numa

aposta em programas que promovem a coesão social, a solidariedade intergeracional e o desenvolvimento local, complementado por apoios financeiros a medicamentos, melhorias habitacionais e apoios às rendas, acesso a transportes e promovendo um conjunto de investimentos em infraestruturas na área da saúde, do desporto e da educação. Uma sociedade mais inclusiva, equilibrada, com benefícios que se estendem não apenas às pessoas, mas às suas famílias, aos sistemas de saúde e à comunidade em geral. E como disse o deputado Jorge Paulo Oliveira, estas foram as propostas apresentadas no programa da Coligação Mais Ação, Mais Famalicão e sufragado por todos os famalicenses no passado dia doze de outubro. E este é o programa que estamos a cumprir e este é o território que queremos e continuamos a construir. O nosso lugar, Vila Nova de Famalicão. -----

---JOÃO FONTES (PSD) – Confesso que estava muito indeciso se fazia esta intervenção ou não, porque, ao contrário do que esperava, estamos numa das áreas fundamentais do debate político nacional e agora também do debate político local e foi muito pouco tocado nesta assembleia. E venho falar-vos da área da saúde, que os municípios agora assumem cada vez mais competências e queria começar por um dado que nos deve fazer sentir algum orgulho, pelo menos a nível local, que é a percentagem de população sem médico de família. Em Portugal, ronda os 15% de cidadãos. Isso é um dado que nos deve preocupar, mas no Norte está nos 3%. Em Famalicão, felizmente, apenas 0,7% dos famalicenses não têm médico de família. Isso sim, é um dado que nos deve orgulhar e é um dado que este executivo e que o executivo anterior tem trabalhado para mitigar e para chegarmos a estes resultados. E por isso, queria destacar, conforme já foi destacado no período da manhã e foi destacado também no início das intervenções do grupo municipal do PSD, nomeadamente as obras nas unidades de saúde. As obras das unidades de saúde têm um grande objetivo primário. O primeiro é a garantia de serviços de proximidade e, em segundo, é a grande melhoria das condições para os

nossos utentes. Não só para os nossos utentes que visitam as nossas unidades de saúde num momento particularmente frágil, normalmente de desconforto pessoal, mas também para os profissionais de saúde, para todos os assistentes técnicos que lá participam, não só médicos, nem enfermeiros, mas também a expansão da rede de cuidados de saúde permite também um acréscimo do serviço que este município tenta prestar, nomeadamente nas questões da Psicologia e das consultas de Psicologia e de Nutrição. Queria destacar aqui também as obras em seis unidades de saúde que são centrais para esta garantia de cuidados de saúde de proximidade junto dos famalicenses e de conforto para os mesmos. Essas unidades de saúde, algumas novas, outras já existentes, mas com melhoria das condições, implicam um investimento de cerca 13 milhões de euros. Certamente os deputados do Partido Socialista dirão obviamente, sim, é do PRR, e já invocaram até no seu voto na Câmara Municipal o PRR do saudoso governo de António Costa. Pois muito bem. A bazuca não é só de António Costa, a bazuca é dos portugueses e para os portugueses e por isso obviamente o trabalho dos técnicos municipais também deve ser destacado, como destacaram, mas isso parte das orientações políticas deste executivo municipal e do executivo municipal anterior. E por isso, as ideias-chaves da política de saúde devem ser sempre prevenção e proximidade. E com estes investimentos e com o plano que temos perante nós, devemos afirmar com toda a certeza, sim, essa proximidade e essa prevenção e a qualidade dos serviços está em cima da mesa e está assegurada. Uns pontos mais temáticos que gostava de salientar também na política de saúde é as formações quanto ao uso e ao alargamento das redes de DAE. É bastante importante para prevenir a capacidade de ação dos nossos cidadãos perante ataques espontâneos que existem em qualquer local público, seja de prática desportiva, seja em momentos associativos. Gostaria também muito de destacar para a questão da saúde e para a questão da juventude, a questão das consultas de psicologia. O programa Be Ok, nomeadamente para crianças dos dez aos dezoito anos, mas também

naquilo que falamos do envelhecimento ativo. Na questão do envelhecimento ativo, temos de destacar obviamente a rede da Academia Séniores, que permite que os nossos idosos continuem envolvidos na sociedade e num momento em que sabemos que as doenças do foro mental e o isolamento são grandes preocupações sociais, mas também médicas, estas redes de academias séniores permitem evitar esses grandes flagelos da nossa sociedade. E por último, queria também destacar uma área que se fala pouco quando se fala de saúde e que é uma preocupação deste município, que é a questão da saúde oral, nomeadamente para as famílias carenciadas, que por força da inacessibilidade que existe da saúde oral, nomeadamente através dos custos, implica um grande sacrifício da sua parte. E por isso, queria destacar que a saúde para este município assuma um papel de proximidade, um papel preventivo e um papel social e por isso, devemos estar orgulhosos do que este orçamento e do que este plano nos apresentam a nível de saúde. -----

---**ANTÓNIO VARELA (PS)** – Ora, a minha intervenção vai na área da educação. A educação obviamente surge e de forma bastante inequívoca como uma prioridade nas grandes opções do plano para 2026. O investimento previsto é significativo e a aposta na modernização do parque escolar é obviamente consistente. A reabilitação de infraestruturas e a melhoria de condições físicas são medidas necessárias e devem ser reconhecidas e, estão-no a ser agora. Relativamente à educação. Há, no entanto, alguns aspetos que nos parecem que, são preocupações nossas e são sugestões, ao mesmo tempo, para este futuro próximo que se aproxima. O Concelho neste momento não dispõe de uma resposta organizada para alunos do ensino básico, com baixa acessibilidade persistente e insucesso reiterado. Estou a falar de alunos em risco de abandono e, portanto, nesse contexto, deveria ser equacionada a criação de uma resposta inspirada nos modelos de escola de segundas oportunidades, que o Executivo já teve ocasião de visitar em Matosinhos e que, de facto, era uma opção para estes alunos e não

me aparece aqui nas grandes opções do plano. Pelo menos não me pareceu. Relativamente à área da inclusão e apesar da existência do GADI e do CRE, que são duas estruturas fundamentais, continuam a verificar-se insuficiências, todos os professores sabem que é assim na resposta com necessidades específicas, principalmente alunos com questões do espectro do autismo e outros, que de facto levantam grandes dificuldades às escolas. Essas limitações resultam em grande parte da incapacidade em responder às escolas com grandes dimensões. Portanto, a distribuição dos meios não foi feita de forma adequada à dimensão que as escolas têm. Relativamente às apostas em termos de programas. Não se identifica uma estratégia municipal estruturada para a programação, para o pensamento computacional e para a inteligência artificial. Temas que são obviamente muito importantes hoje em dia e fundamentais para o desenvolvimento económico. Preparar os jovens para o futuro implica mais do que utilizar a tecnologia, implica compreendê-la e saber criá-la. E antes de eu terminar, queria só dizer o seguinte, o ensino profissional e foi aqui já referido, basta ir ao portal da infoescolas e aquilo que se verifica não é exatamente aquilo que foi dito aqui. O número de alunos não tem vindo a aumentar, tem vindo a diminuir. Isto obviamente resulta várias razões, mas até 2022 o número diminui. E, portanto, isto, se calhar, vale a pena pensar como conjuntamente, obviamente, e pensar em novos sistemas de formação profissional. Nomeadamente, como alguns países da Europa já têm, sistemas híbridos em que uma parte da educação é pronunciada na escola e outra, nas empresas. Acho que é perfeitamente viável. Aqui ao lado, em Espanha, há vários modelos desse tipo e, portanto, já que estamos agora no momento da revisão do Plano Estratégico Educativo Municipal, é também uma oportunidade para introduzir metas claras, respostas inclusivas e assumir uma aposta estruturada nas competências científicas e digitais do século XXI. -----

---**RICARDO MENDES (CDS)** – As pessoas que ainda têm paciência para nos ouvir em relação a esta matéria, eu em jeito de súmula, estamos a discutir um dos principais, aliás, o principal documento de orientação, quer financeira, quer política do município, as grandes opções do plano e o orçamento para 2026. E, tudo o que aqui foi dito a nível técnico, mais ideológico, menos ideológico, mais acertado, porventura, menos acertado, mais condizente com as opiniões de uns, menos condizente com as opiniões de outros, é a democracia, é aquilo que nos compete fazer, questionar a Câmara Municipal e discutir este orçamento que é muito importante para o quotidiano das pessoas e sobretudo dos nossos munícipes. Mas teve aquilo habitual, o clichê habitual do maior orçamento de sempre, porque o Partido Socialista conseguiu trazer a bazuca do PRR. Apenas para referir que o Partido Socialista, esteve oito anos no governo e teve um milhar de milhares de milhões de euros de orçamento. Deixou o SNS, como nós sabemos, no meio, um grande investimento estrutural feito em oito anos. Para além da mudança de paradigma do antigo, do PS pré-Costa e pós-Costa, que foi, o paradigma foram as contas certas, certo? Digam-me o que é que foi feito? Um grande investimento, nomeiam. Não foi feito nada. Foram feitos alguns investimentos ali também mal corre, é um bilião de euros. E, portanto, senhor Presidente, este orçamento é desta grandeza por causa do PS. Depois fui acompanhado aqui pelo CHEGA, que é o novo paradigma da política portuguesa, diz tudo corretamente. Eles sabem analisar a sociedade como ninguém e, portanto, a novidade este ano é precisamente esse apoio implícito do CHEGA a estas novidades que fazem com que Famalicão tenha o maior orçamento de sempre. De uma forma pragmática e sem querer sequer ferir suscetibilidades, vou referir que estes 256 milhões de euros de orçamento são devido ao trabalho árduo de todos os famalicenses, que fazem com que Famalicão seja um município contribuinte. Nós recebemos muito menos do que damos ao país. E isso é um ponto com que eu vou terminar a intervenção que tinha programado para agora. E isso sucede, não só, por

aquilo que é o crescimento econômico, devido ao trabalho de todos os famalicenses, e que eu estranhei que essa iniciativa privada que existe, os famalicenses, e que se traduz em escopo fiscal, se traduz em receita para o município, para o Estado, para o Estado muito mais do que para o município, não fosse levantada pelo nosso companheiro, mais recente companheiro da IL. Aliás, gostaria de saber qual é a opinião do comentador Cotrim Figueiredo, acerca das suas intervenções aqui. Ele considera-as todas aborrecidas, menos as dele. Se calhar consideraria as suas também aborrecidas. Mas não é que eu considerasse, considere-as pertinentes. Aliás, verá que eu acabarei com algumas coisas que disse em relação a algumas matérias. Mas relativamente a isso, nas últimas reuniões, partilhei com o senhor Presidente da Câmara, enquanto vice-presidente da Câmara, recorde-me de um quadro importante e descritivo que referia que o município de Famalicão, no cômputo da CIM do Ave, tinha os mesmos milhões de euros de apoios comunitários que todos os outros municípios da CIM do Ave. Isto é sorte, mas deve dar um trabalho, deve dar muito trabalho. Portanto, tem um excelente quadro de técnicos e seguramente um apoio deste executivo para conseguir captar o maior investimento de sempre, mesmo em fundos comunitários, para Famalicão. E isso é de louvar. Devíamos congratular-nos com isso. E por esse mesmo motivo, aquilo que eu refiro é que o município que apresenta o maior orçamento de sempre, mas que tem uma dívida inferior a 10% desse orçamento, que tem investimento, como foi aqui reconhecido por todas as bancadas, julgo eu, em todas as áreas de necessidade e de quotidiano dos famalicenses. Tem contas certas, nunca aumentou impostos, aumentou a receita fiscal, que é um dos logros que o Partido Socialista, por acaso desta vez não veio trazer. Eu estava à espera, está aqui escrito, eu estava à espera que dessa vez viessem dizer isso e não disseram. "Aumenta os impostos!" Não, aumentou a receita fiscal. Os impostos são os mesmos. E reduziram. Este ano neste orçamento não reduziu, mas os últimos três orçamentos reduziram. Relativamente a essa matéria, estamos conversados,

não caíram no mesmo erro. Mas aquilo que eu tenho como referência é que uma dívida inferior 10% traduz aquilo que é reconhecido por todos. Para além dos inúmeros programas reconhecidos a nível nacional e alguns internacionais, que são levados a cabo com grande, grande sucesso por parte da autarquia e reconhecimento quer pelos famalicenses, quer por outros municípios, tem essa possibilidade de ter as contas certas, ser um município cumpridor, paga a tempo e horas e tem uma dívida, repito, inferior a 10% do orçamento. Aquilo que eu queria trazer, não é maçar-vos, nem gastar os quarenta e quatro minutos, como é óbvio, mas é trazer um desafio ao senhor Presidente da Câmara. Nós estamos aqui não é só para criticar, não é só para analisar, não é só para fiscalizar, mas também para darmos a nossa opinião acerca daquilo que nós entendemos. E eu conhecendo, se me permitem, bem, o senhor Presidente da Câmara, que é só Presidente de Câmara há quatro anos, não é a velha maioria. Quatro anos. Eu tenho que lhe dizer que, há duas ou três situações que foram aqui levantadas e que dizem respeito exatamente a mais um esforço que sei que o senhor Presidente da Câmara faz todos os dias, porque conheço, ele é um fazedor, é um homem que tenta fazer muitas coisas e que às vezes vem entraves, onde existem entraves, natural. Uma das pessoas que lhe dizia muitas vezes: "ah, isso não é possível". Era o Chato, que era eu. E, portanto, que o grande desafio dos próximos anos para fazermos também jus àquilo que é o esforço que os famalicenses fazem, é eventualmente confiar. Tem uma equipa que é um misto de experiência, de motivação e de novidade, a novidade também espicaça. Portanto, há duas vereadoras que não tinham contacto com a possibilidade de exercer um cargo executivo no município e que se criasse um acelerador, como referiu aqui o nosso companheiro da IL, e sei que é uma ambição do senhor Presidente para poder fazer acompanhar e acelerar processos, isto de uma forma enquadrada justamente com a lei, processos que exigem da Câmara Municipal uma decisão mais célere, mais rápida, mais concisa naquilo que tem que ser, porque os processos demorados já

sabemos que quando demorar muito tempo não há volta a dar, mas os mais simples que é de uma das suas ambições e, e faz parte até um pouco da forma como encara e vê a administração local. E depois, é referir-lhe que tem seguramente e foi largamente sufragada a forma e o contentamento dos famalicenses em relação à forma como o investimento nos últimos quatro anos, onde se investiu, onde houve o maior investimento de sempre, por exemplo, em transportes públicos. Porque nós somos o parente pobre, nós e todos os outros municípios, tirando Lisboa e Porto, fez-se um investimento incomparável em transportes públicos. Infelizmente, tem que haver aquilo que se chama a revolução civilizacional das pessoas deixarem um pouco de utilizar os seus automóveis próprios e passarem a utilizar os transportes públicos, que agora são uma realidade e não eram. E acabavam vejam lá, com um dos temas preferidos desta Assembleia Municipal, que é o estacionamento, portanto, se todos usassem menos automóvel tínhamos menos problemas de estacionamento. Portanto relativamente a esta matéria, e sem querer tirar aqui argumentos à oposição, ou digamos às opiniões diferentes, queria desejar que este orçamento, que julgo muito bem conseguido, aliás como foi inspirado pelas excelentes intervenções de todos os grupos municipais, mas em especial o meu, que represento, desejar-lhe uma grande execução deste orçamento e porque o sucesso do senhor Presidente do Executivo, que integra também os senhores vereadores do Partido Socialista e do Chega, é o sucesso dos famalicenses e permitirá seguramente o senhor Presidente levantar a mão, e não só levantar-se, para exigir como nós, famalicenses, que nos esforçamos todos os dias e o povo famalicense se esforça todos os dias para contribuir para Portugal, para que Portugal invista mais em Famalicão. Sei que gosta muito dessa ideia. Sei que muitas vezes se esforça para isso, conte connosco. Seguramente os famalicenses contam consigo. -----

---PAULA AZEVEDO (PSD) – Mais uma vez muito boa tarde. Em resposta ao meu colega, senhor deputado do PS, sobre a distribuição que não foi feita corretamente a

nível de inclusão e relativamente a alunos de espectro de autismo, que estão a aumentar de uma maneira assustadora mesmo. Nós nas escolas temos a noção disso. E já há pouco, na minha intervenção, eu disse que precisamos ainda de muitos técnicos. É claro que estas crianças não precisam dum técnico, elas precisam duma equipa, não é? E, é isso realmente que a nossa Câmara está a trabalhar. O ano passado com cinquenta, que conseguiu ainda contratar e vamos ver se este ano ainda será possível mais um reforço, porque realmente o número destas crianças já diagnosticadas está a aumentar muito. Em relação ao profissional que está a diminuir, até acredito. Nós temos um dos melhores profissionais do país. Os alunos que saem do nosso ensino profissional vão bem preparados e neste momento estamos a exportar mão-de-obra já de saída do nosso profissional. Mas também não nos podemos esquecer que pode estar a diminuir, e penso que seja por causa disso, devido realmente a todas as estratégias que são adotadas no ensino regular. Nenhuma criança é abandonada, nenhuma criança é perdida. E quando aparece algum problema, ele é imediatamente referenciado para um diretor de turma, que aciona logo todas as medidas possíveis, de modo a que estes jovens, independentemente da sua condição social e económica, consigam desenvolver as suas capacidades e pelos vistos está a resultar. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Antes de mais, só uma nota. Foram aqui várias vezes referidas por elementos da maioria da questão da legitimidade desta maioria para governar. Logicamente, ganhou as eleições, mas também, deu o mesmo povo famalicense deu uma legibilidade reforçada à oposição. Foi o caso do Partido Socialista teve mais votos e mais percentagem, ao contrário da maioria, que tem mais votos, mas menos percentagem. Portanto, significa que nos últimos quatro anos o trabalho que foi feito foi reforçado pelos famalicensenses que entenderam reforçar esse papel. Portanto, cabe-nos a nós vir cá da mesma forma, defender e tentar legitimar e ver o trabalho desta maioria. O senhor deputado Lucas Vilela, meu amigo já de longa data, logicamente não

vamos ficar chateados. Trouxe aqui, por um lado, fico contente que validou de certa forma os valores que eu trago. Eu, nesta assembleia, já estou no meu sexto mandato. Só uma vez que me enganei, tenho a consciência. Tive a coragem de vir cá a este púlpito e reconhecer. Houve muitos deputados que se reconhecem que se enganam e não vêm cá reconhecer. Mas a nível de números, eu normalmente faço as coisas. Podem não gostar da interpretação que eu faço, mas eu faço. Podem não concordar com os que eu trago, mas são os que eu escolho para trazer, mas validam. Falou aqui, de voltarmos mais uma vez à questão de há vinte e cinco anos atrás, da Câmara quando era dirigida pelo governo do Partido Socialista. Eu sei que muita gente tem saudades desses tempos e reconhece pela quantidade de vezes que se fala nisso. É, haveremos de lá chegar. Também reconheço, e isso não tenho memória, mas tenho uma leve sensação que a dívida no final do governo do Partido Socialista foi grande, mas foi mesmo no final do último mandato, por outras questões. Também é verdade na altura não havia PRR. Também sabemos. Agora, há uma questão e hoje em dia temos um orçamento bastante superior ao que era. Logicamente, acerca disso, e nós costumamos dizer, apesar desta Câmara, a economia famalicense, os famalicense contribuem de forma significativa para que este investimento seja o que é, e realmente é. E quanto maior for, melhor para os famalicense. Acho que estamos todos de acordo nisso. Onde nós discordamos, e é o que faltou, há uma componente neste orçamento que penaliza em muitos os famalicense. E eu gostava de dizer, eu não tenho aqui os dados de 2001, mas, entretanto, só tenho a partir de 2009 e gostava de falar só nesse sentido. Primeiro, receitas correntes em 2009, 54,5 milhões de euros. Receitas previstas em os orçamentos deste ano, isto em valor de orçamentos, 139 milhões de euros. Portanto, é uma componente importante que reforça o orçamento. Destes valores que eu falei, receitas correntes, temos a parte dos impostos diretos que os famalicense pagam todos os dias. Orçamentado para 2009, 16 milhões de euros, orçamentado para este ano 44,9 milhões

de euros. Portanto, se há um orçamento grande, os famalicenseiros contribuem de forma significativa para esse orçamento. E aqui é que nos distingue e fazemos uma grande diferença. Ao longo destes anos, nós tivemos vindo a dizer, que é possível reduzir a taxa fiscal, a carga fiscal ou a receita fiscal, como quiserem, mantendo, desculpa, reduzir a carga fiscal, mantendo a receita fiscal. O que esta Câmara faz é, mantém a taxa fiscal, as percentagens e a receita fiscal continua a aumentar e era possível manter a receita fiscal ao mesmo nível. Com isso, reduzia-se a carga com que cada famalicenseiro pagava e contribui para esta Câmara. Onde é que a Câmara ia buscar? Pois reduzia nas despesas que nós já falámos, por exemplo, as avenças e outro tipo de despesas supérfluas. E aqui é que nos faz a grande diferença nesse sentido.-----

---**MANUEL NASCIMENTO (CDS)** – Agora, com algum tempo mais, permitam-me os cumprimentos. Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, comunicação social, famalicenseiros que nos assistem aqui e lá em casa. A todos os eleitos aproveito para desejar um ótimo mandato, e como diria o líder do meu grupo municipal, o vosso sucesso individual e coletivo será o sucesso de Famalicão e dos famalicenseiros em geral. É isso que desde já aqui desejo. Permitam-me então aqui umas considerações finais. Senhor Deputado Paulo Pinto, sobre as saudades de há vinte e cinco anos, se alguém demonstra saudosismo são Vossas Excelências. Aliás, basta ver-se nas declarações de voto onde Vossas Excelências reportam alguma saudade quando falam do doutor António Costa, o homem que já está longe, mas não deixam de estar com saudades dele. Aquilo que a mim me admira um pouco é que vocês não tenham saudades de Zé Sócrates, o vosso primeiro ministro, que levou o país para a bancarrota. Podem também estar com essa saudade. Eu não tenho saudades nem de um nem de outro e penso que a maioria dos portugueses também não terá. Ora bom, no que

concerne à questão do PRR, ainda bem. É meu convencimento, poderei estar enganado. Fosse quem fosse o primeiro ministro do país àquele momento, existiria um PRR. Foi António Costa? Seria Zé Sócrates? Seria Passos Coelho? Seria o que fosse naquele momento. Era necessário, tinha que ser. Pronto. Mas nós percebemos bem qual é a intenção, quando vem trazer essa manifestação de saudosismo do doutor António Costa e do PRR. Tudo bem. Concluindo, temos o maior orçamento municipal para a aprovação. Manifestaram a intenção de votar contra a CDU. A Iniciativa Liberal manifestou a intenção de se abster. O Chega, por sua vez, manifestou a intenção de se abster, oh Senhor Deputado, já agora, fiquei aqui com uma dúvida e presumo, ou me enganei, presumo senhor Deputado João Pedro Castro, que o Chega vai abster-se, porque tem algumas dúvidas relativamente à execução. Será que Vossa Excelência quis com isso dizer que o Senhor Presidente da Câmara não cumpre os planos e orçamentos, os GOP que apresenta à aprovação, que são aprovados e depois não cumpre? Será por isso? Vossa Excelência, se pretender responder. Eu duvido que assim seja. O Senhor Presidente da Câmara também poderá dizer se vai continuar a não cumprir os planos e orçamentos que têm sido aprovados na Assembleia Municipal, pelo menos pela boca do CHEGA. Ora bom e, portanto, vai abster-se. O PSD votará favoravelmente, o CDS votará favoravelmente. E presumindo eu, que por Famalicão, é mais o que nos une que aquilo que possa separar-nos, não percebo muito bem que não haja adesão da oposição a estes documentos que estão em aprovação. Percebo muito bem a bonomia das propostas. E partindo deste pressuposto, de que por Famalicão é mais o que nos une que o que nos separa, vou também dar tempo. E o tempo ajuda a resolver coisas, para que em devido tempo e em função das prioridades de quem tem a responsabilidade de gerir o município, o Senhor Presidente da Câmara possa vir a acolher muitas destas vossas intenções e propostas, muitas delas que serão complemento de outras e dos partidos que apoiam a coligação. É minha convicção que isso pode acontecer e o tempo ajudará a

resolver o resto a bem de Famalicão e dos famalicenses. No mais, o Senhor Presidente da Câmara terá a última palavra, presumo, e naquilo que está ao meu alcance pessoal, ao alcance do grupo parlamentar que eu represento, a nossa total disponibilidade para colaborarmos a bem de Famalicão e dos famalicenses. Muito obrigado por me aturarem.

---JOÃO ARAÚJO (PSD) – Depois de um alargado debate do orçamento, cabe analisar as grandes opções do plano e orçamento para 2026. Este constitui instrumento de planeamento consistente, que evidencia uma visão estratégica clara para o desenvolvimento do concelho, assente no pilar da sustentabilidade. Importa sublinhar, desde logo, que este orçamento está centralizado, procurando chegar a todas as freguesias através de investimentos na requalificação do espaço público, na melhoria das infraestruturas básicas, na mobilidade, nos equipamentos de proximidade e no reforço dos serviços municipais. Esta abordagem é essencial para garantir um desenvolvimento mais harmonioso, combater assimetrias territoriais, promover a igualdade entre todos os cidadãos. Na dimensão social, valorizamos o investimento continuado na educação, na ação social e no apoio às famílias com respostas dirigidas às crianças, aos jovens, aos séniores e às populações mais vulneráveis. Destacamos igualmente o papel do movimento associativo local e de todo o movimento que são para nós todos os parceiros indispensáveis para a implementação das políticas sociais, culturais e desportivas, contribuindo decisivamente para a coesão comunitária em todas as freguesias. É também de salientar ao apoio do Desporto e Atividade Física enquanto fatores de saúde, inclusão e participação cívica, bem como o investimento na cultura, na valorização do património local e na promoção da criação artística, elementos essenciais para a identidade do Concelho e para o dinamismo das comunidades. Do ponto de vista ambiental, é de realçar a forte aposta na transição climática, na eficiência energética, na gestão sustentável dos resíduos, na proteção da biodiversidade e na promoção de formas de mobilidade mais sustentáveis. Estas opções revelam um sentido de responsabilidade

intergeracional e contribui para um concelho mais resiliente, mais saudável e mais preparado para os desafios da sustentabilidade. Uma coisa é clara, nós somos muito diferentes da oposição, senão vejamos. O Partido Socialista fala em oportunidade perdida, mas esqueceram-se de refletir que muitos dos investimentos previstos que resultam no PRR, instrumentos que reivindicam como mérito próprio, querem o mérito pelos fundos, mas recusam reconhecer o mérito deste executivo na visão estratégica, na capacidade de candidatura e na execução dos projetos. Também não deixa de ser verdade, que muitos municípios deste país não o conseguem fazer por falta de uma autonomia financeira. Captar fundos não é automático. Exige contas equilibradas, exige credibilidade financeira, exige capacidade técnica. E aqui, ao PS dizemos, os quadros técnicos estão em perfeita sintonia com a visão política deste executivo e estes cumprem a missão com distinção, esta governação proporciona e potencia todas estas condições. Criticam o IMT e a participação no IRS, mas sabem perfeitamente que, sem equilíbrio corrente não há investimento sustentável. Querem aliviar impostos? Muito bem! Digam claramente onde cortam. No pessoal, nos bens e serviços, na educação, na saúde, na ação social, na habitação, na segurança, no associativismo? Onde e quanto? Porque reduzir esta receita tem consequências. Criticam a despesa fixa, mas exigem mais serviços. Aliás, o serviço que nós falámos há bocado, e o senhor Deputado do Partido Socialista enunciou 2 milhões de euros em tecnologias de informação, diminuiu como se fosse investimento num software, estão em cibersegurança até pelo cumprimento de diretivas europeias, até pelo cumprimento da integridade e confidencialidade, quer de dados, quer de informação. Criticam o investimento, mas falam em ambição. Isto não é coerência política, é cálculo político. Governar exige decisão e nós não fugimos às decisões. O partido Chega fala em desconfiança fundamentada, mas não apresenta um único número alternativo. Não diz onde corta, não dizem que obra cancela, não dizem que projeto rejeitam. Limitam-se a lançar a suspeição. Aliás, eu não percebi muito bem

aqui a intervenção do Chega do João Pedro Castro. Contra, viu a transição digital como uma ameaça, uma ameaça que é, que nós sabemos todos, que é a grande revolução industrial do século XXI, mas, ao mesmo tempo, diz: "Tem que complementar a inteligência artificial." Ora bem, a transição digital não faz parte ou a inteligência artificial não é um complemento ou um mecanismo das tecnologias da transição digital. Ao mesmo tempo, dizem, é preciso ter cuidado com os dinheiros públicos, porque para o Estádio municipal nem um cêntimo. Ao mesmo tempo, também o dizem, atenção Câmara Municipal, é preciso apostar em formação nas indústrias. Agora não percebo. Aqui está o campo do limite da fronteira entre público e privado. Ao mesmo tempo, também o dizem, é preciso ajudar as empresas que estão a passar por dificuldades. Meus senhores, as empresas, a formação e qualificação dentro do PRR, dentro do processo 2030, dentro do programa Qualificar, acho que este município tem números muito, muito simpáticos e comparando com outros Centros Qualifica aqui no âmbito regional ou distrital ou até nacional, têm valores de qualificação dos colaboradores das empresas, com índices e com indicadores bastante positivos. À Iniciativa Liberal dizemos: slogans são fáceis, governar é mais difícil. Sim, a receita municipal cresceu entre 2021 e 2024. Mas o aumento não resulta de uma subida de impostos. Em alguns casos, até reduzimos. Mas têm alienado num conjunto de medidas que potenciaram isto mesmo, o crescimento económico, o aumento da população, maior dinâmica do mercado imobiliário, maior atividade empresarial. O concelho cresce e recomenda-se. E quando o concelho cresce, a receita acompanha. Querem baixar impostos? Muito bem, digam quanto, quais e qual o impacto. Porque temos folga orçamental. É o que dizem. É caso para dizer, liberalismo sem rumo. Nas redes sociais apontam um valor cerca de 50 milhões de euros em pessoal. Então, qual é a vossa intenção? Querem despedir trabalhadores? Querem reduzir as auxiliares nas escolas? Querem diminuir a ação social ou cortar em bens e serviços? Ou fechar equipamentos? Ou reduzir transportes? Baixar

receita sem cortar despesa é pura demagogia. Alternativa da Iniciativa Liberal, a inteligência artificial resolve. Vamos substituir, vamos ser mais rápidos. Como já disse aqui o líder da bancada do Partido Popular, a inteligência artificial não substitui muito dos processos ou procedimentos que estão associados a muita legislação. A política não se faz com slogans ou posts nas redes sociais. Fazem-se com contas certas. E as nossas contas estão certas. À CDU, a CDU fala como se o dinheiro fosse infinito, mas não o é. O modelo é simples, gastar primeiro para perguntar depois. Este município vive de equilíbrio financeiro. Temos 256 milhões de orçamento, temos 106 milhões de investimento, temos equilíbrio corrente. Temos financiamento externo captado em competência e a CDU ignora deliberadamente investimentos à freguesia, apoio social, apoio às IPSS, modernização das infraestruturas e não responde à pergunta essencial. Estamos disponíveis para aumentar impostos, para financiar as vossas propostas? Ou querem gastar mais, mantendo a receita igual? Milagres orçamentais não existe. Entre ideologia e responsabilidade, nós escolhemos a responsabilidade. Senhor Presidente, senhores Vereadores, senhores Deputados, senhores Presidentes da Junta, nós somos diferentes e a diferença é clara. A oposição critica, mas abstêm-se de soluções. Nós apresentamos contas equilibradas, nós apresentamos investimento real, nós apresentamos responsabilidade E travar hoje é agredir amanhã. Nós não governamos com medo, governamos com responsabilidade. Senhor Presidente, preferimos decidir, preferimos assumir, preferimos construir. O nosso voto é claramente favorável, com convicção, com firmeza, com ambição, porque Famalicão não pode parar. -----

---**MIGUEL FIDALGO (IL)** – Uma nota prévia, porque foi com grande surpresa que eu vi o Deputado João Pedro Araújo a dizer que a Iniciativa Liberal é um liberalismo sem rumo e que diz que quer cortar impostos, mas não diz onde é que vai cortar. Senhor deputado, eu passei esta intervenção quase toda a dizer onde é que podíamos cortar e já na última assembleia de discussão de impostos, falei também onde podíamos cortar.

Depois, normalizamos a subida de funcionários como se fosse uma coisa normal. Ainda neste debate foi falado de Passos Coelho e da regra de dois, duas saídas voluntárias por uma contratação apenas. O município o que está a fazer agora é contratação em peso. Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, hoje vimos um retrato claro da política local. O PSD apresenta despesismo como se fosse ambição e o mais revelador é a reação dos outros. PS e Chega abstêm-se, não por discordarem do rumo, mas porque dizem que o Orçamento ainda devia ser maior. Ou seja, uns gastam sem travão, os outros fazem de conta que fiscalizam e no fim acabam a viabilizar. Isto é o bloco do deixa andar. O PSD gasta, PS e Chega deixam passar. A Iniciativa Liberal não alinha nisto. Votaremos contra este Orçamento, porque quem paga esta conversa toda são sempre os mesmos, os famalicenses. -----

---JOÃO CASTRO (CHEGA) – Uma intervenção muito rápida. A tarde já vai longa. Meu caro deputado João Pedro Araújo, o senhor não percebeu nada do que eu disse. Tem que rever isso. Será a medicação errada, mas tem que ver isso. porque não foi nada disso que eu disse. Senhor, meu caro deputado Manuel Nascimento, também percebeu mal. Por uma razão muito simples. Ouvi, tem razão, é muito mais aquilo que nos une, do que aquilo que nos separa. E eu referi aqui várias coisas relativamente a este orçamento, mas tenho que contar que um dia desses ouvi um amigo meu, um respeitável engenheiro civil, ali colega do nosso presidente João Nascimento, muito mais velho, que dizia uma coisa que me surpreendeu muito: que 80% das câmaras eram ricas em Portugal. 80% das câmaras eram ricas em Portugal. E eu perguntei-lhe: "então, se 80% das câmaras são ricas em Portugal, porque é que ainda vivemos com precariedade, com pobreza, com classe média cada vez mais curta, muita gente no limiar da pobreza?" E ele respondeu-me de uma forma muito simples: "porque as prioridades das câmaras, maior parte das prioridades estão todas trocadas", relativamente a muitos assuntos, assuntos que são fundamentais. Por exemplo, repare, senhor deputado Manuel

Nascimento, meu caro amigo, Manuel Nascimento. Uma cidade em que chove na urgência do hospital é uma cidade de terceiro mundo. Não lhe parece? Uma cidade que tem um quartel da GNR, como disse a senhora deputada, Alexandra Moreira, que tem um quartel da GNR naquele estado, não é uma cidade europeia. Peço desculpa, mas não é. E isso é uma prioridade. Uma cidade que tem um tribunal que custou 7 milhões de euros em 2003 e que serve basicamente para roubo de galinhas, não é uma cidade europeia. Peço desculpa. Idosos abandonados, se me permitem, um pequeno episódio que aconteceu comigo à porta de um restaurante onde fui buscar uma refeição, uma diária como se chama, de nove euros e cinquenta, cruzei-me com um senhor de cerca de oitenta anos. Perguntou-me quanto é que era a diária e eu disse nove euros e meio e ele respondeu-me: "é muito caro para mim, vou-me embora". Um país em que um idoso reformado não consegue pagar uma refeição de nove euros e meio, alguma coisa está errado, seu deputado Manuel Nascimento, alguma coisa está errado. E depois, o tráfego caótico na nossa cidade. Eu sei que isto não é culpa sua, senhor Presidente, peço desculpa. Depois do Covid, voltou-se a utilizar o carro, o carro privado e é um problema quase insolúvel. Em Portugal há sete milhões e meio de carros, há 2.4 carros por família. Portanto, é um problema quase insolúvel e tem que ser através da formação e, do convencimento das pessoas que, de facto, utilizar os transportes públicos é muito mais favorável do que utilizar o carro particular. Depois, um aumento exponencial de crianças na CPCJ. Não vou dizer que não é verdade. Há um aumento exponencial de crianças problemáticas na CPCJ. Tráfico, já falei. Problemas de segurança, com aumento de assaltos em residências, furto de automóveis, tráfico de drogas, uma série de problemas estruturais que eu já o avisei, já avisei. O senhor presidente sabe que eu quase sempre tenho razão e raramente me engano. Sabe disso. E já vem do mandato anterior. E, portanto, há uma série de problemas estruturais que eu preferia ver atacados já neste orçamento. Já o referi no orçamento anterior. E, portanto, são estas as questões

que nos dividem. Por isso é que eu falei que estaríamos na expectativa e faríamos uma fiscalização meticulosa. -----

---**MANUEL NASCIMENTO (CDS)** – Senhor deputado, João Pedro Castro, de certeza absoluta que não interpretei mal a douta intervenção de Vossa Excelência, quando a determinada altura dizia: "O Chega manifesta aqui uma desconfiança na execução". E está gravado. E depois dissertou, e bem, Vossa Excelência disse o que entendeu dever dizer e concluiu por uma abstenção exigente. Ora, como a figura da abstenção exigente juridicamente não existe, eu concluí pela abstenção só. Portanto, aqui falhei. Não, não peguei no exigente. Ou seja, depois disto, e Vossa Excelência agora manifesta-se e fala sobre chover no hospital, degradação das instalações do posto da GNR, o tribunal, temos ali um tribunal que custou milhões de euros e não tem competências, as que Vossa Excelência gostaria, se calhar eu também e outros ilustres colegas aqui, outros cidadãos também gostariam, mas a verdade é esta. O senhor Presidente da Câmara, presumo, não tem competência para chegar ao hospital e dizer: "Ora bom, vamos lá. Está aqui a chover? Está, sim senhor, tragam os baldes que amanhã ou depois eu mando resolver isso nos serviços". Presumo que o senhor Presidente da Câmara não pode fazer isso. Não pode. Porquê? O hospital não é propriedade da Câmara Municipal para que o seu Presidente, no exercício das suas funções, possa ir lá dar ordens, pôr e dispor. Da mesma forma o posto da GNR. O senhor Presidente da Câmara também não tem competências, nem atribuições para chegar ao posto da GNR. E eu que já, que já lá fui várias vezes, aquilo realmente é lamentável. Mas enquanto o responsável da tutela não se manifestar e não der ordens para aquilo se resolver, continuará assim. O Tribunal. Houve uma reforma, houve uma reforma aqui há uns anos em que alterou, portanto, a competência dos Tribunais. Criaram Tribunais de pequeníssima instância. Aliás, eu posso lhe dizer não é Famalicão, ainda têm competências significativas, nomeadamente em termos de processos executivos. Agora,

não têm competências que já teve por força da reforma judicial ocorrida. O senhor Presidente da Câmara não tem nada a ver com isso. Chegar lá à porta, se calhar entro primeiro eu do que entra o senhor Presidente da Câmara, porque ele não tem competência para isso. Agora, senhor Deputado, permita-me que lhe diga isto com todo o respeito e amizade. Nós não podemos vir aqui a este púlpito, a este microfone e dizer "porque era preciso resolver o problema da chuva no hospital, pá. Isso não se admite. Isso não está nada bem. E no posto da GNR, aquele mobiliário que é uma vergonha, pá. Connosco já estava tudo novo, tudo resolvido." E o tribunal? O tribunal já tinha juízes criminais e cíveis. E isso tudo, se fossemos nós. Mentira! Senhor Deputado, com devido respeito, é mentira. Não pode ser. Isso é demagogia. E nessa eu não alinho. -----

---JOÃO ARAÚJO (PSD) – É só para duas respostas breves e rápidas aqui a dois deputados. Ao João Pedro Castro. Não, eu não ouvi nada. Eu não ouvi bem, muito bem. Não percebi a sua intervenção, porque quando vem aqui com um estudo em que a transição digital era uma ameaça aos colaboradores, diretamente ao emprego das pessoas e a seguir fala em inteligência artificial para aumentar a eficiência dos processos. Desculpe, depois vai averiguar isto na gravação. Depois o João Pedro Castro vai aqui pedir desculpa. Senhor Deputado Miguel Fidalgo, várias vezes falou aqui e apelou a este Executivo uma análise de risco aos seus projetos. Eu o que lhe pedi foi isso mesmo, uma análise de risco ao seu projeto. Aquilo que diz, principalmente em ações de frases soltas, baixem os impostos, eu pergunto: fez a análise de risco? Qual é o impacto disto na nossa comunidade? É isso que eu lhe estou a perguntar. Que isso não o fez, porque isso é muito fácil, ou qualquer um dos senhores deputados chegar aqui e dizer assim: "Queremos que o senhor Presidente, baixe impostos." Muito bem. Então, vamos lá ver, qual é o impacto disto na sociedade, na nossa comunidade? É isso. É essa reflexão com seriedade que vocês têm que fazer. -----

---**JOÃO CASTRO (CHEGA)** – Senhor Deputado Manuel Nascimento. Este senhor Presidente de Câmara, o Doutor Mário Passos, não é um Presidente de Câmara de Baião, como foi José Luís Carneiro. Ele é Presidente de Câmara do terceiro maior concelho exportador do País. E ele é o Presidente de Câmara do segundo maior contribuinte para a balança comercial. Não é, com todo o respeito, mas não é o Presidente de Câmara lá de Zêzere, nem de Baião. Ele é Presidente de Câmara de Famalicão. Já ouviu falar numa coisa chamada magistratura de influência? Que, aliás, se falou muito a propósito das eleições presidenciais, porque parecia que todos os candidatos estariam a falar de eleições legislativas, porque apresentavam medidas e medidas. Também não sei, provavelmente votou em António José Seguro, mas dizer o seguinte, dizer-lhe o seguinte, é que um Presidente de Câmara, como disse anteriormente, vale muito mais que qualquer ministro. Um senhor Presidente de Câmara tem é que dar os respetivos murros na mesa. Parece que se esqueceu quando veio cá o Secretário de Estado da Justiça, aqui à Ordem dos Advogados. Lembra-se com certeza, senhor Presidente. Um chorrilho de promessas e depois a montanha pariu um rato. Como sabe, não é? A mesma coisa relativamente ao quartel da GNR. Também veio cá na altura o Ministro da Administração Interna, por acaso era José Luís Carneiro, e nada, não é? E nada. E, portanto, andámos nisto, andámos nisto. Ou um Presidente da Câmara, se tiver que exceder as suas funções, excede-as. Porque foi o que fez o Presidente Paulo Cunha a propósito do Covid, quando fez ajustes diretos e bem, que serviu imediatamente a população. Portanto, é preciso a tal mais ação, mais Famalicão.-

---**RICARDO MENDES (CDS)** - Eu não esperaria vir aqui, mas relativamente àquilo que foi dito aqui, eu espero que a chuva que caia no hospital e na GNR não seja fruto da inteligência artificial, ou o vídeo tenha sido eventualmente manipulado, mas espero que não, que a chuva não tenha sido aumentada para propósitos do senhor deputado muito bem vir aqui trazer esse assunto. Mas aquilo que o senhor Presidente da Câmara fez em

relação quer à GNR, que de facto é uma vergonha, é medieval. É verdade, isto é medieval, mas é medieval há décadas. Há décadas. A nível de condições de trabalho e a nível de condições para os utentes, que não são só verdadeiramente criminosos ou os imigrantes que são o tema daquilo que referi. Claro que não, mas alguém que precisa de ir fazer uma participação à GNR não tem qualquer tipo de privacidade, independentemente da participação que lá for fazer. Portanto, é dramático aquilo que se vive lá. O senhor Presidente da Câmara teve, do meu conhecimento, diretamente com ele, três ou quatro inputs em relação a esta matéria. Disponibilizou um terreno, aliás dois. Disponibilizou a solução e mais, propôs, a construir um quartel da GNR para o governo. Propôs, disse assim: "Senhores, vocês fazem, cedem-nos aquilo, nós fazemos, damos o terreno, fazemos isto". Faria seguramente isso. Tenho a certeza absoluta que o faria. A priorização e a burocracia a que está sujeito também a nível concursal, o governo impede a decisão rápida. Já o fez em dois governos do António Costa e já o fez neste. Portanto, não é pela capacidade de reivindicação que está posta em causa esses investimentos. Relativamente à CPCJ, e à criação de grandes dificuldades em cada vez mais famílias. Isso não é só fruto do desenvolvimento, ou do facto, do desenvolvimento económico. Infelizmente, é uma situação civilizacional da sociedade. E nesse capítulo nós temos das melhores estruturas da ação social municipal do país. Temos alguns programas que, embora chova naquilo que é respeito e já agora, digo-lhe desde já que o hospital não é propriedade da Câmara, nem do Ministério da Saúde, nem do Ministério da Saúde é. É arrendado à Santa Casa da Misericórdia, fica a saber. O nosso hospital nem do Ministério da Saúde é, portanto, nós vemos Braga, vemos Guimarães, Guimarães então. Braga, é capital distrito, ainda se podia entender, agora Guimarães, porque tem que ter a mesma coisa que Braga, tem um hospital central e nós não temos. E foi esse o propósito do desafio que lancei ao senhor Presidente da Câmara. Nós, no mínimo, temos de ter, porque somos mais contribuintes, temos de ter a mesma coisa ou

melhor. Mas agora relativamente à questão da ação social, a Câmara, embora chova na GNR ou no Hospital, mas há dezenas e dezenas de famalicenses que lhes chovia em casa, porquê? Não sei se já ouviu isto ou viu. Também, fala com muita gente que tem uma reforma em que diz: "Ai! eu ganho 515 euros, o meu marido ganha 525." É assim que fala. E depois gasto 400 ou 500 em medicamentos e, portanto, tenho o IAS inferior a 350 euros. E a Câmara desenvolveu um programa que começa por ser piloto, quase diminuto, e hoje gasta centenas de milhares de euros para que não chova na casa dessas pessoas. Porque essas pessoas ainda conseguem viver. Mas se lhe aparece um problema no carro, o carro pára. Se lhe aparece um rombo no telhado, chove dentro de casa e a Câmara faz aquilo que pode e muito, a nível da ação social. E as Juntas de Freguesia, todos os senhores Presidentes de Junta sabem o que é esta realidade e sabem o que é ter um parco orçamento e fazer dele, às vezes, alguns milagres para aqueles que verdadeiramente precisam. Uma megaestrutura como um governo, com um documento altamente complexo como o Orçamento de Estado, obviamente que não faz frente a estes micro rendilhados problemas. Mas esta Câmara tem feito e já o faz há muito tempo. E também o fazia no vosso tempo. Não com as proporções, tínhamos uma sociedade diferente, mais solidária, mais entreajuda, mas fazia-o. E, portanto, isto também é um pouco de ser famalicense, ser solidário e ajudar os outros. E por esse mesmo motivo é que eu deixei este desafio ao senhor Presidente da Câmara anteriormente. Que não é por ele, porque ele faz isso e faz isso às vezes de uma forma até relativamente violenta. Já assisti, violenta não, mas com alguma agressividade saudável, que faz parte da maneira que ele encara as coisas, com algum ímpeto. Mas é como lhe disse, passaram-se dois governos. Esperemos que Famalicão tenha aquilo que merece. Agora, relativamente às questões sociais, eu acho que pouco há a sacar a este município, também com a ajuda da Assembleia Municipal que vai aprovando aqui sucessivamente os orçamentos que permitem fazer, aqueles que aprovam. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (MÁRIO PASSOS) - Só tenho três minutos. Será rápido, com certeza. Só para complementar, na minha grande intervenção que tive no início, a maior de todas, para dizer aquilo que também já foi aqui dito de alguma forma. Conseguimos este orçamento sem aumentar impostos. Como é sabido, aliás, somos mais baixos também a nível nacional, quando eu falo em impostos, falo da carga fiscal em geral, falo das tarifas, falo das taxas também. Portanto, não aumentámos. Claro que destaca, a arrecadação aumentou e ainda bem que aumentou a arrecadação. Significa que temos uma dinâmica económica tremenda. Estamos neste momento com maior investimento também da nossa história, investimento privado, da nossa história em Vila Nova de Famalicão. E há pouco, e aqui ainda não foi referido, quer no setor da habitação, com mais de 1600 frações em construção, neste momento, do setor privado e do investimento empresarial do nosso, nomeadamente, tecido produtivo, mas também comércio, basta olhar para nossa cidade que nos próximos três, quatro anos será superior a 700 milhões de euros, o maior investimento também da nossa história, a que se soma o maior orçamento municipal também da nossa história. Mas a somar a isto, permitam-me, porque trouxeram aqui a questão de natureza nacional, que precisa aqui ser trazida, porque se soma também a tudo isto que estou a falar. E realmente nós conseguimos influenciar muito o Estado português e os serviços descentralizados do Estado, melhor dizendo. Lembro a alternativa à Nacional 14, que foi lançado concurso em 2023, portanto 2023 foi há dois anos e tal, que já temos a obra pronta. Foram cerca de 10 ou 12 milhões de investimento, não esquecer. Lembro a obra na Estrada Nacional 206, que começou no ano transato, como é sabido, também por influência nossa. Lembro as Águas do Norte, cerca de 4 milhões de euros que estão a ser investidos em São Cosme, Telhado e Portela. Lembro a obra na PSP, cerca de 1,4 milhões de euros. E lembro que até aí conseguimos, felizmente, foi com a brisa que, a expensas próprias, desenvolveu uma saída dupla na autoestrada, resolvendo um

problema crónico que existia no nosso nó da autoestrada de Famalicão e está a desenvolver a obra numa entrada muito perigosa no Nó de Cruz, no sentido de Braga, que também está a fazer. E isso só faz, ainda por cima, uma empresa por influência, consideração, não é pelo Presidente da Câmara, com certeza só. Com certeza será alguma coisa, mas sobretudo por sermos exatamente um dos concelhos que mais contribui para a riqueza de um país que é Vila Nova de Famalicão Felizmente que temos conseguido tudo isto. São também algumas dezenas de milhões de euros a que se soma o investimento que estamos a desenvolver. É certo que temos que continuar a influenciar, hospital, GNR, que realmente são dois défices, mas felizmente que neste momento vamos ter dois défices, mas ainda há três quatro anos atrás tínhamos sete ou oito grandes défices e vamos passar a ter dois défices, que temos também que resolver. Estou certo que iremos lá chegar. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2026 E RESPETIVAS PROPOSTAS ANEXAS. FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, OS VOTOS CONTRA DA CDU E DA INICIATIVA LIBERAL E AS ABSTENÇÕES DO PS E DO CHEGA, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) - Antes de entrar no terceiro ponto da ordem de trabalhos, queria só deixar à consideração das senhoras e senhores Deputados o seguinte: como viram há um ponto quatro na ordem de trabalhos, designação pela Assembleia Municipal do representante das Juntas de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil de Vila Nova de Famalicão. Sucede que já depois da reunião da Comissão

Permanente em que se fechou a convocatória e já depois desta ter seguido para os senhores Deputados, deu entrada no serviço de Assembleia Municipal uma comunicação por parte do gabinete do senhor Vereador Pedro Oliveira, para se proceder também à designação de um representante da Assembleia Municipal, um senhor Presidente da Junta, com assento na Assembleia Municipal, para o Conselho Municipal de Saúde Assim sendo, e dado que a Assembleia já vai longa, eu propunha que pudéssemos deixar este ponto quatro para a próxima sessão da Assembleia Municipal e fariamos essa, dupla designação, quer para a Comissão Municipal de Proteção Civil, quer para o Conselho Municipal de Saúde. Alguém se opõe? Alguém vota contra? Muito bem. Então, o ponto quatro passará para a próxima sessão da Assembleia Municipal. E, sendo assim, entramos no último ponto da ordem de trabalhos. Ponto três, discussão e votação do estudo prévio de reperfilamento da Estrada Municipal 571, via distribuidora secundária prevista no Plano Diretor Municipal, no troço compreendido entre a Rua da Prelada e a Rua Papa João Paulo II, na união de freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei, tudo nos termos da respetiva proposta. tem a palavra, se pretender, o senhor Presidente da Câmara.-----

---TERCEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ESTUDO PRÉVIO DE REPERFILAMENTO DA EM 571, VIA DISTRIBUIDORA SECUNDÁRIA PREVISTA NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL, NO TROÇO COMPREENDIDO ENTRE A RUA DA PRELADA E A RUA PAPA JOÃO PAULO II, NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (MÁRIO PASSOS) - Trata-se de uma proposta que, semelhante a outras que já têm vindo a esta Câmara Municipal, esta necessidade de reperfilamento é para que os terrenos contíguos a este espaço canal seja diminuído por forma a que possam ser utilizados no âmbito de investimentos diversos. --

---PAULO PINTO (PS) - Muito rapidamente, só para dizer que o Grupo Municipal do Partido Socialista, depois de analisar a devida proposta, irá votar favoravelmente a mesma. Esta posição difere da posição assumida pelos vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal, mas também indicá-lo que tal situação no sentido de voto dos vereadores deveu-se à falta de tempo para analisar devidamente a proposta. Aliás, isto é uma crítica constante e coerente que os Vereadores do Partido Socialista têm vindo a fazer ao longo deste tempo, em que a documentação para a análise não é ainda feita de forma atempada. Esperemos que da próxima vez os serviços da Câmara possa retificar essa situação.-----

POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO ESTUDO PRÉVIO DE REPERFILAMENTO DA EM 571, VIA DISTRIBUIDORA SECUNDÁRIA PREVISTA NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL, NO TROÇO COMPREENDIDO ENTRE A RUA DA PRELADA E A RUA PAPA JOÃO PAULO II, NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO PS, DO CDS, DO CHEGA, DA INICIATIVA LIBERAL, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E A ABSTENÇÃO DA CDU, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

---APROVADAS EM MINUTA DE ATA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Colaboradores, agradeço a todos a paciência e a disponibilidade nesta maratona da Assembleia Municipal. Reitero o agradecimento aos Bombeiros Voluntários

Famalicenses pelas condições que nos propiciaram. Desejo a todos um bom fim de semana. Muito obrigado. Estão encerrados os trabalhos. E bom Carnaval-----

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de:-----

-----DEPOIS DA ORDEM DO DIA -----

--- Para este período não há inscrições do público e nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às dezanove horas. -----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

----- A SECRETÁRIA -----

----- O SECRETÁRIO -----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos: -----

--- Registo de Presenças;-----

--- Documentos referentes aos pontos, um, dois e três. -----

--- Minutas de atas referentes aos pontos, dois e três. -----

[illegible]

